**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

CAROLINA TODESCO

**Estado e Terceiro Setor na organização do espaço para o turismo
no Vale do Ribeira**

**São Paulo
2007**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Estado e Terceiro Setor na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira

Carolina Todesco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof^a. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz

São Paulo
2007

Carolina Todesco

Estado e Terceiro Setor na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em: 23 de novembro de 2007.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Carlos Robert Moraes

Instituição: Dep. de Geografia da Universidade de São Paulo

Assinatura:

Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins

Instituição: Museu Paulista da Universidade de São Paulo

Assinatura:

Dedico aos meus pais, Araldo Todesco e Maura Ap. Campos Vieira Todesco, por tudo que fizeram (e fazem) pela educação dos seus seis filhos. Registro aqui todo amor e orgulho que sinto por eles.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^a. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz, primeiramente pela confiança quando me admitiu no programa de pós-graduação do Departamento de Geografia da USP e, posteriormente, pela disposição e competência com que sempre exerceu seu papel de orientadora, fornecendo fundamentais contribuições que nortearam tanto minha pesquisa, como minha vida acadêmica. Sua forma de trabalho se constitui para mim como exemplo de profissionalismo e ética.

Aos meus pais, Araldo e Maura, por tudo que abdicaram em nome de minha educação, e, sobretudo, pelo amor e apoio incondicional que sempre me deram em todos os aspectos de minha vida.

Aos meus familiares, em especial à minha querida tia Cristina, ao meu avô Olavo, à minha avó Idalina, como também à minha saudosa avó Therezinha, que com toda certeza fazem parte desta minha conquista.

Às minhas grandes amigas, Juliana R. Lima, Juliana Lorençon, Hélade Araújo e Rosana Curzel, e aos meus cinco maravilhosos irmãos, Fabiana Todesco, Virgínia Todesco, Juliano Todesco, Humberto Todesco e Priscila Todesco pelo amor, apoio, incentivo e grande torcida. E, pelos momentos de alegria e descontração, ao meu sobrinho Henrique, o mais novo membro da família.

Aos meus colegas de pós-graduação: André L. Sabino, Écio Ricci, Rodolfo P. Chagas, Fábio C. Braz, Ronaldo S. Ornelas, Edna M. S. C. Martins e, em especial, Fábio S. Molina pela amizade e pelos momentos em que compartilhamos dúvidas, angústias, mas acima de tudo informação e conhecimento.

Ao Prof. Dr. Antonio Carlos Robert Moraes e Prof. Dr. Davis Sansolo pelas valiosas contribuições no exame de qualificação; e à Prof^a. Dra. Maria Laura Silveira e Prof^a. Dra. Mônica Arroyo pela qualidade com que administraram suas aulas no curso de pós-graduação.

Ao Prof. Dr. Antonio E. Comune e Prof. Dr. Wilson Rabahy pela confiança, compreensão e suporte técnico fundamentais nos últimos meses da pesquisa. Como também, a todos da “Equipe de Turismo” da FIPE, em destaque meus amigos Ewerton Monti, Moisés Vassallo e Diego Begara.

Aos meus professores de graduação, Prof. Dr. Luiz Octávio de Lima Camargo, Prof^a. Ms. Jaqueline Gomes da Silva e Prof. Ms. Cláudio Lúcio Gravina, sem os quais eu não desfrutaria de mais esta conquista acadêmica.

Aos apaixonados pelo Vale do Ribeira, especialmente Devancyr Ap. Romão, Ronaldo J. Ribeiro, Anna Carolina F. L. de Oliveira e Maurício de Carvalho, que gentilmente contribuíram muito na fase de coleta de informações sobre a região em estudo; como também a todos aqueles que me concederam uma entrevista, essencial para a confecção desta dissertação.

E finalmente a Deus, por colocar todas estas pessoas em meu caminho!

Muito obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa tem como estudo de caso a região do Vale do Ribeira, localizado no sul do Estado de São Paulo. A região possui uma população de cerca de 400 mil habitantes e apresenta os menores índices de desenvolvimento humano do estado mais rico do país, constituindo-se numa “área opaca” dentro da Região Concentrada. Por conter cerca de 20% dos remanescentes florestais da Mata Atlântica do Brasil, o Vale tem maior parte de seu território inserido em Unidades de Conservação implantadas, principalmente, a partir da década de 80, restringindo suas atividades econômicas tradicionais (agricultura e extrativismo mineral e vegetal). Este fato sustenta o discurso, pronunciado pelos órgãos públicos e organizações do Terceiro Setor, de que o (eco)turismo é uma alternativa para o Vale, entendendo-o como uma atividade capaz de dinamizar a economia regional e, conseqüentemente, amenizar os problemas e conflitos sócio-ambientais. Esta pesquisa teve por objetivo analisar as ações e o papel do Estado na (re)organização do espaço para o desenvolvimento do turismo na região do Vale do Ribeira, considerando também, o papel do chamado Terceiro Setor neste processo. Para isso, realizamos um levantamento das políticas públicas de desenvolvimento regional e de turismo, como também dos projetos desenvolvidos pelas organizações do Terceiro Setor direcionados ao Vale. Desta forma, pudemos observar que com as mudanças dos paradigmas orientadores das políticas públicas na década de 80, juntamente com a redemocratização, avanço do neoliberalismo e enxugamento da máquina estatal, o Estado até então centralizador da formulação, decisão e execução das políticas públicas, passa a deliberar às organizações do Terceiro Setor a incumbência de planejar o desenvolvimento regional do Vale do Ribeira, atuando por meio do financiamento de pequenos projetos. Esta nova face do Estado faz com que o desenvolvimento do turismo no Vale, em certa medida, dependa do nível de organização social de cada município ou comunidade e da capacidade destes de formular projetos para a captação de recursos públicos, ou do interesse de organizações exógenas em implantar projetos na região.

Palavras-Chaves:

1. Estado; 2. Terceiro Setor; 3. Organização do Espaço; 4. Turismo; 5. Vale do Ribeira.

ABSTRACT

The present research is a study case of the region of the Valley of The Ribeira, located in the south of São Paulo state. The region's population is about 400.000 habitants and it presents the lowest rates of human development in the richest state of the country, consisting in a "cloudy area" inside the Concentrated Region. Containing about 20% of the forest remainders of brazilian "Mata Atlântica" (Atlantic Forest), the Valley has the greatest part of its territory inserted into Units of Conservation, which were created, mainly, from the decade of 80, restricting its traditional economic activities (agriculture and mineral and vegetal extractivism). This fact supports the speech, pronounced by public agencies and organizations of the Third Sector, that the (eco)tourism is an alternative for the Valley, understanding it as an activity capable to develop the regional economy and, consequently, ease the problems and the socio-environmental conflicts. The aim of this research was analyze the actions and the paper of the State in the (re)organization of the space for developing tourism in the region of the Valley of the Ribeira, also considering the role of the called Third Sector in this process. Having this in mind, an analysis of the public politics for regional and tourism development was made, as well as projects developed by the organizations of the Third Sector in the Valley. In such a way, it was observed that, with the changes of the orienting paradigms of the public politics in the decade of 80 (and the redemocratization, advance of the neoliberalism and the weakness of the power of the State), the State - until then centraliser of formulation, decision and execution of the public politics – has started to transfer the incumbency of planning Valley of the Ribeira's regional development to organizations of the Third Sector, financing them small projects. This new face of the State makes tourism development in the Valley, to a certain extent, dependent on the level of social organization of each city or community and on the capacity of these to formulate projects for the captation of public resources, or on the interest of organizations located outside the Valley in implanting projects in the region.

Word-Keys:

1. State; 2. Third Sector; 3. Organization of the Space; 4. Tourism; 5. Valley of the Ribeira.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Mapa 1.1 Vale do Ribeira - Porção Paulista.....	19
Mapa 1.2. Rodovia Régis Bittencourt - BR 116.	26
Figura 1.1. Imagem de Satélite da Região do Vale do Ribeira.....	30
Figura 1.2. Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape.	35
Figura 1.3. Subdivisão Geomorfológica.	37
Mapa 1.3. Unidades de Conservação Ambiental e Outros Espaços Especialmente Protegidos.	44
Figura 1.4. Remanescentes de Quilombos no Vale do Ribeira – Situação Jurídica e Fundiária (2005).	49
Figura 1.5. Áreas Indígenas no Vale do Ribeira – Situação Fundiária (2004 /2005).	49
Figura 1.6. IDH-M dos Municípios do Vale do Ribeira (2000).	51
Mapa 1.4. Uso do Solo e Cobertura Vegetal Natural.	56
Figura 3.1. Área de Atuação da SUDELPA.....	111
Figura 3.2. Área de Atuação da SUDELPA no Vale do Ribeira - Litoral Sul.	111
Figura 3.3. Esquema Rodoviário da Área de Atuação da SUDELPA, na Sub-região Vale do Ribeira – Litoral Sul, em 1973.	116

LISTA DE FOTOS

Foto 1.1. Município de Eldorado, às Margens do Rio Ribeira de Iguape.	20
Foto 1.2. Município de Iporanga, às Margens do Rio Ribeira de Iguape.....	21
Foto 1.3. Foz do Rio Ribeira de Iguape.....	36
Foto 1.4. Canal do Valo Grande.....	36
Foto 1.5. Visitantes no Núcleo Santana do PETAR.	38
Foto 1.6. Visitantes na Trilha até a Caverna Água Suja.....	38
Foto 1.7. Visitantes na Caverna Santana – PETAR.	38
Foto 1.8. Visitantes no Núcleo Ouro Grosso – PETAR.	38
Foto 1.9. Entrada da Caverna Água Suja – PETAR.....	39
Foto 1.10. Interior da Caverna do Diabo – Parque Estadual de Jacupiranga.	39
Foto 1.11. Plantação de Banana - Paisagem comum do Médio Vale.	39
Foto 3.1. Este é o ‘abrigo’ à disposição dos turistas que procuravam a Caverna do Diabo, na década de 60.	105
Foto 3.2. Entrada da Caverna do Diabo – Corrimão e Lixeira.....	109
Foto 3.3. Escada e Corrimão no interior da Caverna do Diabo.....	109
Foto 3.4. Iluminação interna da Caverna do Diabo.	109
Foto 3.5. Igreja Matriz de Iguape - construída em pedra, argamassa e óleo de baleia, por escravos, entre os séculos XVIII e XIX.	120
Foto 3.6. Centro histórico de Iguape.	120
Foto 3.7. Placa indicando Final de Pista Dupla na BR116.	122
Foto 3.8. Congestionamento na BR116 ocasionado pelo Final de Pista Dupla.	123
Foto 3.9. Caverna do Diabo – Restaurante.....	125
Foto 3.10. Caverna do Diabo – Sanitários.	125
Foto 3.11. Caverna do Diabo – Trilha até a Entrada da Caverna.....	125
Foto 3.12. Ponte que liga Iguape a Ilha Comprida - concluída em 2000.....	133
Foto 4.1. Sede da SOS Mata Atlântica em Iguape.....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1. Unidades de Conservação Criadas na Década de 80 no Vale do Ribeira.	31
Quadro 1.2. Unidades de Conservação e Áreas Protegidas no Vale do Ribeira. Erro! Indicador não definido.	
Quadro 2.1. Um modelo Simplificado de Um Sistema Político.....	67
Quadro 2.2. Fases do Ciclo Político – Policy Cycle.....	68
Quadro 2.3. ONGs selecionadas para o estudo de caso.	Erro! Indicador não definido.
Quadro 3.1. Medidas para Expansão do Turismo no Vale do Ribeira, conforme Plano do Ribeira de 1966.	106
Quadro 3.2. Razões para uma urgente ação estatal nas áreas de alto potencial turístico do Vale do Ribeira (Iguape, Cananéia, Eldorado e Iporanga).	121
Quadro 3.3. Políticas públicas de turismo no Brasil – velhos e novos paradigmas.	134
Quadro 4.1. Opiniões e Percepções dos Presentes nas Oficinas Referentes ao Projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar Desenvolvido de 1995 a 1998.....	175
Quadro 4.2. Oficina de Avaliação e Planejamento dos trabalhos da Agenda.	179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1. População Rural e Urbana (2000).	48
Gráfico 2.1. Distribuição Regional das FASFIL (2002).....	82
Gráfico 2.2. Distribuição Relativa das FASFIL na Região Sudeste.	82
Gráfico 2.3. Distribuição Temporal da Criação das FASFIL no Brasil de 1970 a 2002.	84
Gráfico 2.4. Área de Atuação das FASFIL da Região Sudeste.....	85
Gráfico 3.1. Orçamentos da SUDELPA de 1969 a 1987, valores em Cz\$.	114
Gráfico 4.1. Abrangência Territorial dos Projetos.....	138
Gráfico 4.2. Evolução da quantidade de projetos desenvolvidos no bioma Mata Atlântica, por ano, no período 1990-2000, separados por objetivo principal.....	139
Gráfico 4.3. Evolução da quantidade de projetos desenvolvidos no Vale do Ribeira, por ano, no período 1990-2000, separados por objetivo principal.....	139
Gráfico 4.4. Principais Componentes dos Projetos com o Objetivo “Uso Sustentável” no Vale do Ribeira no período 1990-2000.....	141
Gráfico 4.5. Instituições Executoras dos Projetos no Vale do Ribeira - 1990 – 2000.	142
Gráfico 4.6. Instituição Executora dos Projetos no Bioma Mata Atlântica no Brasil - 1990 – 2000.	142
Gráfico 4.7. Entidade Financiadora dos Projetos das ONGs, executados no Vale do Ribeira.	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – População de alguns municípios paulistas no século XIX.....	22
Tabela 1.2 – Indicadores da importância da produção rizícola no litoral sul paulista – 1772, 1828, 1836, 1874.	22
Tabela 1.3 - Posição de Municípios do Vale do Ribeira no Ranking dos 100 Municípios Brasileiros que Mais Possuem Mata Atlântica.....	42
Tabela 1.4 – População, Área e Densidade Demográfica (2000).	47
Tabela 1.5 – IDH-M e IDHM-R e as Posições no Ranking do Estado de São Paulo.	50
Tabela 1.6 – PIB dos Municípios, Desagregado por Setor (2003).	53
Tabela 1.7 – Capacidade de uso das terras.....	55
Tabela 1.8 – Uso e Ocupação do Solo (em Km ²)......	57
Tabela 1.9 - Culturas Permanentes.....	58
Tabela 2.1 – Distribuição Regional das FASFIL (2002).	81
Tabela 2.2 – Distribuição das FASFIL na Região Sudeste (2002).	82
Tabela 2.3 - Porte das FASFIL de acordo com a Porcentagem de Assalariados.....	85
Tabela 3.1. Capacidade de Hospedagem Litoral Norte x Litoral Sul (1966).....	102
Tabela 3.2 - Orçamentos da SUDELPA de 1969 a 1987, valores em Cz\$.	114
Tabela 3.3 - Serviço de Hospedagem nos Municípios com Potencialidade Turística, em 1973.	118
Tabela 4.1 – Recursos e Entidade Financiadora dos Projetos das ONGs, executados no Vale do Ribeira de 1990 a 2000.	143

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O VALE DO RIBEIRA – UMA REGIÃO E SUAS CONTRADIÇÕES	18
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS	18
1.2 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA	34
2.3 PERFIL SOCIOECONÔMICO	46
2 ESTADO, ESPAÇO E TERCEIRO SETOR – REFLEXÕES NECESSÁRIAS.....	59
3 O VALE DO RIBEIRA E A PRESENÇA AUSENTE DO ESTADO	91
4 O VALE DO RIBEIRA E A AUSÊNCIA PRESENTE DO ESTADO.....	136
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	197

INTRODUÇÃO

A Geografia, como um subsistema da ciência, deseja sua autonomia e ambiciona uma interpretação própria da chamada realidade. A realidade é, contudo, infinita, inapreensível em sua totalidade e de interpretação inesgotável, pois o tempo é contínuo e as existências e possibilidades são inúmeras. Mas a ciência não é mesmo lugar de certezas absolutas, nossos conhecimentos científicos são necessariamente parciais e relativos (Granger, 1994).

São por estes motivos que para a interpretação da chamada realidade se seleciona do real os aspectos mais significativos para cada tipo de análise, estando sempre embasado numa teoria.

Para Silveira (2000, p.21), a visão da chamada realidade “trata-se mesmo, de um concreto pensado que é captado e construído, por aproximações sucessivas, a partir de um conjunto sistêmico de idéias, isto é de uma teoria”.

Baseada em uma determinada teoria maior, uma análise sobre o real exige a elaboração de um esquema, coerente, pertinente, operacional e de método pessoal; este é um “instrumento apto para apreender uma dada situação tempo-espacial”, como assegura Silveira (2000, p. 21-22), a qual também ressalta que o esquema é inspirado em uma teoria maior de pretensão universal, mas o é chamado a descrever situações locais a cada momento histórico, elaborando assim a teoria menor do concreto pensado.

Desta forma, adotamos como nossa teoria maior a *Teoria do Espaço* desenvolvida por Milton Santos (2002, p.63), o qual considera o espaço como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

A linha de pensamento de Milton Santos nos fornece importantes subsídios para estudarmos a relação entre Estado, Terceiro Setor, Espaço e Turismo.

Estamos aqui entendendo o turismo como uma prática social, que no atual momento histórico, já adquiriu um dinamismo notável capaz de impor novas lógicas aos lugares, alterar relações, criar novos objetos e modificar os usos e os valores de objetos pré-existentes.

O turismo já ganhou notoriedade no que se refere à sua dimensão econômica e vem crescentemente ganhando interesse por parte dos poderes públicos, que criam, sistematicamente, incentivos voltados à atração de capital privado para o setor turístico, chamando os lugares a se especializarem, cada vez mais, como destinos turísticos, às vezes em detrimento de outros interesses das respectivas comunidades locais.

Pela notoriedade na economia e pelos conflitos que a atividade gera, o turismo tem sido sub ou supervalorizado, como expressa Knafo (2001, p. 63), fazendo com que inúmeras metáforas sobre a atividade turística se proliferem pelo senso comum.

Independentemente destas metáforas, não se pode deixar de analisar criticamente a forma como o Estado está gerindo o espaço para a atividade, considerando o fato de que somente o Estado possui a legitimidade de impor normas e políticas ao território.

O papel do Estado é fundamental para a organização do espaço, como também do espaço para o turismo, mas também é notório que o mesmo nem sempre é capaz de gerar respostas para os problemas de seu próprio “corpanzil”, o que pode e tem levado este a recorrer a parcerias com os demais setores, como por exemplo, as organizações do chamado Terceiro Setor.

No Brasil, o crescimento do Terceiro Setor se intensificou a partir da abertura política e da redemocratização, nos anos 80; àquela época, o país vive um momento de aceleração na mobilização e organização social.

Atualmente, inúmeras são as organizações que se dizem pertencer ao Terceiro Setor, tais como associações profissionais, religiosas, entidades filantrópicas, beneficentes, institutos, fundações, organizações não governamentais (ONGs), conselhos, entre outros, cada qual defendendo ideais e objetivos dos mais variados, dentre eles, o desenvolvimento social e proteção de recursos naturais. Muitas vezes, como é o caso do Vale do Ribeira, essas organizações visam promover o (eco)turismo como uma forma de atingir os dois objetivos anteriormente citados.

O surgimento do chamado Terceiro Setor é, no entanto, muito recente se comparado com o Estado e o Mercado; este setor traz consigo uma nova forma de organização e gestão social, tentando fugir das limitações do 1º e 2º setor. Possui, todavia, também suas limitações, muitas vezes relacionadas ao financiamento de seus projetos e poder de atuação, fazendo com que essas organizações também recorram às parcerias, principalmente com o Estado.

Parcerias entre Estado e Terceiro Setor são interessantes como elementos reveladores da nova forma como o Estado atua e gerencia o espaço e como a sociedade vem se organizando para que seus interesses sejam contemplados na arena política.

Como objeto de estudo, a relação Estado, Terceiro Setor e organização do espaço para o turismo é, ao que parece novo, como analisado na escassa bibliografia sobre o assunto, daí a importância desta pesquisa no âmbito da Geografia, que toma como estudo de caso a região do Vale do Ribeira.

Localizado no sul do Estado de São Paulo, o Vale do Ribeira tem grande porção de seu território cravado com restrições ambientais, por conta das inúmeras Unidades de Conservação implantadas, principalmente, na década de 80; a partir de então o (eco)turismo passou a fazer parte do discurso oficial como uma alternativa econômico-social, visto que outras atividades econômicas como agricultura e indústria foram constrangidas na região.

Além do poder público, outros atores - organizações do Terceiro Setor - passaram a promover o (eco)turismo no Vale, entendendo-o como uma atividade

capaz de amenizar os problemas sociais e ambientais da região mais pobre do Estado de São Paulo.

Com isso, o objetivo desta pesquisa foi analisar os papéis do Estado e do chamado Terceiro Setor no processo de organização do espaço para o (eco)turismo na região do Vale do Ribeira, porção paulista.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, esta pesquisa exploratória - voltada para a apreensão de uma dada realidade em um dado contexto geográfico - foi fundada sobre dois eixos de investigação: construção do referencial teórico e do conhecimento específico sobre o caso.

No primeiro eixo adotamos, como já mencionado, a concepção da Teoria do Espaço pela linha de pensamento de Milton Santos, que embasa nossa abordagem geográfica acerca do papel do Estado e do Terceiro Setor no processo de (re)organização do espaço para o turismo.

No segundo eixo, nos voltamos para o levantamento de informações/dados sobre o caso analisado. Assim, foram questões centrais neste eixo de investigação: a) o levantamento de políticas públicas voltadas à organização do espaço regional do Vale para o turismo; b) a análise das organizações do Terceiro Setor mais atuantes na região em estudo, bem como sobre seu escopo de atuação; e c) as parcerias entre o Estado e o Terceiro Setor voltadas ao desenvolvimento regional do turismo no Vale do Ribeira.

Quanto às técnicas, esta pesquisa utilizou a técnica do estudo de caso, por permitir ao pesquisador coletar informações de todas as fontes relevantes para o problema – documentos escritos, orais, entrevistas - e analisá-las tendo como embasamento a teoria do espaço como teoria maior.

Desta forma, apresentamos no primeiro capítulo uma caracterização da região em tela, para introduzir o leitor na problemática que se desenrola esta dissertação. No segundo capítulo expomos nossa reflexão teórica acerca do papel do Estado na organização do espaço e do papel do Terceiro Setor no (re)ordenamento do território, a partir de conceitos como contra-racionalidade, verticalidades, horizontalidades, forças centrífugas e forças centrípetas.

No terceiro capítulo expomos o histórico da atuação do Estado no Vale do Ribeira, com o intuito de apreender em qual momento o turismo foi considerado uma das alternativas para o “desenvolvimento sustentável” da região, como também de observar os contrastes do papel do Estado antes e depois da década de 80.

No quarto e último capítulo apresentamos uma análise sobre a atuação das organizações da sociedade civil selecionadas neste estudo, como também a relação entre Estado e Terceiro setor, observando a nova forma de o Estado atuar no território.

1 O VALE DO RIBEIRA – UMA REGIÃO E SUAS CONTRADIÇÕES

Diversas configurações regionais têm sido adotadas para o Vale do Ribeira, de acordo com critérios e objetivos diferentes, resultando em composições igualmente diferentes (BRAGA, 1998). No nosso caso, consideramos a região do Vale do Ribeira como sendo composta pelos municípios pertencentes à porção paulista da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape. Desta forma, a região analisada abrange os municípios de Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Ilha Comprida, Iguape, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí (mapa 1.1).

Vale ressaltar que o recorte de uma pesquisa é sempre temático, temporal e espacial, ou seja, é sempre uma questão de método, e nunca uma realidade empírica.

1.1 Aspectos Históricos

A região do Vale do Ribeira foi uma das primeiras no Brasil a ser ocupada no século XVI, com a função de defesa, ocupação e expansão do território português. Naquele período, o povoamento, restrito ao litoral e com uma economia baseada na pesca, coleta e lavoura de subsistência, teve a fundação de dois pequenos núcleos: Cananéia e Iguape¹, que funcionaram como “‘cabeça-de-ponte’ para servir ao processo de penetração para o interior” (PETRONE, 1961, p. 25).

¹ A vila de Cananéia foi fundada em 12 de agosto de 1531, uma das primeiras vilas do Brasil. E Iguape em 03 de dezembro de 1538.

Mapa 1.1 Vale do Ribeira - Porção Paulista.

No século XVII, a economia da região toma impulso com a mineração, visto que no Vale foram encontradas as primeiras jazidas auríferas do país. Este primeiro empreendimento econômico em escala comercial fez com que a região apresentasse um relativo desenvolvimento, segundo Braga (1998, p. 55), “concentrado, no entanto na Vila de Iguape, que por sua posição estratégica tornou-se a porta de escoamento do metal, tendo sediado, inclusive, a primeira casa de fundição de ouro do país, a ‘Casa Real de Fundição’², construída em 1635”.

Durante o “ciclo do ouro”, a população avança para o interior, seguindo o curso do rio Ribeira de Iguape, o qual perpassa quase toda região. As origens de Registro, Eldorado (foto 1.1), Juquiá, Jacupiranga, Iporanga (foto 1.2), Cajati, Apiaí, Pariquera-Açu e Sete Barras estão todas relacionadas com o processo de interiorização à procura do ouro, por meio das vias fluviais, as quais tiveram um importante papel no povoamento do Vale³.

Foto 1.1. Município de Eldorado, às Margens do Rio Ribeira de Iguape.

Autor: Margi Moss (s/d)⁴.

² A Casa funcionou até o dia 12 de abril de 1763. Atualmente o prédio é sede do Museu Municipal de Iguape.

³ “O sistema de comunicações obedecia à disposição dos principais cursos de água, os quais se constituíram, desde a fase aurífera do final do século XVI até os anos 30 do século XX, nos caminhos naturais de penetração e povoamento. Dada a disposição desses cursos fluviais que se abriram em leque do litoral para a retroterra, o núcleo de Iguape torna-se ponto forçoso de passagem”. (Müller, 1980, p. 32)

⁴ Disponível em: <http://www.brasildasaguas.com.br/diario_sete_rios/barra_ribeira_foz_iguape.html>. Acesso em: jan. 2007.

Foto 1.2. Município de Iporanga, às Margens do Rio Ribeira de Iguape.

Autor: Margi Moss (s/d)⁵.

O processo de interiorização na região foi, todavia, amenizado pela decadência da mineração do ouro, no fim do século XVII, com as descobertas do metal na região das Minas Gerais, ocasionando um êxodo populacional para o interior do país.

Seqüencialmente, inicia-se um novo e curto período de pujança econômica com a construção naval em Cananéia. Mas já no final do século XVIII, a economia de toda região se encontra estagnada, retomando uma nova dinâmica no século seguinte com o cultivo do arroz na Baixada do Ribeira⁶.

As características geográficas de Iguape, propícias ao cultivo daquela gramínea, com a presença de mangues, charcos e várzeas favoreceram para que esta cidade se tornasse a primeira produtora de arroz para exportação do Brasil. Para se ter idéia da importância deste produto para a região, “em 1836, dos 119 engenhos (hidráulicos) existentes na Província, 100 se localizavam na região do Ribeira” (MÜLLER, 1980, p. 25).

⁵ Disponível em: <http://www.brasildasaguas.com.br/diario_sete_rios/barra_ribeira_foz_iguape.html>. Acesso em: jan. 2007.

⁶ A Baixada do Ribeira corresponde à zona plana da região do Vale do Ribeira, abrangendo uma área de aproximadamente 2.400 km². Encravada entre a serra e o mar, sua altitude é sempre inferior à cota de 100 m, predominando, numa faixa de 10 km, altitude de 2 a 3 metros. (SUDELPA, 1974, p. 57).

A rizicultura também influenciou a dinâmica populacional do Vale, como se pode observar na tabela 1.1. À época, o número de habitantes de Iguape era superior ao de Santos, que já abrigava o principal porto da Província. A relevância desta produção também pode ser expressa pela porcentagem de escravos na população total da região, a qual representava 31,1% em 1836 (tabela 1.2)⁷.

Tabela 1.1 – População de alguns municípios paulistas no século XIX.

Municípios	População			
	1836	1854	1874	1886
Iguape	9396	15211	16005	17638
Cananéia	1627	2664	3945	5355
Santos	5836	7033	9191	15605
São José dos Campos	3909	6953	15174	17906
Amparo	---	3840	11756	17325
Araraquara	2764	4965	9767	9559
Rio Claro	---	6564	15035	20133

Fonte: Petrone, 1966, p. 58.

Tabela 1.2 – Indicadores da importância da produção rizícola no litoral sul paulista – 1772, 1828, 1836, 1874.

	1772	1828	1836	1874
% população regional na população da província	3,0	3,9	3,4	3,2
% população escrava regional na população regional local	26,2	29,7	31,1	14,8

Fonte: Müller, 1980, p. 24.

Esta fase da história do Vale do Ribeira (séc. XVIII e XIX) corresponde ao período da história do território brasileiro denominado por Santos e Silveira (2004) como “Brasil arquipélago - mecanização incompleta”, no qual:

O crescimento das cidades era desigual devido às oscilações das economias regionais ou de seu papel político. Formavam-se verdadeiros circuitos interiores, cada qual dominando uma dada extensão do território com os meios limitados de que dispunham. A inexistência de transportes interiores rápidos era responsável por um isolamento quebrado apenas pelos transportes marítimos. (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 34)

A quebra do isolamento, no caso do Vale, se dava através do Porto de Iguape, importante meio de escoamento da produção de arroz para o Porto de

⁷ A significativa presença da população escrava na região do Vale do Ribeira irá contribuir para que esta concentre o maior número de comunidades remanescentes de quilombos do Estado de São Paulo, das 33 existentes no estado 26 se situam no Vale do Ribeira. (UNICAMP, 2005)

Santos. Entretanto, a construção de um canal, o Valo Grande⁸, iniciado em 1827, que tinha como intuito maximizar a circulação da produção, comprometeu seriamente as atividades do porto, uma vez que ocasionou o seu assoreamento, impedindo o acesso de navios de grande porte.

Conforme Müller (1980), a precária situação do sistema de transportes, juntamente com a concorrência internacional e nacional contribuiu para a crise do “ciclo do arroz”, como para a transformação dessa parte do estado paulista em “Sertão do Litoral”. No mesmo período, a cultura do café se fortalece no planalto, redirecionando a alocação do capital comercial e financeiro, a mão-de-obra e as políticas estatais.

Quando o processo de industrialização se inicia no território do estado de São Paulo, fazendo com que este alcance a condição de “meio técnico da circulação mecanizada” (SANTOS e SILVEIRA, 2004), o Vale do Ribeira ficará à margem deste processo, já que será nas regiões cafeeiras que a industrialização encontrará condições materiais e imateriais⁹ para desenvolver-se.

De acordo com Braga (1998), o quadro do desenvolvimento regional no estado de São Paulo no final do século XIX apresentava:

(...) a zona cafeeira escravista do Vale do Paraíba em decadência; a zona rizicultora escravista do Vale do Ribeira, também em decadência; e as novas zonas cafeeiras do oeste, apoiadas no trabalho livre do colono imigrante e numa eficiente rede de transporte ferroviário, em franco desenvolvimento. (BRAGA, 1998, p. 71)

Com um sistema de circulação extremamente deficitário, a região do Vale do Ribeira vai isolar-se cada vez mais do restante do estado, fato que contribui para o

⁸ “Já no dia 20 de abril de 1779, os vereadores oficiavam ao ouvidor geral Antônio Barbosa de Mattos sobre a utilidade de se abrir um canal que comunicasse o Rio Ribeira com o Mar Pequeno, eliminando-se assim o inconveniente de se transportar em carroças o arroz desde o Porto do Ribeira até o Porto de Iguape, num total aproximadamente três quilômetros. (...) Os trabalhos para a abertura foram iniciados uma semana antes de 27 de agosto de 1827. (...) Por volta de 1848, o canal já havia sido aberto totalmente, desde o Porto Velho da Ribeira até o Mar Pequeno. (...) como seria de se esperar, o canal alargou-se e aprofundou-se consideravelmente (...) o que transformou o ‘pequeno valo’, de 4,40 metros de largura por 3,30 de profundidade num majestoso braço d’água, com características próprias de um rio (...) em 1896 o Valo Grande media 260 metros de largura e 18 metros de profundidade”. (Fortes, 2000, p. 195-215)

⁹ Entende-se por condições materiais todo o sistema de objetos do qual a indústria faz uso para instalar-se no estado (portos, estradas, ferrovias, usinas) e por condições imateriais todo sistema de ações (políticas públicas, interesse privado, normas, informação), reunidos de forma indissociável no território paulista no século XX.

desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, denominada por Müller (1980) de “caipirização”¹⁰ do Vale. Esta situação permanece de 1910 até 1940, quando ocorre uma retomada da mercantilização da agricultura regional com a introdução da cultura do chá e da banana¹¹, por imigrantes japoneses que vinham se instalando na região desde 1912.

Este período de 30 anos de intensa estagnação econômica na região é produto de uma convergência de fatores. O assoreamento do porto de Iguape e a concorrência internacional no setor do arroz podem ser considerados dois deles, porém o mais significativo é a ausência de economias externas capazes de direcionar a atenção do Estado e do Mercado para a região. A baixa participação do Vale na economia do estado (tendo em vista a inaptidão da região para o cultivo do café - principal produto de exportação à época) marginalizou a região no que tange à dotação de um eficiente sistema de circulação; esta situação só será amenizada após a chegada dos imigrantes japoneses, que contarão com uma forte organização internacional para sua instalação no Vale do Ribeira.

A colonização japonesa, principalmente no município de Registro, organizada pela Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A. - KKKK (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha)¹², foi uma das poucas tentativas de colonização do Vale que apresentaram relativo êxito.

No séc. XIX, houve tanto iniciativas privadas quanto públicas para ocupar o Vale do Ribeira. No entanto, de modo geral, as mais diversas colônias¹³ não deram resultados muito favoráveis, segundo Petrone (1966, p. 109), por conta da inexistência de condições satisfatórias para a fixação de imigrantes na região, pois “criar uma paisagem humanizada em zonas ainda dominadas por paisagens naturais

¹⁰ “A organização caipira da produção agrícola, predominantemente no período 1910 a 1940, pode ser indicada pelos nomes comumente utilizados pelos estudiosos das áreas para caracterizar os tipos humanos: capuava, caiçara ou praiano e ribeirinho”. (Müller, 1980, p. 36)

¹¹ “A banana gradativamente começou a ser considerada um produto de fácil comercialização, cujo consumo era grande devido ao baixo preço e ao aumento da urbanização nas regiões vizinhas ao Vale. Assim, se a banana era para consumo dos operários, o chá era para consumo das altas rodas urbanas de São Paulo e Rio de Janeiro, além das colônias japonesas do planalto e do consumo local”. (São Paulo, 1992, p. 78-79)

¹² Uma filial da Companhia Imperial Japonesa de Imigração, criada em 1918.

¹³ “Em épocas e zonas diferentes, com caráter definitivo, ou apenas por pouco tempo, a região do Ribeira recebeu colonos ingleses, irlandeses, alemães, e austríacos, poloneses e russos, ucranianos e norte-americanos, italianos, japoneses, suíços e suecos”. (Petrone, 1966, p. 100)

devia parecer-lhes mais difícil que acomodar-se a um quadro econômico, social e administrativo já definido” como se via nas zonas cafeeiras do planalto.

Mas a atração dos colonos pelas condições econômicas do planalto não seria a única explicação para o insucesso das tentativas de colonização do Vale. Como assegura Petrone (1966), as condições físicas, como o clima, as condições técnicas, sobretudo de plantio, o precário sistema de circulação e a distância dos mercados de consumo formam o conjunto de fatores que levaram ao fracasso o processo de colonização da região.

O considerável êxito das colônias japonesas foi devido à sua melhor organização, tendo a KKKK desempenhado papel fundamental¹⁴, como também, de acordo com Petrone (1966), ao fato de terem sofrido muito menos com o problema do isolamento em face dos mercados. Para não ficarem ilhados, estradas e caminhos vicinais foram construídos. No início do século XX, foi aberta estrada de Registro a Juquiá (para atingir a estação terminal da ferrovia Santos-Juquiá, inaugurada em 1914) e posteriormente, estrada de Cotia a Juquiá, passando por Ibiúna, Piedade e Tapiraí, ligando o Vale à cidade de São Paulo.

A colonização japonesa trouxe, conseqüentemente, uma nova dinâmica à região, pois viraram as costas ao mar, voltando-se para o planalto, “não só porque aí existiam possibilidades mais interessantes de expansão, como também porque São Paulo aí se encontrava o mais importante e mais estável dos mercados” (PETRONE, 1966, p. 158). É nesse processo que Iguape perde a primazia na região cedendo lugar à Registro, que se tornou, até os dias de hoje, o mais importante pólo econômico do Vale do Ribeira.

Os japoneses, como já mencionado, desenvolveram como culturas comerciais a do chá (1930) e, posteriormente a da banana (1940). Para se ter uma idéia da expansão do cultivo do chá, de 1935 a 1945, 60% da erva produzida no Brasil

¹⁴ “A Kaigai orientou a colonização da forma mais completa possível. Além de responsável pelo loteamento das terras, introduziu as famílias de agricultores e promoveu a distribuição dos lotes por venda. Prestou assistência contínua aos colonos nos primeiros anos de sua estada na região, preocupando-se para que encontrassem condições de trabalho satisfatórias no novo ambiente. (...) A Kaigai preocupou-se com a assistência médico-sanitária para os colonos (...) assim como com a assistência escolar. (...) A Kaigai organizou uma densa rede de caminhos vicinais”. (Petrone, 1966, p. 156)

provinha de Registro, sendo o restante de Minas Gerais (SÃO PAULO, 1992, p. 79). Já a bananicultura da Baixada do Ribeira correspondia, em 1970, a 49,7% da produção do estado de São Paulo (MÜLLER, 1980, p. 101).

A partir da década de 60, com a construção da rodovia Régis Bittencourt (BR -116), que liga São Paulo a Curitiba, cortando o Vale do Ribeira (mapa 1.2), a região assiste a um processo de valorização de suas terras.

Mapa 1.2. Rodovia Régis Bittencourt - BR 116.

Fonte: Site oficial do Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC).

Disponível em: <http://www.igc.sp.gov.br/mapas_registro.htm>. Acesso em: jan. 2007.

Segundo Müller (1980), com a expectativa de o Estado expandir a infraestrutura na região, intensificou-se ainda mais a corrida às terras não apropriadas legalmente, ou seja, terras de posseiros e do Estado.

E, como que indicando o grau de relevância da questão, o Estado mantém-se praticamente mudo e surdo. Atitude essa, no entanto, que não se mostra sem propósito, pois sabe-se que grandes interesses privados, dentre os quais contam-se pessoas presentemente compondo os quadros governamentais, acham-se envolvidos, direta e indiretamente, na especulação fundiária. (MÜLLER, 1980, p.79)

Na região do Vale do Ribeira, poucos fazendeiros e imigrantes japoneses possuíam o Registro de Propriedade, concedido a estes últimos pelas companhias colonizadoras. A grande maioria dos moradores, caiçaras, ribeirinhos, quilombolas, encontravam-se na condição de posseiros, subordinados, muitas vezes, ao latifundiário ou ao pequeno produtor imigrante. Esta situação favorecia a ocorrência de conflitos pela posse da terra, já que a região possui grandes extensões de terras não discriminadas e devolutas¹⁵.

Ainda na década de 60, para complicar a situação, o Governo do Estado de São Paulo perde o controle sobre a alienação das áreas sob responsabilidade da Assessoria Técnica de Revisão Agrária (Atra)¹⁶, desconhecendo, inclusive, quantas e quais glebas estavam em situação regular ou irregular. Estas áreas, que perfazem o montante de 218.000 ha, são glebas discriminadas administrativamente, para as quais inicialmente foram expedidos títulos por antigas empresas de colonização e, na seqüência, pela Secretaria da Agricultura. Muitos que pagaram ao Estado pela aquisição de suas glebas não receberam até hoje os devidos títulos (CBH-RB, 2000, p. 259).

Esta situação de insegurança dominial, ou seja, a indefinição sobre a propriedade da terra consiste num dos grandes entraves ao desenvolvimento da região, na medida em que o título da terra é pré-requisito para o acesso ao crédito e para o licenciamento ambiental pela Secretaria do Meio Ambiente (BRAGA, 1998).

Após a construção da BR116, as empresas de mineração aparecem como um novo grupo de interesse na região. Mesmo que a exploração do fosfato em Cajati date de 1942, é mais intensamente a partir de 1970 que empresas de mineração passam a atuar no Vale do Ribeira:

¹⁵ As terras do Estado de São Paulo são classificadas em três categorias: não discriminadas, julgadas devolutas e particulares. As terras não discriminadas estão localizadas em perímetros onde a ação discriminatória ainda não foi ajuizada ou já se encontra em andamento, em diversos estágios. Em terras julgadas devolutas incluem-se áreas com planos de legitimação por iniciar e áreas remanescentes de planos de legitimação não concluídos. Por terras particulares compreende-se aquelas julgadas particulares nas ações discriminatórias e as áreas já legitimadas pelo Governo Estadual. A situação dominial do Vale do Ribeira, em 1997, era: 9% das terras julgadas devolutas, 40% não discriminadas, 36% particulares e 15% ATRA. (CBH-RB, 2000, p. 258 - 262)

¹⁶ Vinculada na época à Secretaria da Agricultura com a finalidade de coordenar os trabalhos referentes à execução da Lei de Revisão Agrária.

O campo de exploração de compostos encontrados em Cajati se amplia; para o ano de 1973 a Quimbrasil/Serrana planeja a fabricação de cimento, além de subprodutos dos minérios encontrados (...). Ainda nas adjacências de Cajati, o Grupo Conival iniciará em 1974 a exploração de níquel, segundo projeto aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral. Estão também aprovados dois projetos de produção de cimento em Iporanga, sendo que a Camargo Correa tem sua fábrica de cimento instalada em Apiaí e começará a produzir ainda no ano de 1972. (MÜLLER, 1980, p.138)

Para atender aos interesses dessas empresas, a Ferrovia Paulista S.A (FEPASA) constrói, em 1973, o ramal Juquiá-Cajati e o ramal Itararé-Apiaí, ligando esta última a São Paulo.

Outro impacto da BR 116 foi a intensificação da valorização imobiliária ligada ao lazer e turismo na região costeira de Iguape e Cananéia, provocando modificações na forma de ocupação do espaço.

Em 1974, a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), no trabalho intitulado “Possibilidades Turísticas no Vale do Ribeira e Litoral Sul”, justificava que uma das razões para uma urgente ação estatal de ordenação territorial nos municípios de Iguape e Cananéia¹⁷ se devia à “especulação imobiliária, à precariedade dos loteamentos e à falta de crédito de ocupação de solo, estando a exigir medidas imediatas no sentido de se estabelecer uma política de ocupação racional do solo” (SUDELPA, 1974, p.15).

A SUDELPA, criada pelo Governo do Estado de São Paulo em setembro de 1969, tinha como objetivo traçar a política de desenvolvimento regional para três sub-regiões: Litoral Norte, Baixada Santista e Vale do Ribeira – Litoral Sul.

A sub-região Vale do Ribeira - Litoral Sul era a que apresentava a mais baixa densidade demográfica do estado, porcentagem relevante de população rural e uma economia baseada principalmente na agricultura e secundariamente, na mineração, pesca e, de um modo geral, no extrativismo vegetal. Era, portanto, a região paulista menos industrializada e menos desenvolvida do estado de São Paulo.

¹⁷ O município de Ilha Comprida é desmembrado de Iguape e de Cananéia somente em 1991.

Nos primeiros anos da SUDELPA quase nada foi posto em prática, conforme Braga (1998). Somente no Governo de Laudo Natel (1971-1975) é que obras foram efetivamente realizadas, pois a SUDELPA cumpria quase uma função de empreiteira, entendendo obras como sinônimo de desenvolvimento. A fase áurea da SUDELPA perdura até os Governos de Laudo Natel e Paulo Egydio Martins (1975-1979), e termina no Governo de Paulo Maluf (1979-1982) quando sofre uma drástica redução orçamentária.

Após o Governo de Maluf, assume o primeiro governador eleito depois de um longo período autoritário, André Franco Montoro (1983 - 1987), que traz consigo uma expectativa de democratização da gestão e uma maior priorização das questões sócio-ambientais. Segundo Braga (1998, p.158-160), houve neste governo não só uma tentativa de reerguimento da SUDELPA como também uma mudança muito clara no modo de atuar da Autarquia. O enfoque economicista do “desenvolver é abrir estradas” vigente até então é substituído por uma orientação voltada para a resolução dos problemas sociais e das questões ambientais.

Esta guinada em direção às questões ambientais, de acordo com o mesmo autor, não é gratuita, vem no bojo de toda uma discussão na sociedade sobre a preservação do meio ambiente que tem como marco a promulgação da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente. Desta forma, o foco da discussão sobre o Vale do Ribeira vai sendo deslocado do paradigma econômico-social para o paradigma ambiental, visto que a região apresenta o maior índice de cobertura vegetal contínua de Mata Atlântica do estado e um dos maiores do país.

Esta característica da região pode ser facilmente notada em imagem de satélite, conforme figura 1.1, onde se destaca o contraste da expansão urbana da Região Metropolitana de São Paulo e da Região Administrativa de Sorocaba, em tons de lilás, com os remanescentes florestais da Mata Atlântica no Vale do Ribeira, em tons de verde.

Figura 1.1. Imagem de Satélite da Região do Vale do Ribeira.

Fonte: Capobianco et al., 2004, p. 35.

Para se ter uma idéia do redirecionamento das políticas públicas, somente na década de 80, foram criadas, sobretudo pelo governo estadual, nove Unidades de Conservação (UCs) no Vale do Ribeira (quadro 1.1), que causam grande impacto numa região de base econômica agrícola e extrativista.

Quadro 1.1. Unidades de Conservação Criadas na Década de 80 no Vale do Ribeira.

	Unidades de Conservação	Decreto	Ano de Criação	Área (ha)
1	Parque Estadual Carlos Botelho	Estadual	1982	22.500
2	Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe	Federal	1984	1.964.600
3	Área de Proteção Ambiental Serra do Mar	Estadual	1984	469.450
4	Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha Ameixal	Federal	1985	356
5	Estação Ecológica Tupiniquins	Federal	1986	43,25
6	Estação Ecológica Chauás	Estadual	1987	2.699,60
7	Estação Ecológica Juréia-Itatins	Estadual	1987	79.270
8	Área de Proteção Ambiental Ilha Comprida	Estadual	1987	17.527
9	Área de Relevante Interesse Ecológico ZVS Ilha Comprida	Estadual	1989	13.024

Fonte: SMA, Atlas das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, 2000.

Organização: Carolina Todesco (2007).

No Vale do Ribeira paulista, a década de 80 é marcada, portanto, por ações do Estado que se referem à legislação ambiental e à regulamentação das unidades de conservação. Segundo Romão e Veiga (1998, p. 171), cerca de 75% das terras da região são regidas por leis de proteção ambiental, sendo que 58% dessas áreas são institucionalmente protegidas, sob a forma de Parques e Estações Ecológicas (de propriedade pública, onde é proibido qualquer uso econômico) ou de Áreas de Proteção Ambiental (nas quais a propriedade e o uso do solo podem ser privados, mas sofrem restrições de uso).

Segundo Romão et al. (2006) quando ocorre o fortalecimento da questão ambiental e o enfraquecimento da questão agrária, na década de 80, posseiros e pequenos agricultores da região percebem a mudança de interesse do Estado e da Sociedade, e sentem-se traídos pelos ambientalistas, que deixam a luta pela realização da regularização fundiária e da reforma agrária em favor do meio ambiente.

Proibição, coação e cerceamento parecem termos muito fortes para a maneira como se desenrolou a história recente da região do Vale do Ribeira, mas eles traduzem os sentimentos das comunidades que aprenderam com a situação vivida e passaram a reagir, a se organizar e a exigir o direito ao acesso à terra para cultivar, às águas para pescar e a um planejamento e gestão sustentável dos recursos

naturais que incluísse a necessidade de reprodução das suas existências. (ROMÃO et al., 2006, p. 24)

As limitações que as leis de proteção ambiental impuseram às comunidades tradicionais do Vale do Ribeira, sem o cuidado com a geração de alternativas de emprego e renda, não asseguraram também a proteção da natureza. A exploração ilegal de espécies, como o palmito juçara, por exemplo, continua sendo praticada em grande escala na região, na maioria por famílias carentes que vêem na exploração dos recursos naturais um meio de vida. Após quase completa dizimação dos estoques de palmito juçara das propriedades particulares, segundo Serra (2006), promotora de Justiça Regional do Meio Ambiente do Vale do Ribeira, os cortadores de palmito passaram a explorar sistematicamente os estoques existentes nas unidades de conservação.

Daí, por exemplo, Cruz (2001a, p. 28) afirmar que os problemas ambientais “nada mais são que a materialização, no espaço, das distorções e contradições presentes nas relações sociais, e toda medida, portanto relativa à melhoria da qualidade ambiental será sempre paliativa, por mais significativa que possa parecer”.

É neste contexto que, mais especificamente a partir dos anos 90, o Estado e também organizações do Terceiro Setor começam a construir o discurso de que o ecoturismo é uma das alternativas de “desenvolvimento sustentável” para o Vale, compreendido como capaz de conciliar a proteção dos recursos naturais com o desenvolvimento sócio-econômico da população.

Este breve retrospecto da história da região localiza o lugar do Vale do Ribeira na Divisão Territorial do Trabalho (DTT), a qual, movida pela produção, atribui a cada movimento um novo conteúdo e novas funções aos lugares.

Como a região não tem existência própria, nada mais é que uma abstração, se a considerarmos à parte da totalidade (SANTOS, 2002), o Vale do Ribeira tem

sua significação dada pela forma como os recursos¹⁸ são distribuídos no espaço, o que muda conforme o movimento histórico.

Desde seus primórdios, no período da colonização, o Vale se configura como uma região exportadora de recursos naturais, inicialmente com a exploração do ouro e posteriormente com a exploração de outros minérios (calcário, calcita, apatita, fosfarita). Ao mesmo tempo, incorpora-se à economia do estado como exportadora de produtos primários (banana e chá), de baixo valor agregado.

Na atualidade, a promoção do ecoturismo¹⁹ na região, reforça a histórica condição do Vale de “exportadora de recursos naturais”, com o diferencial de que é o consumidor-turista que tem de se deslocar até o produto a ser consumido - o chamado “lugar turístico”, o que teoricamente, possibilita a preservação dos recursos naturais.

Daí o interesse desta pesquisa em realizar uma análise geográfica sobre a forma como o território do Vale do Ribeira está sendo organizado para a atividade do turismo, considerando, sobretudo, o papel desenvolvido pelo Estado e organizações do Terceiro Setor na promoção desta atividade na região.

¹⁸ “Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, idéias, sentimentos, valores. É a partir da distribuição desses dados que os homens vão mudando a si mesmos e ao seu entorno. Graças a essa ação transformadora, sempre presente a cada momento os recursos são outros, isto é, se renovam, criando outra constelação de dados, outra totalidade”. (Santos, 2002, p. 132)

¹⁹ O turismo é considerado um produto de exportação na balança comercial.

1.2 Caracterização Geográfica

A Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape (figura 1.2), genericamente denominada de Vale do Ribeira, abrange as regiões sul do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná, com uma área de 28.306 Km² (30% no Estado do Paraná e 70% no Estado de São Paulo), confrontando-se ao norte e a nordeste com bacias dos rios Paranapanema e Tietê, ao sul com a bacia do Rio Iguaçu e a leste com o Oceano Atlântico (SÃO PAULO, 1992).

O rio Ribeira de Iguape tem suas nascentes na vertente leste da Serra de Paranapiacaba, formado inicialmente pelos rios Ribeirão Grande e Açungui, os quais nascem no Estado do Paraná, a noroeste da Região Metropolitana de Curitiba, numa altitude de aproximadamente 1.000 metros. Da confluência desses dois rios ainda em território paranaense, até as proximidades da cidade de Eldorado, mantém apenas o nome de rio Ribeira.

Com uma extensão total de cerca de 470 km²⁰, sem apresentar barragem pelo seu curso, o rio Ribeira de Iguape deságua no Oceano Atlântico no município de Iguape, no local denominado Barra do Ribeira (foto 1.3). No entanto, desde a conclusão do Canal do Valo Grande²¹ (foto 1.4), parte de suas águas deságua no Mar Pequeno, compreendido entre o continente e a Ilha Comprida (SÃO PAULO, 1992). A vazão média total da Bacia é de 508 m³/s, correspondente a 17% da vazão média total do Estado de São Paulo (DAEE, 1998, apud ALVES, 2004).

²⁰ 120 km correm em terras paranaenses, 260 km em terras paulistas e 90 km compõem a divisa entre Paraná e São Paulo. (São Paulo, 1992).

²¹ Em 1978, atendendo a constantes reivindicações da população local o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) executou a obra de fechamento do Valo Grande. Entretanto, a partir de 1979, foram observadas inundações nas áreas baixas do Ribeira, com prejuízos aos agricultores. Em vista disso, o DAEE, a partir de 1980, iniciou uma série de estudos e propôs o rebaixamento do maciço e a construção de vertedouros com comportas sobre a barragem, considerando os impactos sobre o ecossistema estuarino e o controle de cheias. (CBH-RB, 2000, p. 282)

Foto 1.3. Foz do Rio Ribeira de Iguape.

Autor: Margi Moss (s/d)²².

Foto 1.4. Canal do Valo Grande.

Autor: Carolina Todesco (2007).

Conforme Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul - CHB-RB (2000, p. 34-35), o rio Ribeira no seu curso médio e alto é um típico rio de planalto, apresentando perfil longitudinal e bacia com características morfológicas bastante acidentadas, com vales encaixados e uma declividade média muito elevada. No seu curso inferior, a jusante de Eldorado, após receber o Juquiá, o rio Ribeira de Iguape passa a apresentar um gradiente bastante suavizado, constituindo um típico rio de planície, quando o seu curso abre-se em larga extensão, assumindo padrão meandrante.

²² Disponível em: <http://www.brasildasaguas.com.br/diario_sete_rios/barra_ribeira_foz_iguape.html>. Acesso em: jan. 2007.

No que se refere às características geomorfológicas, o Vale do Ribeira, porção paulista, apresenta três grandes divisões (figura 1.3): zona serrana, zona sublitorânea e zona litorânea (SÃO PAULO, 1992).

Conforme Alves (2004, p. 45), a zona serrana abrange uma área de cerca de 9 mil km², cobrindo aproximadamente dois terços da porção paulista do Vale do Ribeira. As escarpas da serra formam um paredão abrupto, com altitudes que chegam a 1.300m, separando a região costeira do planalto interior. Este compartimento geomorfológico é formado por rochas pré-cambrianas e apresenta, nos seus extremos norte e sul, uma grande aproximação com o litoral. Porém, partindo das suas extremidades em direção à região central, ocorre um gradativo distanciamento da linha da costa, formando uma espécie de arco côncavo para o litoral.

Figura 1.3. Subdivisão Geomorfológica.

Fonte: SÃO PAULO, SMA, 1992, p.131.

Nesta zona, merece destaque a Serra de Paranapiacaba, a qual apresenta relevos do tipo Montanhas com Vales Profundos, Serras Restritas e Morros Paralelos (CBH-RB, 2000).

Esta região é responsável pela maior província espeleológica do sudeste do país, composta por cavernas e grutas, como de abismos e outras feições cársticas. Mais de 300 cavidades naturais na região estão no Cadastro Nacional de Cavernas, concentradas nos municípios de Iporanga e Apiaí, no Parque Turístico do Alto Ribeira (PETAR)²³. Este Parque expõe 30 cavernas para visitação, constituindo um importante destino turístico do Vale (fotos 1.5 a 1.9).

Nos municípios Barra do Turvo e Eldorado também se encontram cavidades naturais; neste último se localiza a Caverna do Diabo (foto 1.10), uma das mais conhecidas, no Parque Estadual de Jacupiranga.

Foto 1.5. Visitantes no Núcleo Santana do PETAR.

Autor: Carolina Todesco (2006).

Foto 1.6. Visitantes na Trilha até a Caverna Água Suja.

Autor: Lucas H. Gabrielli (2006).

Foto 1.7. Visitantes na Caverna Santana – PETAR.

Autor: Lucas H. Gabrielli (2006).

Foto 1.8. Visitantes no Núcleo Ouro Grosso – PETAR.

Autor: Carolina Todesco (2006).

²³ No PETAR quatro núcleos de apoio orientam os visitantes: Santana, Ouro Grosso, Casa de Pedra e Caboclos. Os três primeiros contam com instalações do Instituto Florestal. O último é dotado de infra-estrutura conjunta do Instituto Geológico e Instituto Florestal, com alojamento para guias e pesquisadores, tendo também área para acampamento, onde são recebidos cerca de 1000 visitantes por ano. Os núcleos contam com guias treinados para o monitoramento da visitação. Disponível em: <http://www.igeologico.sp.gov.br/ea_petar_visitacao.asp>. Acesso em: jan. 2007.

Foto 1.9. Entrada da Caverna Água Suja – PETAR.

Autor: Carolina Todesco (2006).

Foto 1.10. Interior da Caverna do Diabo – Parque Estadual de Jacupiranga.

Autor: Carolina Todesco (2006).

A zona sublitorânea é a área de transição entre a serra e a baixada, com cerca de 3,5 mil km² (ALVES, 2004, p. 45). Ocupa a região central do Vale, denominada vulgarmente de Médio Vale, apresentando relevos do tipo Planícies Aluvial, Morrotes em Meia Laranja, Morros de Topos Achatados, Mar de Morros, Morros Paralelos, Morros Isolados, Serras Alongadas, e Montanhas, cujas elevações raramente se erguem acima de 100-200 metros (CBH-RB, 2000, p. 28). Esta é a zona mais explorada pelas culturas permanentes, principalmente da banana, pois suas colinas apresentam declividades entre 5% e 12%, favorecendo sua utilização pela agricultura (foto 1.11).

Foto 1.11. Plantação de Banana - Paisagem comum do Médio Vale.

Autor: Carolina Todesco (2007).

Já a zona litorânea é uma grande área plana, constituída por uma planície sedimentar litorânea, com aproximadamente 2,5 mil km². A chamada “Baixada do Ribeira ou Baixo Vale” fica encravada entre a serra e o mar, e sua altitude é sempre inferior à cota de 100 metros, predominando altitudes de 2 a 3 metros numa faixa de 10 km da costa (ALVES, 2004, p. 45). Esta porção compreende as Planícies Costeiras, juntamente com os Manguezais e os Terraços Marinhos, estes últimos, presentes no trecho final do rio Ribeira de Iguape. Desta forma, a baixada litorânea compreende as colinas sub-litorâneas de baixa altitude e a região lagunar-estuarina Iguape-Cananéia (CBH-RB, 2000, p. 28).

A porção paulista da região lagunar-estuarina do Vale do Ribeira é compreendida desde o norte da Estação Ecológica da Juréia até o extremo sul da Ilha do Cardoso, com uma extensão de cerca de 100 km e de até 20 km de largura.

Formada por um conjunto de lagunas, braços de mar, baías, estuários, restingas, ilhas e morros isolados, configura-se numa unidade ecológica de grande importância ambiental, inclusive econômica (MORAES, 2000, p. 122), destacando-se como um dos mais importantes criadouros de espécies marinhas do Atlântico Sul e o terceiro do mundo em termos de produtividade primária²⁴.

Apresentam-se também na região costeira de Iguape–Cananéia depósitos de conchas marinhas, denominados de sambaquis. Os sambaquis são relíquias arqueológicas, que testemunham a ocupação dos homens pré-históricos na região, cuja alimentação constava basicamente de peixes pescados nos canais e lagunas e de ostras coletadas nas praias rochosas (SÃO PAULO, 1992).

Resumidamente, o Vale, portanto, tem uma diversidade de ambientes terrestres e aquáticos, envolvendo extensas áreas de relevo serrano, com fortes declividades e várzeas encaixadas e um setor composto por planícies costeiras, manguezais, terraços marinhos e fluviais (CBH-RB, 2000).

Quanto ao clima da região, pode-se de um modo geral, classificá-lo como tropical úmido com ligeiras variações entre a zona litorânea e serrana, apresentando uma pluviosidade média de 1400 mm/ano. De acordo com CBH-RB (2000), as

²⁴ Rendimento da conversão de energia radiante em substâncias orgânicas.

condições climáticas altamente favoráveis à ocorrência de chuvas de grande intensidade e duração, aliada as características morfológicas da região, favorecem a incidência de grandes cheias, responsáveis pelas freqüentes inundações no Baixo Vale, ocasionando sérios problemas socioeconômicos.

Segundo a Defesa Civil do Estado de São Paulo²⁵, as enchentes no Vale do Ribeira de 1997 e de 1998 são consideradas duas das piores ocorrências na história deste departamento. Em 1997, mais de 15.400 pessoas ficaram desabrigadas e, em 1998, foram 6.400.

Por outro lado, as condições climáticas também favorecem a presença das principais formações vegetais da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados. Conforme o Instituto Socioambiental - ISA (2000), o “Vale do Ribeira abriga 21% dos remanescentes florestais da Mata Atlântica do Brasil²⁶ e possui grande diversidade de espécies vegetais, representadas por formações florestais, como a floresta ombrófila densa, a floresta ombrófila mista, as vegetações de restingas e os manguezais”.

A vegetação abriga espécies raras, como o cedro, a araucária, a caxeta, o palmito, a canela, como também uma diversidade de epífitas, como as bromélias e as orquídeas. Em sua fauna registra 68 espécies animais ameaçadas de extinção, como por exemplo, o monocarvoeiro, a onça-pintada, a jaguatirica, o jacaré-de-papo-amarelo, o veado-campeiro, entre outros (ISA, 2000).

De acordo com o “Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica Período 1995-2000”, elaborado pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)²⁷, 13 dos 23 municípios do Vale do Ribeira estão entre os 100 municípios do Brasil que mais possuem a presença de remanescentes florestais da Mata Atlântica em seu território. A tabela 1.3 apresenta

²⁵ Disponível em: <<http://www.defesacivil.sp.gov.br/historico.htm>>. Acesso em: fev. 2007.

²⁶ Considerando a porção paranaense do Vale do Ribeira.

²⁷ Desde 1989, a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), um órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, vêm mapeando e monitorando os remanescentes florestais e ecossistemas associados da Mata Atlântica, utilizando recursos e tecnologias da área da informação, sensoriamento remoto e geoprocessamento para produção de informações permanentes e atualizadas desse bioma.

a posição no ranking, como também a elevada porcentagem que a Mata Atlântica ocupa na área total dos respectivos municípios.

Tabela 1.3 - Posição de Municípios do Vale do Ribeira no Ranking dos 100 Municípios Brasileiros que Mais Possuem Mata Atlântica.

Posição no Ranking	Município	Remanescentes florestais, vegetação de mangue e restinga (ha)	Área original da Mata Atlântica (ha)	% município	Área Município (ha)
05º	Iporanga	102.866	116.260	88%	116.260
09º	Tapiraí	65.557	75.685	87%	75.685
10º	Pedro de Toledo	56.660	67.222	84%	67.222
21º	Eldorado	132.376	166.063	80%	166.063
29º	Iguape	154.074	198.575	78%	198.575
30º	Cananéia	96.486	124.433	78%	124.433
32º	Miracatu	77.456	100.303	77%	100.303
36º	Juquitiba	40.179	52.279	77%	52.279
40º	São Lourenço da Serra	14.032	18.694	75%	18.694
44º	Sete Barras	78.657	105.435	75%	105.435
56º	Juquiá	58.787	82.291	71%	82.291
72º	Jacupiranga	47.358	71.002	67%	71.002
82º	Barra do Turvo	65.651	100.744	65%	100.744

Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica, 2002.

Organização: Carolina Todesco (2007).

As diferentes categorias de unidades de conservação localizadas no Vale do Ribeira implantadas pelo Estado, segundo Romão et al. (2006), de forma arbitrária e autoritária, com o apoio de ONGs ambientalistas, é justificado pelo fato de a Mata Atlântica estar reduzida atualmente a cerca de 100 mil km² em todo país, quando originalmente, estava distribuída em uma área superior a 1,3 milhão de km² (15% do território nacional), por 17 estados brasileiros, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica (2002).

As áreas sob proteção legal no Vale do Ribeira ocupam parcelas significativas de seu espaço físico, como pode ser observado no mapa 1.3²⁸, compreendendo

²⁸ O mapa 1.2 não apresenta o Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins, composto pela Estação Ecológica da Juréia-Itatins, Parque Estadual Itinguçu, Parque Estadual do Prelado, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Despraiado, Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Uma e Refúgios de Vida Silvestre das ilhas do Abrigo ou Guaraú e Guararitama, criados recentemente através da Lei Nº. 12.406, de 12 de dezembro de 2006, pois ainda não há mapas disponíveis destas novas UCs.

unidades de conservação ambiental²⁹ e áreas protegidas por medidas específicas, como por exemplo, Área Natural Tombada, Área sob Proteção Especial, Reserva Indígena e Reserva de Biosfera. Muitas unidades possuem superposição legal e espacial de áreas ou têm fronteiras entre si (CBH-RB, 2000).

As UCs integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

- I. **Unidades de Proteção Integral.** Tem objetivo básico de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de UC: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio de Vida Silvestre.
- II. **Unidades de Uso Sustentável.** Tem o objetivo básico de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Constituem o grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de UC: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

No quadro 1.2 estão listadas as unidades de conservação localizadas no Vale do Ribeira, como também as áreas protegidas por medidas especiais com o objetivo de proteção, preservação ou controle ambiental, que não se configuram como UC.

²⁹ De acordo com a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), unidade de conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público (federal, estadual ou municipal) com objetivos de conservação e limites definidos.

Quadro 1.2. Unidades de Conservação e Áreas Protegidas no Vale do Ribeira.

Unidades de Proteção Integral				
Unidades de Conservação	Diplomas Legais	Ano de Criação	Área (ha)	Municípios
Estações Ecológicas				
Estação Ecológica Tupiniquins	Decreto Federal Nº. 92.964 de 21/7/86	1986	43,25	Cananéia e Peruíbe
Estação Ecológica Chauás	Decreto Estadual Nº. 12.327 de 26/9/78 Decreto Estadual Nº. 26.719 de 06/2/87	1987	2.699,60	Iguape
Estação Ecológica Juréia-Itatins	Decreto Estadual Nº. 24.646 de 20/1/86 Lei Nº. 5.649 de 28/4/87 Lei Nº. 12.406 de 12/12/06*	1987	**	Peruíbe, Iguape, Itariri e Miracatu
Parques				
Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira	Decreto Estadual Nº. 32.283 de 19/5/58 Lei Nº. 5.973 de 28/11/60	1958	35.712	Iporanga e Apiaí
Parque Estadual Ilha do Cardoso	Decreto Estadual Nº. 40.319 de 03/7/62 Decreto Estadual Nº. 9.414 de 20/1/77	1962	22.500	Cananéia
Parque Estadual Jacupiranga	Decreto-lei Estadual Nº. 145 de 08/8/69	1969	150.000	Eldorado, Jacupiranga, Cajati, Iporanga, Barra do Turvo e Cananéia
Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Pedro de Toledo	Decreto Estadual N.º 10.251 de 30/8/77 Decreto Estadual N.º 13.313 de 06/3/79 Decreto Estadual N.º 19.448 de 30/8/82	1977	55.462	Pedro de Toledo, Itariri, Peruíbe e Juquitiba
Parque Estadual Carlos Botelho	Decreto Estadual Nº. 19.499 de 10/9/82	1982	37.644,36	São Miguel Arcanjo, Sete Barras, Capão Bonito e Tapiraí
Parque Estadual Campina do Encantado	Decreto Estadual Nº. 8.873 de 16/8/94	1994	2.359	Pariquera-Açu
Parque Estadual Intervalos	Decreto Estadual Nº. 40.135 de 8/6/95	1995	41.704, 27	Iporanga, Eldorado, Sete Barras, Ribeirão Grande e Guapiara
Parque Estadual do Itinguçu	Lei Nº. 12.406 de 12/12/06*	2006	**	Iguape e Peruíbe
Parque Estadual do Prelado	Lei Nº. 12.406 de 12/12/06*	2006	**	Iguape
Unidades de Uso Sustentável				
Unidades de Conservação	Diplomas Legais	Ano de Criação	Área (ha)	Municípios
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)				
ARIE Ilha Ameixal	Decreto Federal Nº. 91.889 de 5/11/85	1985	359	Iguape
ARIE da Zona de Vida Silvestre da Ilha Comprida	Decreto Estadual Nº. 30.817 de 30/11/89	1989	13.024	Ilha Comprida
Área de Proteção Ambiental (APA)				
APA Cananéia-Iguape-Peruíbe	Decreto Federal Nº. 90.347 de 23/10/84 Decreto Federal Nº. 91.892 de 06/11/85	1984	196.460	Cananéia, Iguape e Peruíbe
APA Serra do Mar	Decreto Estadual Nº. 22.717 de 21/9/84 Decreto Estadual Nº. 28.347 de 22/4/87 Decreto Estadual Nº. 26.881 de 11/3/87	1984	469.450	Pedro de Toledo, Miracatu, Juquiá, Sete Barras, Barra do Turvo, Tapiraí, Eldorado, Juquitiba, Iporanga, Capão Bonito e Ribeirão Grande
APA Ilha Comprida	Decreto Estadual Nº. 26.881 de 11/3/87 Decreto Estadual Nº. 28.295 de 21/3/88	1987	19.923	Ilha Comprida e Cananéia
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)				
RDS do Despraiado	Lei Nº. 12.406 de 12/12/06*	2006	**	Iguape
RDS da Barra do Una	Lei Nº. 12.406 de 12/12/06*	2006	**	Peruíbe e Iguape
Reserva Extrativista				
Reserva Extrativista da Mandira	Decreto Federal de 13/12/2002	2002	1.181	Cananéia
Áreas Protegidas por Medidas Específicas				
Área Sob Proteção Especial (ASPE) da Juréia	Portaria Federal Nº. 186 de 11/6/86	1986	5.758	Iguape
Reserva Indígena Itariri	Decreto Federal Nº. 94.225 de 14/4/87	1987	1.212,47	Itariri
Áreas Naturais Tombadas da Serra do Mar e Paranapiacaba	Resolução da Secretaria de Estado da Cultura N.º40 de 06/ 06/85	1985	1.300.000	Todos os municípios das UCs da Serra do Mar e do Vale do Ribeira
Tombamento do Maçico da Juréia	Resolução da Secretaria de Estado da Cultura N.º 11 de 25/07/79	1979	4.500	Iguape

* A recente Lei Nº. 12.406, de 12 de dezembro de 2006, altera a área da Estação Ecológica da Juréia-Itatins e institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins, composto pela Estação Ecológica da Juréia-Itatins, Parque Estadual Itinguçu, Parque Estadual do Prelado, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Despraiado, Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una e Refúgios de Vida Silvestre das ilhas do Abrigo ou Guaraú e Guararitama. ** A Lei Nº. 12.406, de 12 de dezembro de 2006, define o contorno da área, mas não informa a área total.
Fontes: SMA, Atlas das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, 2000. / Decreto Federal de 13/12/2002 / Lei Nº. 12.406 de 12/12/06.
Organização: Carolina Todesco (2007).

2.3 Perfil Socioeconômico

Os municípios que compõem o Vale do Ribeira perfazem a região com os menores indicadores econômicos e sociais do estado de São Paulo, este pertencente à Região Concentrada³⁰, caracterizada pelos espaços de maior fluidez e densidade técnica do país. Entretanto, como evidenciam Santos e Silveira (2004, p. 266) “dentro da própria área concentrada, o crescimento é desigual e combinado”.

O Vale do Ribeira possui uma população de aproximadamente 360 mil habitantes, localizados numa área de 17.056,34 km², o que a torna a região de mais baixa densidade demográfica (21 hab/km²) do estado (tabela 1.4). Esta característica marcante do Vale contribuiu para a implantação, nas últimas três décadas, de várias unidades de conservação, pois grandes parcelas de seu território se apresentam pouco ocupadas.

Isto não significa, todavia, que as UCs foram implementadas em áreas inabitadas; muitas comunidades tradicionais, como os quilombolas, foram totalmente inseridos em APAS e Parques Estaduais, principalmente na APA Serra do Mar, Parque Estadual de Jacupiranga, Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira e no Parque Estadual Intervales. Para se ter uma idéia, somente o Parque Carlos Botelho, localizado parcialmente no Vale do Ribeira, possui uma situação fundiária regularizada, todas as demais apresentam problemas e conflitos referentes à posse de terra.

Dados sistematizados por Diegues (2001) dão conta de que existem populações tradicionais³¹ em praticamente todas as unidades restritivas de grande porte no estado de São Paulo: Parque Estadual da Serra do Mar: 13.250 moradores;

³⁰ A Região Concentrada, segundo Santos e Silveira (2004), abrange os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

³¹ Em termos empíricos foram consideradas como exemplos de populações tradicionais as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros tradicionais, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. Como pertencentes às populações não-tradicionais foram considerados os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas de beneficiamento de palmito, madeireiros, etc. (Diegues, 2001)

Parque Estadual de Jacupiranga: 5.560 moradores; PETAR: 700 moradores; Parque Estadual da Ilha do Cardoso: 556 moradores; Parque Estadual da Ilha Bela: 717 moradores; totalizando cerca de 24.500 moradores no conjunto das áreas naturais protegidas do estado de São Paulo.

Outra característica do Vale é sua porcentagem significativa de população rural, 34,67%, num estado predominantemente de população urbana (93,41%). Os municípios Barra do Chapéu, Eldorado, Iporanga, Itapirapuã Paulista, Miracatu, Ribeira e Sete Barras chegam a ter uma população absoluta rural maior que a urbana, como podemos visualizar na tabela 1.4 e gráfico 1.1.

Tabela 1.4 – População, Área e Densidade Demográfica (2000).

	Municípios	Pop. Rural	Pop. Rural (%)	Pop. Urbana	Pop. Urbana (%)	Pop. Total	Área Km²	Hab/Km²
01	Apiiaí	10.514	38,71%	16.648	61,29%	27.162	968,841	28,03
02	Barra do Chapéu	3.398	70,12%	1.448	29,88%	4.846	407,286	11,89
03	Barra do Turvo	5.228	64,48%	2.880	35,52%	8.108	1007,285	8,04
04	Cajati	8.231	28,16%	20.996	71,84%	29.227	454,925	64,24
05	Cananéia	2.094	17,03%	10.204	82,97%	12.298	1242,01	9,90
06	Eldorado	7.160	50,66%	6.974	49,34%	14.134	1656,728	8,53
07	Iguape	5.493	20,03%	21.934	79,97%	27.427	1980,916	13,84
08	Ilha Comprida	0	0,00%	6.704	100,00%	6.704	188,53	35,55
09	Iporanga	2.486	54,49%	2.076	45,51%	4.562	1160,293	3,93
10	Itaóca	1.052	32,61%	2.174	67,39%	3.226	182,495	17,67
11	Itapirapuã Paulista	1.925	53,82%	1.652	46,18%	3.577	406,306	8,80
12	Itariri	6.168	45,31%	7.445	54,69%	13.613	272,777	49,90
13	Jacupiranga	6.998	41,07%	10.043	58,93%	17.041	708,382	24,05
14	Juquiá	8.076	39,36%	12.440	60,64%	20.516	820,961	24,99
15	Juquitiba	9.072	34,29%	17.387	65,71%	26.459	521,598	50,72
16	Miracatu	11.471	51,25%	10.912	48,75%	22.383	1000,736	22,36
17	Pariquera-Açu	5.927	33,58%	11.722	66,42%	17.649	359,691	49,06
18	Pedro de Toledo	3.028	32,96%	6.159	67,04%	9.187	671,113	13,68
19	Registro	10.686	19,88%	43.066	80,12%	53.752	716,331	75,03
20	Ribeira	2.501	71,31%	1.006	28,69%	3.507	335,029	10,46
21	São Lourenço da Serra	1.418	11,62%	10.781	88,38%	12.199	186,709	65,33
22	Sete Barras	9.070	66,14%	4.644	33,86%	13.714	1052,106	13,03
23	Tapiraí	2.783	32,47%	5.787	67,53%	8.570	755,293	11,34
Total Vale do Ribeira		124.779	34,67%	235.082	65,33%	359.861	17.056,34	21,09
Total Estado de São Paulo		2.439.552	6,59%	34.592.851	93,41%	37.032.403	248.209,426	149,19

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico, 2000.

Organização: Carolina Todesco (2007).

Gráfico 1.1. População Rural e Urbana (2000).

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico, 2000.
Organização: Carolina Todesco (2007).

Este perfil da região também se relaciona à presença marcante de comunidades tradicionais no Vale do Ribeira, tais como, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras e, em menor proporção, indígenas, que têm na agricultura de subsistência, no extrativismo e na pesca seus principais meios de vida.

Como podem ser observados nas figuras 1.4 e 1.5, os quilombolas se concentram no Alto Ribeira, enquanto os indígenas no Baixo Vale; já os ribeirinhos estão espalhados por toda a bacia do rio Ribeira de Iguape e os caiçaras, como não poderia deixar de ser, estão localizados nos municípios litorâneos de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida.

De acordo com o ISA³², vivem no Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá cerca de 80 comunidades caiçaras, formadas por 2.456 famílias; quanto à população indígena na região estima-se que seja composta por cerca de 400 indivíduos; e as comunidades remanescentes de quilombos, segundo IDESC (2005), totalizam 28, sendo que destas, 14 estão oficialmente reconhecidas, 03 estão em fase final de reconhecimento e 11 foram apontadas para identificação (figura 1.4).

³² Informações disponíveis em: <<http://www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira/comunidades>>. Acesso em: jan. 2007.

A presença destas comunidades na região, como também de imigrantes, sobretudo japoneses, compõe o rico patrimônio cultural do Vale do Ribeira expresso por meio das festas e rituais, danças, músicas, contos e lendas, artesanato e arquitetura.

Figura 1.4. Remanescentes de Quilombos no Vale do Ribeira – Situação Jurídica e Fundiária (2005).

Fonte: IDESC, 2005

Figura 1.5. Áreas Indígenas no Vale do Ribeira – Situação Fundiária (2004 /2005).

Fonte: IDESC, 2005.

O Vale do Ribeira, portanto, não é uma região tão homogênea quanto pode aparentar num primeiro momento; além de sua diversidade cultural ela também apresenta, internamente, disparidades sócio-econômicas.

A região do Alto Vale³³, por exemplo, detém os municípios com os piores índices de desenvolvimento humano municipal (IDH-M), como pode ser observado na tabela 1.5 e figura 1.6.

Tabela 1.5 – IDH-M e IDHM-Renda e as Posições no Ranking do Estado de São Paulo.

Municípios	IDH-M	Ranking IDH-M	Índice de PIB (IDHM-R)	Ranking PIB (IDHM-R)	Renda Per Capita (R\$)
Ilha Comprida	0,803	148	0,736	156	320,60
Registro	0,777	340	0,719	225	289,91
Cananéia	0,775	360	0,68	442	229,18
São Lourenço da Serra	0,771	386	0,687	402	239,13
Pariquera-Açu	0,77	402	0,687	400	239,16
Jacupiranga	0,759	475	0,706	283	267,27
Iguape	0,757	492	0,688	392	240,49
Juquitiba	0,754	519	0,666	513	210,65
Cajati	0,751	531	0,631	617	170,53
Itariri	0,749	539	0,687	397	239,88
Miracatu	0,748	547	0,664	525	208,49
Juquiá	0,742	571	0,679	450	228,66
Tapiraí	0,738	583	0,674	470	220,93
Eldorado	0,733	602	0,633	613	173,05
Sete Barras	0,731	605	0,619	631	159,39
Pedro de Toledo	0,729	610	0,672	481	218,79
Apiáí	0,717	623	0,631	615	171,29
Iporanga	0,693	638	0,592	639	135,50
Ribeira	0,678	640	0,58	640	126,36
Barra do Turvo	0,663	641	0,563	643	113,90
Itaóca	0,65	642	0,554	645	107,89
Barra do Chapéu	0,646	644	0,555	644	108,43
Itapirapuã Paulista	0,645	645	0,576	641	122,88

Fonte: São Paulo, SEP, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000.

Organização: Carolina Todesco (2007).

³³ O Vale do Ribeira é comumente dividido em três sub-regiões: Alto Vale, Médio Vale e Baixo Vale. O Alto Vale compreende os municípios de Apiáí, Barra do Turvo, Barra do Chapéu, Eldorado, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Iporanga, Ribeira e Sete Barras; o Médio Vale é composto pelos municípios de São Lourenço da Serra, Juquitiba, Pedro de Toledo, Itariri, Miracatu, Tapiraí, Juquiá, Registro, Jacupiranga e Cajati; e o Baixo Vale corresponde aos municípios de Iguape, Cananéia, Ilha Comprida e Pariquera-Açu.

Figura 1.6. IDH-M dos Municípios do Vale do Ribeira (2000).

Fonte: IDESC, 2005.

De acordo com Romão et al. (2006, p.33), os municípios de Apiaí, Iporanga, Ribeira, Barra do Turvo, Itaóca, Barra do Chapéu e Itapirapuã Paulista apresentam grande dependência da agricultura para a geração de emprego e renda, mesmo possuindo a mais alta porcentagem de terras (95%) com restrita aptidão natural para o uso agrícola e o mais baixo nível de modernização agrícola da região, o que já basta para evidenciar a grave situação de subdesenvolvimento destes municípios, caracterizados pelo predomínio da força de trabalho familiar, alta incidência de pobreza entre os chefes de domicílio rural, e uma expressiva presença de emprego de menores de 14 anos na lavoura.

Estes municípios apresentam, também, os piores indicadores de habitabilidade rural: apenas 32,9% dos estabelecimentos rurais fazem uso de energia elétrica e 31% de canalização de água; além dos mais baixos indicadores sociais de educação e renda. Apiaí, Iporanga, Ribeira, Barra do Turvo, Itaóca, Barra do Chapéu, Itapirapuã Paulista compõem, portanto, a porção mais pobre do Vale do Ribeira, sendo que destes, três, Itapirapuã Paulista, Barra do Chapéu e Ribeira, não possuem territórios inseridos em Unidades de Conservação. De certa forma, isto contribui para demonstrar que as UCs não são a causa do subdesenvolvimento do Vale, mas possivelmente consequência, pois caso o Vale tivesse historicamente

outra dinâmica econômica, como teve, por exemplo, o planalto paulista, talvez grande parte de sua vegetação nativa não tivesse sido “preservada”.

Em contraposição, os municípios de Ilha Comprida, Registro, Cananéia, São Lourenço da Serra e Pariquera-Açu são considerados os mais desenvolvidos do Vale (ver tabela 1.5).

Registro e Pariquera-Açu, com uma economia baseada na agricultura, apresentam os mais altos indicadores de modernização agrícola e o mais baixo indicador de terras com restrições agrícolas da região (47,3%). Os mesmos estão localizados na região central do Vale do Ribeira onde não há predomínio de unidades de conservação.

O município de São Lourenço da Serra também apreende altos indicadores de modernização agrícola, com uma importante produção de horticultura, mas sua dinâmica econômica é bastante diferenciada do restante do Vale, por ser o município mais próximo da capital São Paulo, apresentando 88% de sua população na área urbana.

Já Cananéia constitui-se em município de pouca dependência do setor agrícola para a geração de renda; sua localização litorânea permite que 71% do valor de sua produção venham do setor de pesca e aquicultura. O turismo também se apresenta como um importante setor econômico, assim como para o município de Ilha Comprida, o qual apresenta o melhor IDH-M da região; em 2000, num ranking entre os 645 municípios do estado de São Paulo ocupou a 148ª posição (tabela 1.5).

Os municípios que mais se aproximam da média regional (0,729) nos indicadores sociais são: Jacupiranga, Iguape, Juquitiba, Cajati, Itariri, Miracatu, Juquiá, Tapiraí, Eldorado, Sete Barras e Pedro de Toledo. Estes possuem uma economia baseada na agricultura familiar (57,71%) de baixa modernização, e apresentam 81% de suas terras com restrições naturais para o uso agrícola (ROMÃO et al., 2006).

No que se refere à economia de forma geral, o Produto Interno Bruto (PIB) do Vale do Ribeira, em 2003, foi de R\$2,4milhões (tabela 1.6), representando uma

participação de apenas 0,49% no PIB do estado de São Paulo, sendo a agricultura e a mineração os principais segmentos de sua economia.

Tabela 1.6 – PIB dos Municípios, Desagregado por Setor (2003).

Municípios	PIB – R\$mil	Valor Adicionado na Agropecuária R\$mil	Valor Adicionado na Indústria R\$mil	Valor Adicionado no Serviço R\$mil
Apiaí	166.485	44.484	42.727	66.581
Barra do Chapéu	20.203	8.393	1.728	9.986
Barra do Turvo	20.312	3.550	2.469	14.315
Cajati	422.425	54.604	202.867	104.660
Cananéia	46.557	3.643	9.313	33.942
Eldorado	86.647	45.183	6.955	35.022
Iguape	142.406	36.159	22.676	95.662
Ilha Comprida	47.112	4	11.192	35.816
Iporanga	16.317	3.204	1.768	11.436
Itaóca	12.129	4.690	878	6.525
Itapirapuã Paulista	16.203	7.181	1.094	7.841
Itariri	83.898	36.248	11.698	36.329
Jacupiranga	92.760	33.979	8.827	53.807
Juquiá	114.096	48.187	13.055	54.028
Juquitiba	207.526	32	102.157	96.214
Miracatu	118.916	45.261	13.385	61.743
Parquera-Açú	92.153	28.208	12.890	51.791
Pedro de Toledo	202.540	25.130	134.668	43.323
Registro	272.259	61.181	52.239	166.670
Ribeira	13.071	3.418	2.089	7.092
São Lourenço da Serra	85.124	2.680	28.932	47.381
Sete Barras	94.187	50.884	7.786	34.946
Tapiraí	46.924	13.931	8.224	24.416
Total Vale do Ribeira	2.420.250	560.234	699.617	1.099.526
Participação em % Total Vale do Ribeira	100%	23%	29%	45%
Total Vale do Ribeira, excluindo Cajati, Juquitiba e Pedro de Toledo	1.587.759	480.468	259.925	855.329
Participação em % Total Vale do Ribeira excluindo Cajati, Juquitiba e Pedro de Toledo	100%	30%	16%	54%
Total Estado de São Paulo	494.813.616	36.364.785	206.698.860	229.025.663
Participação em % Total Estado de São Paulo	100%	7%	42%	46%

Fonte: IBGE, Cidades, 2003.
Organização: Carolina Todesco (2007).

Ou seja, mesmo após 500 anos, desde o início da colonização, a economia do Vale ainda se assenta na produção de produtos primários de baixo valor agregado e na exploração dos seus recursos naturais, o que, de certa forma, não deixa de ser um retrato do próprio país, que na divisão internacional do trabalho ainda se posiciona como um grande exportador de produtos primários e semimanufaturados.

Numa análise do PIB desagregado por setor, pode-se num primeiro momento, acreditar que o setor industrial tem um maior peso na economia do Vale; no entanto, a participação do mesmo diminui pela metade se desconsiderarmos os municípios que destoam da média, no caso Cajati, Juquitiba e Pedro de Toledo. Desta forma, percebe-se a importância da agricultura para a região (30% do PIB), num estado onde o setor agropecuário representa apenas 7% do PIB.

O setor secundário no Vale é expressivamente representado pela indústria extrativa mineral, já que a região detém o principal potencial mineral do estado de São Paulo, com grande variedade de substâncias minerais, desde ferrosos, metálicos não ferrosos e preciosos, além de minerais industriais diversos e materiais naturais destinados à indústria da construção civil (CBH-RB, 2000, p. 21).

O município de Cajati destaca-se como o maior parque industrial da região, produzindo cimento, argamassa, ácido sulfúrico e fosfórico, fertilizante e ração animal. Ressalte-se, ainda, a existência de jazidas de mármore, granito, calcário e dolomita.

Já o setor terciário, ou o setor de serviços, com um peso significativo na economia do Vale (54%) espelha, também, o movimento da totalidade-mundo, ou seja, a emergência e a consolidação do setor de serviços como um dos mais dinâmicos no mundo hoje.

O principal centro comercial da região é o município de Registro, com filiais de redes de comércio, revendedoras do setor automotivo, além de *shopping centers*. Registro é o município mais populoso do Vale, com 53.752 habitantes, e o único a possuir um curso de ensino superior público (Unidade Diferenciada da Unesp - curso de graduação em Agronomia).

Segundo a Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (2003), o setor terciário vem tendo significativo desenvolvimento, induzido pelo ecoturismo, aproveitando os atrativos naturais regionais, como as cavernas de Iporanga, Apiaí e Eldorado; as praias de Iguape, Ilha Comprida e Cananéia; as áreas de pesca no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia; e as cachoeiras nos municípios do Alto Vale.

No entanto, a principal atividade do Vale do Ribeira é a agricultura, mesmo apresentando grande parte de suas terras inapropriadas ou pouco recomendadas para o uso agrícola.

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo³⁴ (1989, apud CBH-RB, 2000, p. 44), baseada num sistema de avaliação de terras, o qual considera as características físicas dos terrenos, tais como a declividade, efeito do clima, entre outros, aponta que somente 29,43% das terras do Vale do Ribeira são aptas para plantio e/ou pastagens (tabela 1.7).

Tabela 1.7 – Capacidade de uso das terras.

Capacidade de uso das Terras	Descrição	Ocorrência
Classes I, II, III	Terras aráveis	6,28
Classes IV, VI	Terras para culturas permanentes	12,18
Classe V	Terras para pastagens	10,97
Classe VII	Pastagens ocasionais e reflorestamento	46,19
Classe VIII	Terras inaproveitáveis	24,37

Fonte: Os Recursos Hídricos da Bacia do Ribeira de Iguape e do Litoral Sul – Vol. 4, SMA, 1989, apud CBH-RB 2000, p. 44.

Este inibidor natural à expansão da agricultura no Vale favorece e continua favorecendo para que em 55,07% da região predomine a cobertura vegetal natural³⁵ (mapa 1.4 e tabela 1.8), deparando-se com a inexpressividade da área utilizada para o cultivo de produtos agrícolas (3,18%).

³⁴ SMA, Os Recursos Hídricos da Bacia do Ribeira de Iguape e do Litoral Sul – Vol. 4, 1989.

³⁵ A cobertura Vegetal Natural é caracterizada por várias formações vegetais naturais, incluindo mata alteradas ainda não completamente descaracterizadas, tais como: mata, mata degradada ou em recuperação, séries iniciais de sucessão ou capoeira, várzea arbórea, várzea herbácea ou brejo, floresta de encosta, floresta de transição, mata paludosa em solo turfoso, floresta de restinga, brejo de restinga, escrube de restinga, floresta de restinga degradada e mangue. (CBH-RB, 2000, p. 83)

Tabela 1.8 – Uso e Ocupação do Solo (em Km²).

	Agricultura Permanente	Cobertura Vegetal Natural	Áreas de Reflorestamento	Predomínio de Pastagens e Campo Antrópico	Áreas Urbanas e Industrializadas	Mata Degradada ou Sem Recuperação	Culturas Não Identificadas ³⁶	Total
Total da Bacia	396,44	9.455,96	274,68	4.264,0	84,96	2544,55	149,44	17.170,03
Participação em %	2,31%	55,07%	1,60%	24,83%	0,49%	14,82%	0,87%	100%

Fonte: CBH-RB, 2000, p. 86.

Segundo Romão et al. (2006, p. 70), a investigação sobre as atuais atividades produtivas dos estabelecimentos agropecuários nos 23 municípios do Vale do Ribeira mostra que praticamente a área total da região é explorada por poucas culturas e o destino da produção é preponderantemente entregue a intermediários.

A presença de produção agrícola voltada para a subsistência também é marcante no Vale, sendo predominante nos municípios Barra do Chapéu, Itapirapuã Paulista, Iporanga, Itaóca, Apiaí, Ribeira e Barra do Turvo, com o cultivo de feijão, arroz, milho e mandioca.

Do valor total da produção agrícola em 2000, 65% correspondem às culturas permanentes, e 35% às culturas temporárias. Na cultura permanente, destaca-se a banana como principal produto, sendo cultivada em dez dos vinte e três municípios do Vale do Ribeira (tabela 1.9). Já na cultura temporária, o principal produto é o tomate, correspondendo a 88% do valor da produção, concentrado no município de Apiaí (92%) (ROMÃO et al., 2006).

³⁶ Áreas agrícolas de pequenas ou médias glebas, de cultivos puros ou mistos, de espécies temporárias ou permanentes. Em campo observou-se que são comuns plantios de tomate, pêssego, maracujá, feijão, gengibre, arroz ou batata (CBH-RB, 2000, p. 85).

Tabela 1.9 - Culturas Permanentes.

Produto	Valor da Produção (%)	Município Produtor
Banana	67%	Registro (16%), Sete Barras (12%), Itariri (12%), Jacupiranga (10%), Miracatu (10%), Juquiá (10%), Pedro de Toledo (8%), Eldorado (5%) e Iguape (5%). Os demais municípios têm produção pouco expressiva.
Tangerina	14%	Pariquera-Açu (87%) e Registro (6%)
Maracujá	12%	Pariquera-Açu (38%), Registro (6%) e Iguape (19%)
Chá	4%	Registro e Pariquera-Açu
Palmito	2%	Cajati
Goiaba	0,3%	Registro, Pariquera-Açu, Iguape e Eldorado
Borracha	0,3%	Registro, Jacupiranga, Sete Barras e Eldorado

Fonte: ROMÃO et al., 2006, p. 72.

Como podemos observar, nesta breve caracterização sócio-econômica, o Vale do Ribeira se configura como uma zona de baixa densidade³⁷ técnica-informacional e de capital, onde em várias porções de seu território ainda reina o tempo lento ritmado pelas comunidades rurais, que habitam os 23 municípios da região, os quais principalmente a partir da década de 80 têm sua economia fortemente acuada pelo discurso e ações ambientalistas, sendo lhes apresentada o ecoturismo como saída para seus problemas sócio-econômicos e ambientais.

³⁷ Comparativamente com o restante do Estado de São Paulo.

2 ESTADO, ESPAÇO E TERCEIRO SETOR – REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Estudos sobre o Estado é tradição na Filosofia desde os gregos, conforme coloca Costa (2001). No âmbito da Geografia eles surgem na Alemanha, com a publicação da obra “Geografia Política” de Ratzel, na segunda metade do século XIX, a qual influenciou os estudos pioneiros sobre a relação Estado-território com um sério vício de origem, pois estava fortemente marcada pelo período de unificação do Estado Alemão, sob a forma monárquica e altamente centralizada, como também pelas idéias naturalistas de Darwin.

Daí a concepção do Estado como um “organismo vivo” (...) que se move de acordo com suas “necessidades biológicas” (...) examinado segundo a ótica da posse, domínio e expansão do território (um “espaço vital”), e não segundo suas próprias qualidades e contradições internas, uma realidade social e política. (COSTA, 2001, p. 22)

A geografia política atual distanciou-se bastante, conforme Costa (2001), dos conceitos desenvolvidos até a Segunda Guerra e durante a Guerra Fria; autores, por exemplo, como Paul Claval e Claude Raffestin ressaltaram novas posturas interpretativas para a análise geográfica do poder, em particular do Estado.

Mas, independentemente das diferentes posturas interpretativas, um ponto passivo na geografia é o reconhecimento de que o Estado tem no território seu espaço de auto-afirmação, pois é “praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território” (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 19).

Trinca Fighera (1996), por exemplo, defende que o papel do território é fundamental na constituição do Estado-nação moderno, pois é o Estado que tende a monopolizar os procedimentos de sua organização, adquirindo uma clara conotação política.

Desta forma, preservar a unidade nacional e a integridade territorial se transformam em funções básicas do Estado, as quais ele vem cumprindo, não sem muitos altos e baixos, até a atualidade, quando a nova composição que mostra a mundialização das relações econômicas e na qual o componente tecnológico parece desempenhar um papel de primeira ordem, estaria exigindo mudanças significativas no acionar do Estado e, em consequência, mudanças na percepção e cumprimento de suas funções. (TRINCA FIGHERA, 1996, p. 110-111)

Mudanças na percepção e no cumprimento das funções estatais são entendidas por Harvey (2005, p. 84) como consequências do crescimento e amadurecimento do capitalismo, no qual o Estado nunca deixou de ser o agente central para o seu funcionamento, pois “a garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilização do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos no campo da ação do Estado”.

O amadurecimento do capitalismo levou ao que Chesnais (1996, p. 34) denomina de “mundialização do capital”, ingressado no decorrer dos anos 80, como resultado de dois movimentos conjuntos: “o primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas”.

Acreditar, todavia, que o Estado tornou-se desnecessário é um equívoco, afirma Santos (2002, p. 245). As políticas de liberalização e desregulamentação não significam a ausência do Estado na vida econômica de uma nação, até porque a desregulamentação não suprime as normas; na verdade, desregulamentar significa multiplicar o número de normas.

A chamada crise do Estado pode tê-lo minimizado para a sociedade, mas não o tornou mínimo para o mercado.

Entre as formas de apoio do Estado ao nascimento e ao desenvolvimento do circuito moderno, encontramos a proteção concedida à concentração e aos monopólios, financiamento direto ou indireto das grandes firmas através da construção de infra-estruturas caras, a formação profissional, a promoção das indústrias de base, os subsídios à produção e à exportação e todas as formas de

acordos com as firmas dominantes da economia, tais como legislações fiscais discriminatórias, leis de investimentos e planos de desenvolvimento. Tudo isso reduz a capacidade de investimento dos Estados nacionais nos setores que interessam diretamente à população. (SANTOS, 2004a, p. 161-162)

Outra dependência do mercado em relação ao Estado refere-se à produção da fluidez no território para a circulação de bens tangíveis e intangíveis. Mas como não é todo planeta que interessa ao capital (CHESNAIS, 1996), o processo de criação da fluidez por meio das técnicas, operado pelo poder público e empresas, é seletivo, não se constituindo em acesso socialmente igualitário e em distribuição homogênea no espaço, o que contribui conseqüentemente para a reafirmação das desigualdades regionais, delineando os espaços da *fluidez* e *viscosidade*, da *rapidez* e da *lentidão*, *luminosos* e *opacos*, e os espaços que *mandam* e os que *obedecem*, conforme terminologia proposta por Santos e Silveira (2004).

Ressalta-se, então, neste sentido, o alerta de Costa (2001, p. 25): “não se pode, em hipótese alguma, subestimar o papel e a importância do Estado quando examinamos qualquer aspecto da vida nacional. Principalmente no caso do Brasil, com sua tradição de conservadorismo e centralização exacerbada de riqueza e de poder”.

A superioridade do Estado diante de outras macroorganizações se dá pelo seu “uso legítimo da força”, encarnado ou não no direito, que age sobre a totalidade do território, das pessoas, das empresas e das instituições, ou seja, é capaz de produzir eventos que incidam num mesmo momento sobre áreas extensas (SANTOS, 2002, p. 151-152).

O Estado é essencial, portanto, para se compreender a organização do espaço e conseqüentemente as desigualdades regionais. É o Estado em última instância que legitima as formas de uso do território, sendo sua ação e “não-ação” contundentes na produção e na organização do espaço.

No caso do Vale do Ribeira, uma região opaca³⁸ se comparada com o restante do estado de São Paulo, o binômio ação-inação do Estado se apresenta como um dos fatores chaves para sua atual configuração sócio-espacial.

A ação do Estado, carregada de intencionalidade, seleciona entre as possibilidades existentes em cada período as quais irão tornar-se existência, o que significa que a concretização de uma possibilidade se efetua em detrimento de outras, pois em cada situação concreta sempre há caminhos possíveis maiores que as escolhas que foram feitas.

Neste sentido, é Weber que propõe a reflexão sobre o custo das ações e das “não-ações”:

(...) qual é o ‘custo’ do fim desejado em termos da perda previsível da realização de outros valores ou em comparação a ela? (...), qualquer fim a que se aspire ‘custa’ alguma coisa ou ‘pode custar algo’(...) Toda a ação, e também, de modo natural, conforme as circunstancias, a “não-ação” implicam, no que tange às suas conseqüências, uma tomada de posição a favor de determinados valores, e, deste modo, em regra geral, “contra outros valores” – fato que hoje em dia é facilmente esquecido. (WEBER, 2001, p. 84)

As assertivas de Santos e Weber nos remetem a pensar se as ações do Estado para o desenvolvimento do turismo no Vale do Ribeira, por exemplo, estão se dando em detrimento de outras opções, ou melhor, de outras possibilidades.

Mesmo que a prática social do turismo não requeira, em princípio, que o território seja voltado somente para a sua plena atividade, Mercado e Estado vêm gerando eventos³⁹ que tendem a induzir a especialização extrema dos lugares. O litoral nordestino brasileiro é um exemplo onde os investimentos para a promoção do turismo se dão de forma massiva por parte dos agentes de mercado motivados por políticas públicas, em detrimento, muitas vezes, dos interesses de comunidades locais.

³⁸ “Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos”. (Santos e Silveira, 2004, p. 264)

³⁹ Evento aqui entendido como sendo “o resultado de um feixe de vetores, conduzidos por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente” (Santos, 2002, p. 95).

Estas ações são embaladas pelas estatísticas do setor, que de fato impressionam:

Aproximadamente, de 6 a 8% do total de empregos gerados no mundo depende do turismo, segundo informação da Organização Mundial do Turismo. (...) Em 2005, o Brasil alcançou a receita cambial turística de US\$ 3,86 bilhões, superior em 19,83% ao ano de 2004 (US\$ 3,22 bilhões), atingindo a marca de 34 meses consecutivos de crescimento, desde março de 2003. (...) Em 2004, os desembarques de vôos internacionais (no Brasil) atingiram 6,1 milhões de passageiros, com um incremento de 14,19%, em relação ao ano de 2003 (5,4 milhões). (CNT, 2006, p. 21- 27)

Concomitantemente, proliferam discursos sobre o turismo, ou como importante alternativa de desenvolvimento econômico e social, ou como gerador de problemas sócio-ambientais irreversíveis. Discursos na maioria fundamentados em “idéias prontas, freqüentemente falsas”, segundo Knafo (2001, p. 62); que de certa forma respaldam o discurso ufanista sobre o ecoturismo.

De acordo com as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (1994), ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Dentre as estatísticas, o ecoturismo se mostra como o segmento da atividade turística que mais cresce no mundo⁴⁰. Segundo Cruz (2001a), o crescimento a um ritmo acelerado deste segmento de turismo se explica pelo fato de este ser um produto novo no mercado, se comparado com o “produto turismo de massa”; isto faz com que as práticas de turismo de natureza estejam vivenciando a fase de conquista de uma demanda exponencial até recentemente adormecida.

Para a mesma autora, há que se considerar, também, que de meados da década de 70 para cá, ou seja, desde a realização da primeira conferência mundial sobre Meio Ambiente, em Estocolmo (Suécia), em 1972, vimos assistindo a uma crescente atribuição de importância às questões ditas ambientais. É nessa

⁴⁰ Enquanto a atividade turística cresce a uma taxa média anual de 4%, o turismo de natureza cresce a uma taxa de 10% a 30% ao ano. (Ceballos-Lascuráin, 1993, apud Kinker, 2002, p. 8)

atmosfera de resgate da natureza que se gesta o modismo em torno de tudo o que diz respeito aos ambientes naturais. O segmento de turismo de natureza cresce em importância também neste período, não por acaso, portanto, mas como mais um produto deste momento histórico.

Desta forma, não é lógico tomar o turismo ou o ecoturismo como caminhos para a solução de problemas sociais, pois não cabem a eles este papel. O turismo, considerando aqui qualquer um de seus segmentos, faz parte de um imenso jogo de relações submetido às lógicas do sistema vigente, de maneira que não se pode esperar que seja por si só um fator de desenvolvimento social, distribuidor de renda e oportunidades.

É possível sim, considerar a força do lugar, pois o homem produz, diante da escassez, as contra-racionalidades, como acontece, por exemplo, em Silves na Amazônia e na praia de Canto Verde no Ceará, onde as respectivas comunidades tomaram as rédeas do processo de organização da atividade turística em seus territórios. Estas contra-racionalidades dinamizam as relações horizontais, em detrimento das relações verticais impostas pelas lógicas globais que, alicerçadas num meio técnico-científico informacional, possuem maior fluidez.

Este é um dos motivos pelos quais incluímos nesta pesquisa a análise das ações de organizações da sociedade civil (Terceiro Setor) como possíveis agentes de horizontalização, ou seja, organizações que tentam impor limites às lógicas verticais que se projetam sobre os territórios, fazendo com que suas reivindicações sejam consideradas na arena política.

O que realmente nos interessa não é julgar se o ecoturismo é sub ou supervalorizado pelos promotores territoriais, pelo mercado ou pela sociedade civil, mas sim realizar uma análise geográfica crítica sobre a forma como o território está sendo organizado para esta atividade e os papéis do Estado e do Terceiro Setor na (re)organização do espaço para o desenvolvimento do turismo na região do Vale do Ribeira (SP).

Partimos, também, do pressuposto de que o Estado não pode ser abordado apenas de forma abstrata, como se fosse um ente imaginário capaz de organizar os

espaços da forma que lhe convém. Harvey (2005) nos lembra que quando passamos do abstrato e genérico para o concreto e específico, temos de adaptar nosso modo de pensar e analisar.

Por isso, analisamos o papel do Estado, por meio da análise de suas políticas, até porque, de acordo com Cruz:

O modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar. À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada. Na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares. (CRUZ, 2001b, p. 9)

Ao pretendermos realizar uma análise das políticas públicas de turismo direcionadas ao Vale do Ribeira, julgamos necessário expor algumas características e considerações sobre as três dimensões da vida política: institucional (*polity*), processual (*politics*) e material (*policy*)⁴¹, objetivando fugir de análises ingênuas sobre tais políticas, como também auxiliar na compreensão da ação-inação do Estado na região do Vale do Ribeira.

As três dimensões da vida política

De acordo com Frey (2000, p. 216), a dimensão institucional se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico e a estrutura institucional do sistema político-administrativo; a dimensão processual tem em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; e por fim, a dimensão material refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

⁴¹ “Para a ilustração dessas dimensões tem-se adotado na ciência política o emprego dos conceitos em inglês de ‘polity’ para denominar as instituições políticas, ‘politics’ para os processos políticos e, por fim, ‘policy’ para os conteúdos da política (...). Estas dimensões são evidentemente entrelaçadas e se influenciam mutuamente”. (Frey, 2000, p. 216)

Estas três dimensões são importantes para a compreensão da forma como o Estado atua num determinado território, posto que a estrutura estatal e o processo político interferem nas políticas públicas.

Em relação à dimensão institucional, Offe (1984, p. 152) defende que “a estrutura de cada sistema institucional-político pode ser interpretada como um programa de seleção que estabelece premissas e barreiras de ação, inaugurando um espaço de atuação mais ou menos estreito para a ‘política’ possível”.

Para este autor, portanto, a estrutura do Estado capitalista seria dotada de seletividade, a qual operaria sucessivamente através de sua estrutura, da ideologia, do processo político e da repressão, filtrando assim questões nocivas aos interesses do capital:

(...) o Estado necessita de uma seletividade complementar, que consiste em proteger o capital global contra interesses e conflitos anti-capitalistas – uma seletividade, portanto, que permite ao Estado defender prática e politicamente, o interesse de classes que ele próprio constituiu e reduziu ao seu núcleo racional, conferindo-lhe oportunidades de realização fundamentalmente privilegiadas. (OFFE, 1984, p. 150)

Já para O’ Donnell (1991, p. 29), as “instituições políticas democráticas são um nível decisivo não só de mediação e agregação entre, de um lado, fatores estruturais e, de outro, não só pessoas, mas também os diversos agrupamentos nos quais a sociedade organiza seus múltiplos interesses e identidades”.

O’ Donnell (1991, p. 28-29) também considera que as instituições políticas democráticas possuem algumas características, entre as quais se podem destacar:

- As instituições com base em recursos, demandas e procedimentos estabelecem quais agentes são incorporados e excluídos do processo de decisão e de implementação;
- As instituições só processam certos atores e recursos, predeterminando o espectro de resultados viáveis;
- As instituições induzem padrões de representação, ou seja, reduzem as múltiplas vozes de seus membros em algumas poucas vozes que podem reivindicar o direito de falar como representante dos demais.

Outra característica importante a ser ressaltada da dimensão institucional do Estado é que nem todas as instâncias da máquina estatal têm autoridade para criar políticas públicas (ARRETCHE, 2001), o que denota, conseqüentemente, que há uma hierarquia entre as instituições.

Há também diferentes níveis de Estado: a federação, os estados federados e os municípios. Como nos recorda Santos (1994, p. 101), muitas vezes o interesse de um desses níveis não é o interesse dos demais e os resultados de uma mesma ação não serão os mesmos para os diferentes níveis.

A dimensão institucional exerce influência, em maior ou menor grau, sobre os processos políticos, onde as disputas políticas e as relações das forças de poder deixarão, em última instância, suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados (FREY, 2000).

Quanto à dimensão processual, um dos paradigmas para o Sistema Político considerado pelas Ciências Políticas é o Modelo do Ciclo, defendido por David Easton (1965). Para este autor, o sistema político é cíclico e imerso num determinado “meio ambiente” (econômico, cultural, social), conforme quadro 2.1:

Quadro 2.1. Um modelo Simplificado de Um Sistema Político.

Fonte: Easton, 1965, p. 154.

Segundo Easton (1965), esta representação diagramática do funcionamento de um sistema político sugere, de maneira geral, que o que está acontecendo no meio ambiente afeta o sistema político, gerando pressão (*inputs*) sobre o sistema

sob duas formas principais: demandas e suportes⁴², fomentando assim a criação dos *outputs*; termo este usado não para resumir todos os acontecimentos que se processam em um sistema, mas sim para tipos de ocorrências, como alocações autoritárias de valores ou decisões coercitivas e as ações relacionadas que as complementam. Nesse sentido, os *outputs* seriam, por exemplo, decisões administrativas, ações, decretos, regras e outras políticas enunciadas por parte de autoridades políticas.

Uma forma melhor detalhada do Modelo do Ciclo contemplaria as seguintes fases:

Quadro 2.2. Fases do Ciclo Político – Policy Cycle

Fonte: Frey, 2000, p. 226.
Organização: Carolina Todesco (2007).

A fase de percepção e definição de problemas seria o momento em que se processaria qual a matéria ou o fato que se tornará objeto da política estatal. Em um universo de possíveis campos de ação política apenas alguns fatos são percebidos como problemas, ou seja, a definição de um problema é uma questão política, na qual “frequentemente, são a mídia e outras formas de comunicação política e social que contribuem para que seja atribuída relevância política a um problema peculiar” (FREY, 2000, p. 227).

⁴² “Através deles uma vasta série de mudanças no meio ambiente pode ser canalizada, refletida e sintetizada. Por essa razão eles podem ser usados como indicadores-chaves da maneira pela qual acontecimentos e condições do meio ambiente modificam e afetam o funcionamento do sistema político”. (Easton, 1965, p. 156)

As chamadas “questões ambientais”, por exemplo, vêm, desde as últimas três décadas, influenciando diretamente a discussão e o (re)direcionamento de políticas públicas. Fleischfresser (2002, p.35) destaca que a degradação ambiental tem propiciado um potencial de mobilização que os problemas sociais não lograram atingir, nem mesmo quando os investimentos dos bancos de fomento multilaterais e bilaterais pretendiam acabar com a pobreza, no período que abrange as revolucionárias décadas de 50 e 60 até meados dos anos 80. Hoje, a preocupação com a escala planetária dos problemas ambientais tem levado os governos dos sete países mais ricos (G7) a destinarem recursos, a fundo perdido, por exemplo, para a preservação das florestas tropicais brasileiras, os quais acabam por influenciar as políticas públicas nacionais.

Nesta fase de definição de problemas é interessante observar quem são os atores sociais e políticos que realizam pressão para tornar um tema alvo de ação política, como também quais são os canais institucionais através dos quais esta pressão, ou melhor, o poder é capaz de ser exercido.

O estabelecimento da agenda política, por sua vez, corresponde à fase em que se verifica se um tema efetivamente foi inserido na pauta política ou se foi adiado ou até mesmo excluído. De acordo com Frey (2000, p. 227), a agenda política não é determinada antes “pelo menos de uma avaliação preliminar sobre custos e benefícios das várias opções disponíveis de ação, (...) como das chances do tema ou projeto de se impor na *arena* política”.

A fase de elaboração de políticas e de decisão diz respeito ao momento em que os atores, pelo menos os mais influentes na política e na administração, iniciam processos de conflito e de acordo para definir as ações que serão executadas. Neste sentido, Arretche (2001) afirma que um programa estatal é o resultado de uma combinação complexa de decisões de diversos agentes, um processo de negociações e barganhas que torna o seu desenho final não necessariamente o mais adequado para equacionar o problema que foi definido no início do processo. O produto desta fase de elaboração de políticas seria a dimensão material do Estado, ou seja, o conteúdo concreto das decisões políticas.

A fase de implementação corresponde ao momento em que a política pública sai do papel para se confrontar com a realidade. Nesta etapa, o desenho original da política começa a ser modificado por vários motivos, dentre eles por serem as políticas públicas formuladas com base em informações incompletas e imperfeitas acerca da realidade sobre a qual irá interferir (ARRETCHE, 2001), podendo ser ao longo de sua implementação adaptado, uma vez que o espaço não é um objeto inerte.

Nesta fase, segundo Arretche (2001), há que se considerar também que a gama diversa de implementadores implica que dificilmente um programa atinja plenamente seus objetivos, já que as vontades, interesses, lealdades e concepções ideológicas dos diversos agentes envolvidos dificilmente são coincidentes. A autora conclui ainda que quanto maior a complexidade do programa, maior a variedade de interesses e concepções envolvidos em sua execução e, por conseqüência mais forte serão as tendências à não-convergência.

Por fim, após ou durante a fase de implementação poderá ocorrer a fase de avaliação e correção da ação, com o intuito de observar o impacto realizado por tal política pública, detectando seus êxitos e fracassos, dando então subsídios para sua continuidade, gerando um novo *policy cycle*, ou para sua finalização.

De acordo com Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 118), a ocorrência desta fase é ainda muito incipiente no Brasil. Pesquisas de avaliação de políticas se desenvolveram no país somente a partir dos anos 80, sendo mais rara ainda a fase de correção da ação, pois, segundo os autores, poucos são os estudos que apresentam de forma sistemática providências para corrigir os problemas detectados.

No Brasil, os problemas frequentemente apontados nas políticas, de acordo com estudo⁴³ realizado por Figueiredo (1985) no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas, são:

- Distanciamento do programa de seus objetivos iniciais em decorrência de distorções na sua implementação;

⁴³ Neste estudo foram analisados 114 casos.

- Baixa cobertura dos programas;
- Escassez ou má utilização dos recursos financeiros;
- Má qualidade dos serviços prestados;
- O grau de privatização dos programas;
- A subordinação do programa à política econômica;
- Baixa participação dos beneficiários no processo de decisão e implementação;
- Centralização do processo político;
- Uso político ou clientelístico do programa;
- Falta de integração entre as agências na implementação dos programas.

A esta lista pode ser acrescentada a descontinuidade dos programas, ocasionada pela intermitência partidária dos mandatos políticos. É comum no país, no começo de um novo mandato, autoridades políticas desconsiderarem alguns *policy cycle* iniciados em mandatos anteriores, por questões político-partidárias.

De qualquer modo, é preciso deixar claro que o modelo do ciclo:

(...) é um 'tipo impuro' idealizador do processo político, na prática dificilmente este se dá em pleno acordo com o modelo. Porém o fato de os processos políticos reais não corresponderem ao modelo teórico não indica necessariamente que o modelo seja inadequado para a explicação desses processos, mas sublinha seu caráter enquanto instrumento de análise. (FREY, 2000, p. 229)

Importante notar que em cada fase do processo político se encontram atores políticos e sociais, cada qual com seus interesses e valores, que disputam na arena política, numa relação de poder, o desenho das políticas públicas que irão incidir sobre os territórios, reordenando-os.

Terceiro Setor

O período atual é ao mesmo tempo, segundo Milton Santos, um período e uma crise:

Como período, as suas variáveis características instalam-se em toda parte e a tudo influenciam, direta e indiretamente. Daí a denominação de globalização. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos. (SANTOS, 2002, p. 34)

Com isso, podemos compreender que as variáveis características da globalização, ao mesmo tempo em que harmônicas e que tentam tornar, ao máximo, o território mais fluído para a circulação de bens tangíveis e intangíveis, dinamizando a economia e as relações globais, apresentam-se também desarmônicas quando infiltradas no território. Por este “não ser um palco, mas sim um fator ativo nas relações sociais” (SANCHES, 1991, p. 105), interfere na forma como cada variável irá se instalar nos lugares. Deste modo, as engrenagens da globalização estão a todo o momento se redefinindo, criando novos arranjos, pois são constantemente testadas, já que as respostas que os territórios com seus devidos agentes sociais emitem a estes novos rearranjos nem sempre vão ao encontro dos interesses dos agentes hegemônicos que majoritariamente estabelecem um sistema falho, no mínimo do ponto de vista social.

Conforme Scherer-Warren (1999, p. 11), há em outra direção, “movimentos sociais, associações civis, ONGs, cidadãos, enfim, um conjunto de sujeitos sociais que coletivamente constituem a sociedade civil, que encaminham respostas de outra natureza para criar espaços alternativos de atuação, enfrentamento e busca de soluções aos problemas gerados pelos processos de globalização”. Isto diante do fato que o Estado em termos das funções que são de sua competência se mostra incapaz e ineficiente para satisfazer as demandas que tradicionalmente a sociedade civil dele espera (TRINCA FIGUERA, 1996, p. 112).

Neste sentido, podemos assinalar que determinados conjuntos organizados de sujeitos sociais se posicionam como contra-racionalidades, uma forma de resposta às racionalidades hegemônicas que se impõem aos territórios.

Como afirma Santos:

(...) ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contra-racionalidades. (SANTOS, 2002, p. 309)

Ainda segundo Santos (2002), essas contra-racionalidades se dão mesmo pela incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, pois diante da escassez, em que grandes frações do território são submetidas, vão se formando a base “de uma adaptação criadora à realidade existente”:

O fato de que a produção limitada de racionalidade é associada a uma produção ampla de escassez conduz os atores que estão fora do círculo da racionalidade hegemônica à descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidade, indispensáveis à sua sobrevivência. A racionalidade dominante e cega acaba por produzir os seus próprios limites. (SANTOS, 2002, p. 310)

Assim sendo, o espaço contendo seus mais diversos agentes sociais ao mesmo tempo em que recebe forças verticais produz, fortalece e é capaz de unir suas forças horizontais, pondo em crise a harmonia das variáveis da globalização, comandadas pela racionalidade de uma elite.

É neste aspecto que é importante observar o papel da sociedade civil nos rumos do atual sistema, pois a intenção de uma mudança não virá provavelmente da parte dos favorecidos, mas sim de seu contrário. E em relação a isso, muito se tem discutido sobre a maneira como a sociedade vem se organizando para a criação de caminhos alternativos ao sistema atual e quais seus reais resultados.

É notável, principalmente através das redes de informações, a mobilização da sociedade, em vários pontos do planeta, em defesa de “um mundo mais justo e igualitário”. Mas, podemos nos indagar se a sociedade organizada não age muitas vezes ou em muitos casos de forma a auxiliar no gerenciamento da crise ao invés de tentar superá-la, mesmo sem a consciência, em alguns casos, dos que assim o fazem.

Segundo Amin:

Não existem situações insuperáveis ou, o melhor, sempre existem opções alternativas. A globalização capitalista tal e como se conforma neste tempo de crises, como uma forma de gestioná-la, não constitui uma solução às crises. O inverso, tampouco o 'rechaço' da globalização supõe uma resposta adequada. (AMIN, 1999, p. 95-127)

Com isto, Amin alerta para o fato de que o caminho não está na gestão das crises, e sim na sua superação, pois a gestão leva apenas a um novo rearranjo das variáveis (o que é atualmente cada vez mais dinâmico), sem nenhuma modificação significativa nas engrenagens do sistema. Santos (2004b, p. 65) já afirmara que para uma mudança radical só há duas hipóteses: "1. com a modificação da natureza das relações do Estado com o sistema internacional; 2. com a mudança do próprio sistema internacional".

Por outro lado, não se pode colocar todas as organizações da sociedade num mesmo patamar; há várias formas de ações e reações da sociedade diante da realidade imposta. Não se pode confundir, por exemplo, movimentos sociais com organizações civis do chamado Terceiro Setor.

Daí Scherer-Warren (1999, p. 14-16) fazer uma importante diferenciação; para a autora, movimento social é um conjunto mais abrangente de práticas sociopolítico-culturais que visam à realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis; são formas de ações coletivas reativas aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos. Estas reações podem ocorrer sob a forma de:

- Denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas;
- Cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais, ações de solidariedade;
- Construção de uma utopia de transformação, com a criação de projetos alternativos e de propostas de mudança.

Já as organizações civis do chamado Terceiro Setor, de acordo com Scherer-Warren (1999, p. 15), são formas organizadas de ações coletivas, empiricamente

localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução comunitária, etc. Incluem-se aqui as ONGs, associações de moradores, grupos de mútua-ajuda, grupos de jovens, mulheres, étnicos, ecologistas, entre outros.

Resumidamente, entende-se por Terceiro Setor as organizações que possuem duas importantes características: são *privadas*, diferindo das instituições governamentais e *sem fins lucrativos*, diferindo das empresas inseridas no mercado. Daí o conceito de Terceiro Setor, como uma terceira via, distinta do Primeiro (Estado) e do Segundo (Mercado) setores.

O termo “Terceiro Setor”, segundo Coelho (2000, p. 58), foi utilizado pela primeira vez na década de 70 por pesquisadores americanos, e a partir da década de 80 por pesquisadores europeus. O termo expressaria uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, associados à maximização do lucro, quanto do governo, com sua burocracia inoperante.

Fernandes (1997, p. 27) define o Terceiro Setor como sendo:

(...) composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Para Cardoso (1997, p. 8), o Terceiro Setor descreve um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social; é uma esfera pública não-estatal e de iniciativas privadas de sentido público.

Estes tipos de organizações civis vêm se multiplicando e se proliferando por todo o mundo em torno das mais variadas causas. No Brasil, o crescimento das organizações civis teve início a partir dos anos 70, intensificando-se com a abertura política e a redemocratização, nos anos 80; àquela época o país apresentou um quadro de aceleração na mobilização e organização social com apoio considerável de diferentes agências de cooperação internacional.

Através de dados de um levantamento do registro de constituição de associações, tendo como exemplo São Paulo e Rio de Janeiro, pode-se constatar o seu crescimento:

(...) entre 1920 e 1986 foram criadas em São Paulo 6.460 associações. Destas, nada menos que 4.424, ou 68,5% (...) entre 1970 e 1986; no Rio encontrou-se padrão semelhante. Das 5.755 associações criadas entre 1946 e 1987, (...) 64,8%, foram criadas entre 1971 e 1987. (CUENCA e FALCÃO, 1999, p. 22).

Os dados acima demonstram que o fortalecimento do Terceiro Setor emergiu da própria resistência à ditadura militar, já que esta limitava a participação da população nos assuntos públicos, fomentando nos cidadãos a procura por novos espaços de liberdade e reivindicação.

Dentre as organizações do Terceiro Setor⁴⁴, tomamos como objeto de estudo as chamadas ONGs (Organizações Não Governamentais), pois são estas que apresentam projetos de desenvolvimento sócio-ambiental para o Vale do Ribeira, tendo como uma das estratégias a promoção do turismo, principalmente o segmento ecoturismo.

As ONGs, conforme definição de Scherer-Warren (1999) são agrupamentos coletivos com alguma institucionalidade, as quais se definem como entidades privadas sem fins lucrativos e contam com alguma participação voluntária. A atuação das ONGs normalmente objetiva superar discriminações (gênero, étnicas, etc), desigualdades (econômicas, políticas, cultural, etc) ou a melhoria da qualidade de vida (saúde, meio ambiente, moradia, etc).

⁴⁴ Os tipos de entidades que podem ser encontradas no Terceiro Setor, segundo *Handbook on Nonprofit Institutions in the System of National Accounts* (Manual sobre as Instituições sem Fins Lucrativos no Sistema de Contas Nacionais) elaborado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, em conjunto com a Universidade John Hopkins, em 2002, são: (a) Provedores de serviços não-lucrativos como hospitais, instituições de educação superior, creches, escolas, serviços sociais e grupos ambientais; (b) Organizações não governamentais que promovem o desenvolvimento econômico ou a redução da pobreza em áreas menos desenvolvidas; (c) Organizações de arte e cultura; (d) Clubes esportivos; (e) Grupos de defesa de direitos civis e outros direitos; (f) Fundações; (g) Associações comunitárias ou étnica-culturais; (h) Partidos políticos; (i) Clubes sociais; (j) Sindicatos, associações de profissionais e de classe; e (k) Congregações religiosas. Informações contidas nos Capítulos 2 e 3 do *Handbook on Nonprofit Institutions in the System of National Accounts*. Disponível em: <<http://www.mapa.org.br/conteudo.aspx?PG=21>>. Acesso em: jan. 2007.

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)⁴⁵, a partir de seu estatuto, considera ONG “as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático”.

A expressão ONG provém da denominação em inglês *Non-Governmental Organization* (NGO), e tem origem na nomenclatura do sistema de representações da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual denominava como ONG as organizações internacionais⁴⁶ que não representavam governos e nem foram estabelecidas por acordos governamentais, mas eram significativas o bastante para justificar uma presença formal na ONU (FERNANDES, 1997; MENESCAL, 1996).

A ONU não teve somente uma participação na definição desta nomenclatura, mas também na expansão geográfica das ONGs. Segundo Fernandes (1997, p. 26), a formulação de programas de cooperação internacional para o desenvolvimento estimulado pela ONU, nas décadas de 60 e 70, fez crescer, na Europa ocidental, ONGs destinadas a promover projetos de desenvolvimento e parcerias em âmbito não governamental no chamado Terceiro Mundo, o que acabou por fomentar o surgimento de ONGs nos continentes do hemisfério sul.

Esta relação entre ONGs nacionais e internacionais foi importante tanto para a circulação de recursos financeiros como de modelos de atuação, conceitos e configuração institucional.

No que se refere aos recursos financeiros, as parcerias internacionais se tornaram um meio de viabilizar os projetos das ONGs brasileiras, já que no período autoritário as parcerias com o Estado e empresas privadas eram praticamente inexistentes no Brasil (FRAGA, 2002).

⁴⁵ Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, fundada em agosto de 1991, tem atualmente cerca de 270 organizações associadas. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/>>. Acesso em: jan. 2007.

⁴⁶ “O Conselho Mundial de Igrejas e a Organização Internacional do Trabalho eram exemplos em pauta”. (Fernandes, 1997, p. 26)

Esta autonomia em relação ao Estado, segundo Thompson (1997) deve-se ao fato de as ONGs representarem à época formas de ação política que se opunham ao autoritarismo em defesa dos valores democráticos, com uma ligação forte a movimentos sociais emergentes, em busca de espaços de ação cidadã. Tais organizações não governamentais espelhavam uma certa contra-racionalidade, ou seja, uma forma de resposta às racionalidades hegemônicas.

É neste sentido que, na década de 70, as ONGs vão começar a consolidar redes horizontais de organizações construindo assim um campo de identidade comum, com apoio indispensável de setores da Igreja (tradicionais em ações na área da assistência social, saúde e educação) e de agências de cooperação internacional (LANDIN, 2002).

As ONGs formam-se, segundo Landin (2002, p. 27), como um campo de organizações, agentes, práticas, crenças e discursos, constituído por três feixes de relações: “para baixo, com as bases; horizontalmente, entre si, e, para cima, com as agências de cooperação”.

Imaginava-se, também, que após o término do regime militar e com o início da redemocratização, as ONGs tenderiam a desaparecer, voltando em cena as formas tradicionais de representação e participação, conforme Thompson (1997).

O que ocorreu, todavia, nos anos 80, segundo Landin (2002, p. 27), foi “uma diversificação de temáticas e ‘sub-redes’ entre as ONGs, dando a consolidação ‘final’ da identidade comum entre esse conjunto plural de entidades”.

Na década de 80 existia, ainda, uma distância na relação entre ONGs e Estado, marcada por um passado de conflito e oposição entre um Estado autoritário e uma parcela da sociedade civil denunciadora e reivindicatória.

No final dos anos 80 e durante toda a década de 90, esta relação sofre grandes transformações, consequência do processo de redemocratização do país, com a nova Constituição de 1988, e o refreamento do fluxo de ajuda financeira de agências de cooperação internacional para a América Latina.

Os governos civis eleitos, nas escalas federal, estadual e municipal, em maior ou menor grau, sob a nova Constituição Brasileira de 1988, na época apelidada de “Constituição Cidadã”, ampliam os espaços de participação da sociedade através de conselhos, execução de atividades e fiscalização da coisa pública no bojo dos valores democráticos.

Paralelamente, o redirecionamento das atenções das agências de cooperação internacional devido aos novos problemas apresentados à sociedade europeia⁴⁷ precipita, segundo Fraga (2002), a discussão acerca do acesso das organizações não governamentais aos recursos públicos, como também a participação no processo de produção de políticas públicas, ou seja, na formulação, gestão e execução das mesmas.

Este cenário faz com que as ONGs sejam mencionadas frequentemente na temática das novas relações entre Estado e Sociedade, que conforme Landin (1998, p. 27), variam com “papéis diversos para o bem e para o mal: no controle, proposição, co-gestão de políticas públicas; e na execução de serviços, quando são frequentemente acusadas de substitutas funcionais e estratégicas do Estado no contexto neoliberal”.

O fato de as organizações não governamentais estarem hoje numa relação muito mais próxima com o Estado que na década de seu surgimento, conduz, portanto, a novas reflexões sobre seu papel na arena política e consequentemente sobre sua participação no (re)ordenamento dos territórios, já que estas organizações criam pressões para a valorização de determinados temas na agenda política, como por exemplo o ambiental, e participam de forma cada vez mais contundente na formulação de leis e programas públicos que vão em última instância incidir sobre os territórios.

Consequentemente, a negação no próprio nome – não governamental – a qual tenta imprimir sua autonomia em relação ao Estado, já não parece refletir a

⁴⁷ “Primeiro os que dizem respeito à sua situação interna: desemprego, crescimento do nacionalismo discriminatório, aumento do fluxo migratório em direção ao continente, oriundo de países situados em regiões vizinhas. Segundo, os relacionados aos problemas dos países do Leste Europeu e da África, considerados pela sociedade europeia como regiões prioritárias para o investimento de recursos destinados a cooperação internacional”. (Fraga, 2002, p. 04)

realidade dos fatos. Em muitos casos, estas organizações parecem atuar como um braço do Estado, gerando bens e serviços custeados por recursos públicos, colocando em xeque sua autonomia e independência, e como alerta Gonçalves (1996), comprometendo sua capacidade reivindicatória.

O próprio Estado passa a elaborar programas de incentivo à criação de organizações do Terceiro Setor, como revelado nesta pesquisa, desenvolvendo programas com a participação destas organizações.

Os projetos de turismo implementados e em implementação no Vale do Ribeira, como se poderá ver nos capítulos mais adiante, são em sua maioria executados em parceria entre Primeiro e Terceiro Setor, ou seja, entre órgãos governamentais e ONGs. Arretche (2001, p. 54) confirma esta tendência:

No Brasil, os programas de ação pública são crescentemente realizados através da integração de vários níveis de governo e de agentes não-governamentais. Atualmente, raros são os programas que não são implementados no contexto de um sistema de relações intergovernamentais e de parcerias as mais diversas com a sociedade civil.

Como consequência desta relação entre Estado e Terceiro Setor, foi promulgada a Lei n.º 9.790 de 23 de março de 1999, conhecida como “Lei do Terceiro Setor”, a qual dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), e institui o Termo de Parceria entre o poder público e as entidades qualificadas como OSCIPS, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público.

A partir da referida lei, as organizações do Terceiro Setor, entre as quais se incluem as ONGs, podem pleitear o certificado de OSCIP junto ao Ministério da Justiça e, ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas, têm a possibilidade de firmar parcerias com o Estado e, dentre outros direitos, receber isenções fiscais.

Outro passo na legislação brasileira, importante no que se refere à atuação do Terceiro Setor no país, foi a instituição da Lei nº. 9.608, de 10 de fevereiro de 1998

sobre Serviço Voluntário, que possibilita à entidade sem fins lucrativos trabalhar com voluntários, através de um Termo de Adesão específico, sem correr riscos inerentes à legislação trabalhista.

Esta convergência de fatores se reflete no crescimento do setor, posto que segundo uma pesquisa intitulada “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) no Brasil 2002”, realizada pelo IBGE⁴⁸, já existem no país cerca de 276 mil organizações do Terceiro Setor, com uma maior concentração na região Sudeste, a qual detém 44% dessas entidades. O estado de São Paulo é responsável por 21,22% das organizações do país, e de 49,30% das organizações da região Sudeste (tabela 2.1 e 2.2, gráfico 2.1 e 2.2).

É importante considerar o fato de que esses percentuais guardam semelhança com a distribuição da população brasileira: aproximadamente 43% dos residentes no país estão no Sudeste, sendo que 21% se localizam no estado de São Paulo. Isto denota uma relação entre a criação de FASFIL com a concentração populacional, lembrando que grande parte desta população vive em área urbana, meio propício ao surgimento de grupos sociais formalmente organizados.

Tabela 2.1 – Distribuição Regional das FASFIL (2002).

Grandes Regiões	População	População (%)	Números Absolutos FASFIL	FASFIL (%)
Norte	13 724 235	7,18	11.715	4,24
Nordeste	49 246 420	27,92	61.295	22,21
Sudeste	75 187 605	42,63	121.175	43,92
Sul	25 962 162	14,72	63.562	23,03
Centro-Oeste	12 270 592	6,96	18.148	6,57
Brasil	176 391 014	100	275.895	100

Fonte: IBGE, 2002.

⁴⁸ Esta pesquisa resulta de parceria firmada pelo IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2006.

Gráfico 2.1. Distribuição Regional das FASFIL (2002).

Fonte: IBGE, 2002.
Organização: Carolina Todesco (2007).

Tabela 2.2 – Distribuição das FASFIL na Região Sudeste (2002).

Estados	Números Absolutos
São Paulo	58.557
Minas Gerais	34.741
Rio de Janeiro	22.207
Espírito Santo	5.670
Sudeste	121.175

Fonte: IBGE, 2002.

Gráfico 2.2. Distribuição Relativa das FASFIL na Região Sudeste.

Fonte: IBGE, 2002.
Organização: Carolina Todesco (2007).

O IBGE considerou Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) as organizações registradas no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE)⁴⁹ do Instituto, que se enquadram nos cinco seguintes critérios:

- Privadas, não integrantes, portanto, do aparelho do Estado;
- Sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podem até gerá-los desde que aplicados nas atividades fins;
- Institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- Auto-administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- Voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

É preciso salientar que o termo “organização não governamental” não existe juridicamente. No Brasil, três figuras jurídicas compõem o Terceiro Setor: associações, fundações e organizações religiosas. As ONGs estão contempladas, portanto, na pesquisa do IBGE, pois estas são legalmente registradas como fundação ou associação.

É a partir da pesquisa do IBGE (2002), que se expõem a seguir as principais características das organizações do Terceiro Setor no Brasil, e, sempre que possível, dando ênfase para as organizações localizadas na região Sudeste, onde se situa nosso estudo de caso.

No que se refere à idade das organizações, pode-se observar que 62% das FASFIL do país e 56,4% da região Sudeste foram criadas a partir dos anos 90, pois conforme colocado anteriormente é após o fim do regime militar, que ocorre um maior crescimento destas organizações (gráfico 2.3). Segundo o IBGE (2002), a cada década se acelera o ritmo de seu crescimento: as que foram criadas nos anos

⁴⁹ O CEMPRE do IBGE cobre o universo das organizações inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, do Ministério da Fazenda, que declaram, ao Ministério do Trabalho e Emprego, exercer atividade econômica no Território Nacional. O Cadastro é atualizado anualmente e abrange tanto entidades empresariais como órgãos da administração pública e instituições privadas sem fins lucrativos. IBGE, 2002.

de 1980 são 88% mais numerosas do que aquelas que nasceram nos anos de 1970; esse percentual é de 124% para as que nasceram na década de 1990 em relação à década anterior.

Gráfico 2.3. Distribuição Temporal da Criação das FASFIL no Brasil de 1970 a 2002.

Fonte: IBGE, 2002.
Organização: Carolina Todesco (2007).

Quanto ao porte das organizações, tendo como base o número de empregados assalariados, pode-se notar que a grande maioria delas é muito pequena. Apenas 1% das FASFIL é de grande porte, isto é, contam com 100 ou mais empregados.

Conforme tabela 2.3, 76,9% das organizações do país não possuem empregados assalariados, demonstrando a relevância do trabalho voluntário e/ou do trabalho informal (sem registro em carteira) no âmbito do Terceiro Setor, o qual é responsável por mais de 1.500.000 postos de trabalho com registro em carteira, embora apenas 1% das organizações absorva quase dois terços deste montante.

Tabela 2.3 - Porte das FASFIL de acordo com a Porcentagem de Assalariados.

Faixa de empregados	%	Nº de Pessoal Ocupado Assalariado
0	76,9%	-
De 1 a 2	9,36%	34.704
De 3 a 4	3,35%	31.521
De 5 a 9	3,55%	64.805
De 10 a 49	4,99%	293.938
De 50 a 99	0,90%	173.243
De 100 a 499	0,80%	441.406
500 e Mais	0,15%	501.673
Total	100%	1.541.290

Fonte: IBGE, 2002.

Já em relação à área de atuação, 34% das organizações da região Sudeste dedicam-se diretamente às atividades confessionais (encontram-se aqui agrupadas ordens religiosas, templos, paróquias, pastorais, centros espíritas, dentre outros, isto é, organizações que cultivam crenças religiosas e administram serviços religiosos ou rituais)⁵⁰. Desconsiderando-se esta área de atuação das organizações religiosas, destacam-se as áreas de: Cultura e Recreação (13,7%) e Desenvolvimento e Defesa de Direitos (12,3%), (gráfico 2.4).

Gráfico 2.4. Área de Atuação das FASFIL da Região Sudeste

Fonte: IBGE (2002). Organização: Carolina Todesco (2007).

⁵⁰ "Note-se que instituições de origem religiosa, mas que desenvolvem outras atividades e que têm personalidade jurídica própria, como, por exemplo, colégios ou hospitais católicos ou entidades de assistência social espíritas etc., não estão classificadas no grupo das entidades religiosas, mas nos grupos das organizações com atividades afins (educação, saúde ou assistência social). Daí conclui-se que a influência da religião no âmbito das FASFIL é bem mais ampla apesar de não ser possível dimensioná-la com exatidão". (IBGE, 2002)

A pesquisa do IBGE (2002) aponta que apenas 0,7% das organizações da região Sudeste atuam na área de Meio Ambiente e Proteção Animal, mas é importante salientar que há imprecisões entre a informação registrada e a realidade, justificadas pelo próprio IBGE. Segundo este instituto de pesquisa, há uma dificuldade em se apreender a real finalidade das organizações, principalmente no caso das que desempenham várias atividades, pois o código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), utilizado na pesquisa, identifica somente a atividade principal.

Algumas ONGs que atuam no Vale do Ribeira, por exemplo, apresentam tanto projetos de desenvolvimento como de proteção ao meio ambiente, porque entendem que estas duas temáticas estão intimamente relacionadas; a maioria dos projetos contempla o fomento à atividade ecoturística como uma estratégia para se obter tanto desenvolvimento social, como proteção do patrimônio natural. Este é um dos motivos pelos quais analisamos esses dois perfis de ONGs: as ONGs ambientalistas e as ONGs que atuam na área do desenvolvimento sócio-econômico.

Outros critérios que utilizamos para delimitar o universo das organizações do Terceiro Setor atuantes no Vale do Ribeira, objeto de nossa análise são:

- Atuação regional;
- Participação na produção e implementação de projetos e programas que têm como intuito promover o desenvolvimento regional;
- Vínculo com a promoção do (eco)turismo no Vale do Ribeira.

Tais critérios nos levaram à escolha das organizações expostas no quadro 2.3:

Quadro 2.3. ONGs selecionadas para o estudo de caso

ONGs	Natureza / Criação	Objetivos	Projetos direcionados ao Vale do Ribeira	Municípios de maior atuação da ONG
SOS Mata Atlântica - Fundação SOS Mata Atlântica	Associação privada sem fins lucrativos, criada em 1986.	Promover a conservação dos ricos patrimônios natural, histórico e cultural existentes nos remanescentes da Mata Atlântica.	<ul style="list-style-type: none"> • Pólo Ecoturístico Lagamar; • Observando o Ribeira; • Centro Tuzino de Educação Ambiental e Difusão de Palmito; • Projeto Educação Ambiental Meu Mundo. 	Cananéia Ilha Comprida Iguape Pariquera-Açú
VITAE CIVILIS - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz	Associação privada sem fins lucrativos, criada em 1989.	Contribuir para a construção de sociedades sustentáveis, ou seja, sociedades que conciliam o desenvolvimento humano, em todas as suas dimensões (econômica, cultural, social, etc.) associadas à conservação ambiental, tendo democracia e justiça social como base.	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Turismo Sustentável - Apoio à Conservação da Mata Atlântica no Corredor Ecológico de Paranapiacaba; • Plataforma Ambiental e da Agenda 21 para o Vale do Ribeira; • Agenda 21 Local; • Ecoturismo em São Lourenço da Serra. 	São Lourenço da Serra Sete Barras
ISA – Instituto Sócioambiental	Associação privada sem fins lucrativos, criada em 1994 e qualificada como OSCIP em 2001.	Defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos.	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Diagnóstico Socioambiental; • Fortalecimento das associações quilombolas do Vale do Ribeira para a gestão de projetos e empreendimentos comunitários; • Projeto Palmito Juçara; • Projeto de Artesanato; • Projeto Ribeira Sustentável; • Agenda Socioambiental Quilombola. 	Itaóca Iporanga Eldorado
IDESC - Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira	Associação privada sem fins lucrativos, criada em 2001.	Desenvolver estudos, pesquisas e projetos visando promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população do Vale do Ribeira.	<ul style="list-style-type: none"> • Manual de Legislação Ambiental para Agricultores; • Co-promoção do Seminário de Desenvolvimento Sustentável e Biodiversidade da Mata Atlântica; • Elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira. 	Barra do Turvo Cajati Cananéia Eldorado Iguape Ilha Comprida Itaóca Jacupiranga Juquiá Pariquera-Açú Registro
CONSAD – VR - Associação Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira	Associação privada sem fins lucrativos, criada em 2004. Trata-se de um programa do governo federal, no âmbito do Programa Fome Zero, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Extraordinária de Segurança Alimentar e Nutricional.	Contribuir, de forma democrática, para a articulação dos programas governamentais existentes nas três esferas de governo, bem como os programas desenvolvidos por entidades privadas, universidades, terceiro setor, que busquem atrair recursos e investimentos com a finalidade de apoiar projetos voltados à segurança alimentar, combate à pobreza, desenvolvimento territorial sustentável e projetos socioambientais, desenvolvidos na região do Vale do Ribeira.	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira e Implantação de Projetos Socioambientais Prioritários. 	Apiáí, Barra do Chapéu Barra do Turvo, Cajati Cananéia, Eldorado Iguape, Ilha Comprida Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri Jacupiranga, Juquiá, Juititaba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí

Fonte: Entrevista com os responsáveis pelos projetos e sites oficiais.

Organização: Carolina Todesco (2007).

Entre as organizações selecionadas para análise, uma delas, o CONSAD-VR, é uma associação privada sem fins lucrativos, constituída com incentivo de programa federal, diferindo das demais. No entanto, esta não é a única diferença entre as organizações selecionadas; faremos aqui uma distinção quanto à origem das mesmas, denominando de “organização civil endógena” àquelas criadas na região e lideradas por integrantes da comunidade do Vale do Ribeira e de “organização civil exógena” àquelas criadas fora da região e lideradas por agentes externos ao Vale.

No caso em questão, podemos classificar o IDESC e o CONSAD-VR como organizações civis endógenas, e SOS Mata Atlântica, Vitae Civilis e ISA como organizações civis exógenas.

Consideramos que uma organização exógena pode teoricamente trazer uma proposta e uma lógica nova ao lugar, posto que seus atores possuem uma visão de fora para dentro do território em que atuam; por isso podem encontrar certa dificuldade em sua aceitação por parte da comunidade local, tendo que deliberar esforços para agregar a mesma em torno dos valores e propostas trazidos por essas organizações.

Já as organizações endógenas têm, em geral, como característica, no início de sua formação, uma maior participação de seus integrantes e maior aceitação por parte da comunidade, já que esta se origina, na maioria das vezes, em torno de valores comuns e propostas de ação oriundas do próprio meio comunitário. São organizações que possuem uma visão de dentro para fora do território em que pertencem.

Estas questões são importantes para a compreensão dos êxitos e dos fracassos relacionados às ações das organizações analisadas, como também a apreensão da forma como atuam e o papel que desempenham na organização do território, ou seja, se se constituem como forças centrífugas ou centrípetas.

Segundo Santos (2002, p. 287), as forças centrípetas conduzem a um processo de horizontalização, enquanto que as forças centrífugas conduzem a

um processo de verticalização; mas que em todos os casos, sobre as forças centrípetas, agem forças centrífugas.

As forças centrípetas tendem a levar uma solidariedade interna aos subespaços, que segundo Santos (2002), está permanentemente perturbada pelas forças centrífugas e que permanentemente são refeitas, pois as duas forças atravessam o território, com tendência concomitantemente contrastantes e confluentes, agindo em diversos níveis e escalas.

Este contraste e confluência das duas forças justifica a complexidade do setor, pois ao mesmo tempo em que determinadas ações do Terceiro Setor, principalmente as exógenas, contestam as injustiças sociais, o modo de produção, o desperdício e abuso no uso de recursos naturais, a falta de políticas públicas eficientes na área da saúde, educação, moradia, emprego, etc, por outro lado podem exercer um papel assistencialista a ponto de inibir a capacidade criadora de certas comunidades assistidas na construção de bases sólidas de subsistência diante da escassez, geradora de uma verdadeira contra-racionalidade.

Contudo, também não há como crer que o sensato seja os indivíduos esperarem tudo de um Estado que não gera respostas nem para os problemas de seu próprio corpanzil; os indivíduos se organizam diante da escassez e da indignação, algumas organizações alcançam seus objetivos, muitas encontram grandes dificuldades, como falta de recursos financeiros e problemas organizacionais para atingirem seus ideais, e outras não possuem seriedade e idoneidade nas suas ações, utilizando os recursos carregados para fins particulares, ou influência de poder para benefício próprio.

Quanto a isso, Fernandes já alertava:

O terceiro setor não é feito de matéria angelical. Ser “não governamental” e “não-lucrativo” não significa, é claro, estar em algum outro mundo, além das esferas de influência do Estado e do mercado, ou inenso aos condicionamentos sociais. A persuasão gera coerções morais e ideológicas cujo poderio sobre os indivíduos não há de ser subestimado. Onde eficaz, a dedicação voluntária gera recursos e as consequentes disputas pela sua distribuição. (FERNANDES, 1994, p. 24)

Assim sendo, não podemos deixar de questioná-las e analisá-las com criticidade, já que muito se ufaniza e poucos são os resultados efetivamente apresentados. Por isso o interesse deste trabalho em analisar a participação do Terceiro Setor no processo de organização do espaço, compreendendo suas formas de ação e seus propósitos, num recorte regional (Vale do Ribeira), onde a realidade social é marcada pela pobreza e certo descaso estatal.

3 O VALE DO RIBEIRA E A PRESENÇA AUSENTE DO ESTADO

Como exposto anteriormente, a ação e a “inação” do Estado são contundentes na produção e organização do espaço. No Vale do Ribeira o Estado inicia em 1959 uma série de estudos, planos, programas e projetos visando o desenvolvimento socioeconômico da região, mas que não culminaram com uma alteração significativa de sua realidade social, dando origem a um verdadeiro paradoxo: sua presença marcada por inúmeros planos de desenvolvimento, estudos, criação de órgãos para atuar diretamente na região e ao mesmo tempo, sua ausência velada pela execução sempre parcial dos planos, como também pela ineficiência dos órgãos estaduais para viabilizar, sobretudo financeiramente, as políticas e planejar o desenvolvimento do Vale.

Esta “presença ausente” do Estado no Vale do Ribeira demonstra que a região apesar de estar na agenda política dos sucessivos governos, sempre ocupou uma posição marginal no planejamento governamental.

A seguir, apresentaremos um histórico da atuação do Governo do Estado de São Paulo na região em estudo, analisando como o turismo foi sendo abordado pelas mais diferentes políticas públicas, projetadas e implementadas no Vale do Ribeira, até se tornar num novo paradigma de “desenvolvimento sustentável”, a partir da década de 90.

Governo Carvalho Pinto (mar. 1959 - mar. 1963) – Operação Caiçara

De acordo com Almeida (2004), foram elaboradas sob a égide do Estado, entre 1950 e 1970, políticas de planejamento econômico que edificaram as novas bases técnico-científicas do território brasileiro. Neste período, o crescimento da indústria é uma realidade, concentrada,

notadamente, no estado de São Paulo, o qual, em 1958, absorvia 62,2% dos investimentos do Brasil (RATTNER, 1972), distribuídos espacialmente de forma não homogênea, aprofundando as diferenças regionais dentro do próprio estado.

Concomitantemente, o estado de São Paulo tem sua primeira experiência de planejamento no Governo Carvalho Pinto (março de 1959 a março de 1963), com o denominado Plano de Ação, o qual, segundo BRAGA (1998, p.88) se caracteriza como um plano de investimentos setoriais, visando o crescimento da economia do estado, sem a preocupação, no entanto com a desconcentração geográfica deste crescimento.

O Plano de Ação tinha como principais objetivos a melhoria da infraestrutura (energia elétrica, ferrovias, rodovias, pontes municipais, aeroportos, portos), a expansão agrícola e industrial e a melhoria das condições de vida da população (SÃO PAULO, 1959, p. 45 - 50). Para Mendonça Barros (1975, p. 116-117), o relativo êxito deste Plano deve-se ao fato de ter sido elaborado e executado por um pequeno grupo de técnicos (Grupo de Planejamento), ligados diretamente ao Governador, não ficando desta forma tão dependente de articulações políticas, pois se situava acima das diversas Secretarias, com uma relativa desvinculação da burocracia tradicional, tornando-se mais flexível e operacional, capaz de ser reformulado quando necessário.

Apesar do Plano de Ação não contemplar medidas específicas para o Vale do Ribeira, é no Governo Carvalho Pinto que se apresenta o primeiro estudo que propõe medidas para o desenvolvimento da região de forma integrada, a denominada **Operação Caiçara** (BRAGA, 1998).

Esta Operação resultou da Resolução nº. 1045, de 24 de novembro de 1958, ainda do final do Governo Jânio da Silva Quadros, o qual constituiu uma Comissão composta pela Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio, Secretaria da Saúde e Assistência Social e Secretaria dos Negócios da Agricultura para “promover estudos visando apurar fórmulas de controle das condições de saúde do trabalhador” (artigo 1º da resolução nº. 1045/58, apud SÃO PAULO, 1961).

Dando seqüência à iniciativa do Governo Jânio Quadros, o Governador Carvalho Pinto criou, através do Decreto nº. 36280 de 16 de fevereiro de 1960, a Comissão do Litoral do Estado, sob a presidência da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio. Esta Comissão apresentou, em 1961, o relatório Operação Caiçara, o qual envolveu vários órgãos do governo⁵¹.

Este relatório contemplava um levantamento das condições de vida, saúde e trabalho da população do litoral do estado de São Paulo e do Vale do Ribeira, como também uma lista de providências a serem tomadas pelo governo para a solução dos principais problemas da região em tela.

De acordo com o relatório Operação Caiçara, o Vale do Ribeira e o Litoral Sul⁵² compreendiam uma área de 16.712 Km², totalizando uma população de 131.070 pessoas (censo de 1950), com uma densidade demográfica de 7,80 hab/km², sendo 16.599 (13%) na área urbana e 114.471 (87%) na área rural, das quais apenas 40.611 (31%) sabiam ler e escrever. Desta forma, o relatório definia a região como a “dos mais baixos níveis de vida, onde reina a ignorância, a subnutrição, as endemias, a mortalidade infantil, a ínfima renda ‘per capita’ e todos os fatores que definem o subdesenvolvimento e o atraso nas suas formas mais primitivas” (SÃO PAULO, 1961, p. 27).

O número reduzido de propriedades tituladas era apontado na análise do relatório como um dos entraves para o desenvolvimento da região, pois afugentava o investimento de capital, dada a insegurança dos títulos de propriedade, além de impedir o funcionamento do sistema de financiamento das culturas, baseado na posse do título de domínio da terra.

⁵¹ Este trabalho foi realizado com a assistência técnica de funcionários do Departamento do Trabalho, Departamento da Produção Vegetal, Departamento da Produção Animal, Departamento da Imigração e Colonização, Departamento de Águas e Energia Elétrica, Departamento de Ensino, Departamento Jurídico do Estado, Diretoria dos Serviços do Interior, Serviço de Saúde Escolar, Serviço Dentário Escolar, Serviço de Higiene e Segurança do Trabalho, Instituto Biológico, Instituto Geográfico e Geológico, Instituto Oceanográfico e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. (São Paulo, 1961)

⁵² Eram considerados pertencentes a esta região os municípios: Apiaí, Cananéia, Eldorado, Iguape, Iporanga, Itanhaém, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Registro, Ribeira, Pedro de Toledo, Peruíbe, Pariquera-Açu e Sete Barras.

Para a solução dos problemas encontrados na região, a Comissão do Litoral redige na última parte do relatório uma lista de recomendações, entregue ao Governo para as devidas providências, a saber:

1º. **Regime Especial de Trabalho** – incentivar a fixação de profissionais na região como médicos, agrônomos, e professores;

2º. **Habitação** – promover condições de moradia para os profissionais, sobretudo, na zona rural;

3º. **Fundo do Desenvolvimento do Vale do Ribeira** – criação de um Fundo com dotação mínima de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros)⁵³, o qual seria administrado por um Serviço Regional do Vale do Ribeira, sob orientação da Comissão do Litoral, junto a Secretaria do Trabalho. Tendo por objetivos: I. Melhoria do transporte e comunicações; II. Desenvolvimento e melhoria dos serviços de energia elétrica; III. Melhoria dos serviços da Saúde Pública; IV. Desenvolvimento da agricultura; V. Incremento à mineração; VI Desenvolvimento da indústria; e VII Incremento do Turismo;

4º. **Companhia de Comércio e Navegação Sul Paulista** – Considera-se fundamental para o desenvolvimento econômico da região o reaparelhamento e reorganização da Companhia de Navegação Fluvial Sul Paulista que explora o transporte no rio Ribeira, desde Juquiá até o Porto de Paranaguá;

5º. **Assistência Hospitalar** – Aparelhamento das unidades sanitárias;

6º. **Assistência Médico-Social às Ilhas e Praias do Litoral Norte;**

7º. **Assistência Médico-Social às Populações Rurais do Litoral Sul;**

8º. **Turismo** – Litoral Norte: necessidade da pavimentação das estradas desta região para torná-la mais acessível aos paulistanos, criar condições

⁵³ Corresponde aproximadamente a quatorze milhões de reais, corrigidos pelo IGP-DI (Índice Geral de Preço – Disponibilidade Interna) em maio de 2007.

propícias para o estabelecimento de hotéis de capacidade média, através de financiamentos das obras pela Caixa Econômica Estadual; Litoral Sul: cooperação entre a Companhia de Navegação Sul Paulista e as Prefeituras de Iguape e Cananéia, possibilitando viagens de Juquiá a Cananéia; adaptação de um ou dois prédios em Iguape para “hotel pernoite”; convênio com a empresa de transporte para regresso dos turistas de Cananéia pela BR2⁵⁴; e restaurar o navio “Bento Martins” para fins turísticos;

9º. **Pesca** – Ensino da pesca, com a transformação dos ginásios do litoral em ginásio do tipo “vocacional”;

10º. **Agricultura e Pecuária** – criação de Fundo especial para a pesquisa e extensão agrícola; planificar uma imigração capaz de atender à demanda de mão de obra na cultura seringueira; instalar uma escola agrícola em Pariquera-Açu; instalação de usina de beneficiamento do chá; estabelecimento de serviço de fiscalização das indústrias de palmito, para impedir o comprometimento da reserva; criação de posto zootécnico; combate à saúva; estudar a instalação de uma fábrica de farinha de banana; aprimorar os conhecimentos dos especialistas em chá através de viagens ao exterior em centros produtores mais avançados;

11º. **Medidas de Caráter Educacional** – Fornecimento gratuito de material escolar aos alunos de escolas rurais; e adaptação do calendário escolar às exigências do trabalho rural;

12º. **Viação** – Planejar o aproveitamento e o reaparelhamento do porto de Cananéia;

13º. **Financiamento Agrícola e o Problema da Terra** – Demarcação da aldeia de Itariri, onde habitam os índios guaranis; instalação de agências do Banco do Estado na área litorânea para incremento e facilidades do comércio, bem como desenvolver os benefícios do financiamento agrícola; e providências que possibilitem a discriminação dos títulos de domínio,

⁵⁴ Atual BR116.

inclusive adaptando a legislação às condições sociais e econômicas da região.

No que se refere ao turismo, o mesmo está contemplado como um dos setores a serem beneficiados pela criação de um Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, por meio de investimentos principalmente em hotéis e transportes.

O relatório Operação Caiçara ressalta a importância de fomentar os passeios turísticos pelo Vale do Ribeira por vias fluviais, sob a administração da Secretaria do Governo, recomendando a reestruturação da navegação na região, especialmente no trecho de Juquiá a Iguape e Cananéia. Além destes três municípios, define como possíveis atrações turísticas:

Pedro de Toledo, onde o pico da serra de Itatins e os índios guaranis poderão se constituir em verdadeira atração turística, assim como o extinto vulcão “votupoca” em Eldorado Paulista, bem como as furnas de Iporanga, onde também se situa uma das reservas florestais mais importantes do Estado. (SÃO PAULO, 1961, p. 88-89).

A Operação Caiçara é o primeiro estudo que seleciona algumas porções do território do Vale do Ribeira para a fomentação do turismo como forma de criar mais uma oportunidade de trabalho e renda para a população local.

No entanto, conforme Braga (1998, p 93), nenhuma das recomendações constantes neste estudo foi posta em prática. Quando Arretche (2001) afirma que nem todas as instâncias da máquina estatal têm autoridade para criar políticas públicas, podemos acrescentar também que nem todas as instâncias têm autoridade para implementar uma política pública, como é o caso da Comissão do Litoral.

Apesar de o Governador Carvalho Pinto ter encaminhado memorando ao Grupo de Planejamento do Plano de Ação, às Secretarias de Estado e ao Banco do Estado, solicitando as medidas necessárias à viabilização das propostas da Comissão do Litoral, estas não chegaram a ser implementadas neste governo. Ou seja, mesmo existindo dentro do próprio corpo do Estado um grupo de sujeitos interessados em implementar determinadas políticas,

estas não necessariamente são implementadas. O Estado tende a filtrar as políticas, utilizando sua estrutura e burocracia, priorizando aquelas que estão na agenda política de uma elite hegemônica.

Governo Adhemar de Barros (mar. 1963 - jun. 1966) / Governo Laudo Natel (jun. 1966 – mar. 1967) – Plano Diretor de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul

Depois do Governo Carvalho Pinto, por este não ter conseguido eleger seu sucessor, o Grupo de Planejamento, que elaborou o Plano de Ação, foi dissolvido, os técnicos em sua maioria deixaram o governo e desta forma, de acordo com Mendonça de Barros (1975, p. 116), perdeu-se preciosa experiência, acumulada durante quatro anos na área de planejamento, começando da estaca zero o sistema de planejamento no Governo Adhemar de Barros, quer em pessoal quer em metodologia e estrutura administrativa.

O Governo Adhemar de Barros é, no entanto, quem institucionaliza o sistema de planejamento dentro do governo estadual, através da criação da Secretaria do Planejamento, a qual lança um novo plano para o estado de São Paulo, denominado Plano de Desenvolvimento Integrado – PLADI, que, diferentemente do Plano de Ação, apresenta medidas específicas para o Vale do Tietê, Vale do Paraíba e Vale do Ribeira.

Para a região de nosso interesse, o PLADI anunciava o preparo do **Plano Global para o Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul**, “como medida primeira para o soerguimento do Vale do Ribeira, a fim de criar condições básicas e mínimas para o seu desenvolvimento” (SÃO PAULO, 1964, p. 556).

O Plano Global para o Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul, previa estudos e obras contra as cheias, que possibilitariam no futuro, segundo o PLADI, a utilização da água na produção de energia, no abastecimento de água, irrigação e drenagem. O Estado também visava à melhoria do canal

navegável entre Registro e Iguape, além de obras destinadas ao aumento da rede de eletrificação rural.

Apesar de o PLADI ter sido, entretanto, um plano mais completo e tecnicamente melhor elaborado do que o Plano de Ação, não foi capaz de conciliar o plano à execução financeira⁵⁵, o que levou ao seu abandono logo após sua vigência, e que segundo Mendonça de Barros (1975, p. 117 - 118), “levou o Estado a uma situação de total empirismo”, cuja liberação dos recursos passou a depender essencialmente da capacidade de “convencer” os dirigentes públicos de alto escalão.

Quanto ao Plano Global para o Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul, previsto no PLADI, o **Serviço do Vale do Ribeira (SVR)**⁵⁶ órgão vinculado ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), da Secretaria de Serviços e Obras Públicas, incumbiu-se de contratar uma empresa de planejamento para elaborá-lo.

A empresa contratada, BRASCONSULT - Engenheiros Projetistas e Consultorias Técnicas e Administrativas S.C. Ltda, em abril de 1966, apresenta um trabalho, de seis volumes, intitulado **Plano Diretor de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul** (comumente chamado de Plano do Ribeira), contendo “de um lado, o retrato da região, seus problemas, e seus anseios, e de outro lado, o caminho orientado pela técnica mais moderna, para que as populações sejam amparadas e encontrem a prosperidade, ao menos igual àquela que é representativa da média do interior do Estado” (SÃO PAULO, 1966) – o que jamais ocorreu.

A área objeto do Plano compreendia a bacia paulista do rio Ribeira de Iguape e a faixa litorânea, a partir de Mongaguá até o extremo sul do litoral paulista, e apresentava como objetivo principal melhorar as condições de vida

⁵⁵ “Fato interessante a considerar é a desvinculação que ocorria entre a Secretaria do Planejamento e da Fazenda, os quais na prática trabalhavam isoladamente”. (Mendonça de Barros, 1975, p. 118)

⁵⁶ Serviço do Vale do Ribeira foi instituído em 12 de dezembro de 1951 pela Lei 1350, no Governo Garcez (1951-1955), junto ao DAEE, com a finalidade de promover o levantamento e adequação dos problemas das áreas de ação das diversas Secretarias de Estado.

da população, como também melhorar a posição da região e integrá-la no contexto geral do estado.

Para tanto, o Plano do Ribeira considerava necessário um investimento massivo na infra-estrutura da região, para que a mesma se tornasse mais atrativa à iniciativa privada; desta forma, no último volume do Plano foi exposta uma lista de obras e serviços públicos a serem executados pelo Governo até 1975.

Anteriormente a esta lista de recomendações, é apresentada também uma proposta de criação do **Centro Diretor do Desenvolvimento Regional para o Vale do Ribeira e Litoral Sul**, nos moldes de uma autarquia, visando sua maior autonomia dentro da administração pública.

O Plano do Ribeira afirmava que uma região para conseguir benefícios de Governos (estadual e federal) dependia de como ela própria era capaz de identificar seus problemas e os expor aos centros de decisão, exercendo desta forma pressão política; se a região não tivesse esta capacidade de organização, ficava a mercê de organizações externas a ela para sua defesa, sem conquistar, todavia, o atendimento pleno de suas necessidades.

Dada a incapacidade das regiões atrasadas para identificação de seus problemas e para reivindicação das respectivas soluções, seu desenvolvimento costuma depender assim, de pressões a serem geradas fora das mesmas. Aquelas pressões geralmente são descontínuas ou fracionárias em seus objetivos, e isto dá margem a progressos setoriais, que embora benéficos, não podem alcançar a plenitude das vantagens requeridas, razão porque se tornam de efeitos dispersos e de custos muito caros. (SÃO PAULO, 1966, p. 81:01.02)

Desta forma, propunha a criação do Centro Diretor do Desenvolvimento Regional, o qual seria responsável por identificar os problemas do Vale do Ribeira e elaborar as soluções, configurando-se em canal institucional pelo qual operaria pressão política dentro do próprio governo para a conquista de benefícios para a região, pois esta, segundo o Plano, não era organizada o suficiente para pressionar o Estado no atendimento de suas necessidades.

Este Centro Diretor não foi implementado no Governo Adhemar de Barros, mas em 1969, baseado nestes pressupostos, é criada a SUDELPA, nos moldes de uma autarquia, que, no entanto, não se configura como um centro de pressão dentro da máquina estatal, mas sim como um órgão subordinado às decisões de autoridades do alto escalão.

Dois meses após a finalização do Plano do Ribeira, o Governador Adhemar de Barros é caçado, em junho de 1966, pelo governo militar do presidente Castelo Branco, não colocando em prática, portanto, nenhuma linha do Plano Diretor de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul. O Governador empossado, Laudo Natel, governa por apenas mais nove meses, (junho de 1966 a março de 1967), também sem tempo de executar as obras previstas, julgadas essenciais para a melhoria da economia regional e das condições de vida da população.

Apesar de não ter sido executado neste mandato⁵⁷, o Plano Diretor de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul pode ser considerado um marco para a nossa análise, pois traz pela primeira vez um estudo sobre a “indústria do turismo” no Vale (título do capítulo), como também indica uma série de medidas para a “expansão turística” na região.

A então recém construção do trecho São Paulo a Curitiba da rodovia Régis Bittencourt (BR-116) pelo Governo Federal, intensificando a valorização do litoral sul pelo turismo de veraneio, como a criação da Secretaria dos Negócios do Turismo, em 25 de janeiro de 1965, no Governo de Adhemar de Barros, através da Lei nº. 8.663, provavelmente influenciaram para que um estudo sobre o turismo no Vale estivesse presente no plano de desenvolvimento da região.

Cabe ressaltar, entretanto, que apesar do interesse do Governo Adhemar de Barros em criar uma Secretaria dedicada somente à pasta de Turismo, como que demonstrando a importância desta atividade em seu governo, os objetivos da Secretaria dos Negócios do Turismo não contemplavam a criação de uma Política Estadual de Turismo, a fim de ordenar

⁵⁷ Este Plano foi em parte executado pelo governo sucessor.

o desenvolvimento da atividade turística no estado. A Secretaria apenas assume ações pontuais e vagas, como podemos observar por meio de seus objetivos, descritos na Lei nº. 8.663/65:

I. Promover o incremento do turismo no Estado; II. Organizar e dirigir certames e festejos oficiais; III. Apoiar as iniciativas particulares que apresentem interesse turístico; IV. Difundir as realidades culturais, econômicas, sociais e turísticas do estado; V. Criar condições para o desenvolvimento de mentalidade turística no Estado; VI. Estimular a criação de organismos ou empresas de caráter privado que tenham por finalidade incrementar o turismo; VII. Incentivar a criação e o funcionamento de escolas e cursos destinados à formação de profissionais habilitados na prática de atividades relacionadas com o turismo; VIII. Organizar o calendário turístico do Estado; IX. Colaborar nos estudos para a fixação de tarifas de serviços que interessem ao turismo e na fiscalização de sua cobrança; e X. Tomar ou propor todas as demais providências que julgar úteis ao fomento do turismo no Estado.

Este perfil de atuação das secretarias responsáveis pela pasta de turismo nos sucessivos governos não se alterará, pois o turismo foi sempre tido como uma atividade econômica de menor relevância para o estado de São Paulo, o que, conseqüentemente, o deixará numa posição marginal entre outras preocupações governamentais.

Quanto ao Plano do Ribeira, este traz, num primeiro momento, uma análise comparativa entre a atratividade turística do Litoral Sul⁵⁸ e do Litoral Norte, julgando este último mais apto para o desenvolvimento do turismo, por conter uma paisagem menos monótona, composta de “baías, golfos e cabos, de praias curtas e estreitas, separadas por morros” (SÃO PAULO, 1966, p. 24: 02.29). O Litoral Sul, caracterizado por suas extensas praias retilíneas, é considerado menos atrativo e que por este motivo apresentava uma atividade turística inexpressiva:

(...) a conseqüência direta da menor atração do litoral sul quase sem paisagem, pode ser notada no menor custo de terreno, na modéstia das construções, que na maioria é constituída de casas populares, e na disseminação do turismo social, de que dão bem idéias as Colônias de Férias existentes na região. Acredita-se que esteja aí a base do desenvolvimento da faixa

⁵⁸ O “Litoral Sul”, no Plano do Ribeira, é composto pelos municípios: Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Iguape e Cananéia.

litorânea do chamado “Litoral Sul” - o turismo popular. (SÃO PAULO, 1966, p. 24:02.29).

Na comparação da capacidade de hospedagem realizada entre as duas regiões litorâneas na década de 60, nota-se que a atividade turística era bem mais acentuada no Litoral Norte que no Litoral Sul. Enquanto Caraguatatuba possuía na época 443 leitos e Ubatuba 210, Iguape possuía apenas 57 e Cananéia, 50 (tabela 3.1).

Tabela 3.1. Capacidade de Hospedagem Litoral Norte x Litoral Sul (1966).

Localidade	População	Acomodações	Acomod/pop (p/10.000 hab)
Caraguatatuba	4.655	443	952
Ubatuba	3.748	210	560
São Sebastião	3490	115	330
Ilha Bela	1506	67	445
Litoral Norte	13399	835	623
Itanhaém*	9238	626	678
Iguape	5465	57	104
Cananéia	2085	50	240
Litoral Sul	16788	733	437

* Foram incluídos os dados de Mongaguá e Peruíbe, que eram distritos de Itanhaém.

Fonte: São Paulo, 1966, p. 24:02.29.

No entanto, por mais que a paisagem seja um fator relevante para a atividade turística, os diferentes níveis de desenvolvimento desta atividade no território deve-se, na verdade, a um conjunto de fatores (acessibilidade, distância dos pólos emissores de turistas, interesse da iniciativa privada, interesse do poder público, mídia, entre outros). Considerar a “monotonia da paisagem” como única responsável por estes desníveis demonstra, logo de início, uma visão distorcida do Plano sobre o fenômeno do turismo, como também uma concepção preconceituosa e incorreta ao usar a expressão “quase sem paisagem” para caracterizar o litoral sul do estado de São Paulo, posto que não há espaço ao qual não se atrele, immanentemente, uma paisagem.

Este tipo de análise do potencial turístico do Vale do Ribeira e Litoral Sul conduz o Plano a considerar o “turismo social” ou também chamado “turismo popular”, definido no mesmo como “aquele praticado por todos os que não freqüentam hotéis de classe internacional”, como sendo o principal segmento

turístico a ser explorado para a região, pois esta é avaliada como um “destino menos nobre”, acessível à classe média em crescimento, devido à fase de industrialização pela qual passava o país.

A posição geográfica do Vale do Ribeira era tomada como uma vantagem para o desenvolvimento do turismo social, pois se localiza próxima ao maior centro industrial e demográfico do Brasil – a capital do estado de São Paulo, a qual, em 1960, já possuía aproximadamente 4 milhões de habitantes.

O Plano do Ribeira não faz referência, entretanto, à região de Sorocaba, que se tornará, anos mais tarde, uma das principais regiões emissoras de turistas para o Vale, com a melhoria da estrada SP 79, que liga Sorocaba a Juquiá.

Quanto ao principal recurso turístico do Vale do Ribeira, o Plano avalia ser a “água” - recurso natural abundante na região. O seu uso recreativo seria possível por meio de atividades como pesca, remo, natação, esqui-aquático, banho de mar e passeios hidroviários. Desta forma, a região litorânea, com destaque para Ilha Comprida e Ilha do Cardoso e o rio Ribeira de Iguape, eram apontados como a “zona de grande atração turística” do Vale.

No corpo do extenso Plano foi introduzida, inclusive, uma proposta de roteiro com lanchas pelo rio Ribeira de Iguape e litoral. As viagens seriam programadas de São Paulo a Registro, pela BR 116, por automóvel, onde os turistas passariam para uma lancha, a qual poderia “subir” o rio Ribeira de Iguape até a Caverna do Diabo, ou “descer” até Iguape, onde seriam transportados os passageiros para outra lancha que os levariam a Cananéia, Canal de Ararapira, Paranaguá, Ilha do Bom Abrigo ou até mesmo a Santos. Segundo o Plano, essas excursões de turismo fariam a região conhecida e contribuiriam eventualmente para a implantação de novos empreendimentos no Vale.

A proposta de roteiro envolvia o Serviço do Vale do Ribeira (SVR) e a Secretaria de Turismo, o primeiro ficaria responsável pela aquisição das embarcações e a segunda pela operação e programação das excursões.

Além da faixa litorânea, as grutas na Serra de Paranapiacaba, situadas nos municípios de Eldorado, Iporanga e Apiaí também são apontadas como “valioso recurso turístico do estado de São Paulo”.

Nesta região, o Governo do Estado já havia implementado, em 1958, nos municípios de Iporanga e Apiaí, o Parque Estadual do Alto Ribeira, com uma área de 35.712 ha, através do Decreto Estadual nº. 32.283. O nome do parque modificado, em 1960, para **Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira**, através da Lei nº. 5.973, não é suficiente, naturalmente, para tirar a área do ostracismo, nem para realizar a desapropriação na maior parte de seu território.

De acordo com o Plano do Ribeira (SÃO PAULO, 1966, p. 24:02.31), comissões assessoradas por técnicos dos órgãos governamentais chegaram a organizar regulamento e sugestões para a efetiva organização do Parque, no entanto, “providências para verdadeira transformação da área em um Parque e das grutas como locais para atração permanente de turistas” não haviam sido ainda tomadas pelo Governo.

A Caverna do Diabo, no município de Eldorado, é também avaliada como um importante atrativo da região, que já recebia na época “excursionistas de grande dose de esportividade”; mas o Plano do Ribeira aponta como precárias as condições para o turismo na localidade (foto 3.1):

O acesso é difícil, a penetração é penosa e a visita exige condições físicas que a impedem aos mais idosos, às senhoras e crianças. Não há facilidades, de nenhuma espécie. A iluminação é fornecida por lampiões a gás de carbureto, conduzidos pelo guia que não está preparado para esclarecer os nomes e origem das formações. Não há acesso básico sentindo-se falta de escadas. Também não há possibilidades de refeições ou lanches no local. (SÃO PAULO, 1966, p. 24:02.58)

Foto 3.1. Este é o ‘abrigo’ à disposição dos turistas que procuravam a Caverna do Diabo, na década de 60.

Fonte: São Paulo, 1966, p. 24: 02.107.

Neste trecho do Plano fica claro o conceito de que os núcleos receptores turísticos deveriam ser dotados de uma infra-estrutura capaz de atender às “necessidades e anseios” dos turistas, independentemente do impacto destas estruturas no meio. Esta concepção transformará a área da Caverna do Diabo, como veremos adiante. Vale lembrar que neste período da história, as “questões ambientais” ainda não eram prioritárias, o que reflete na análise sobre o turismo no plano de desenvolvimento do Vale do Ribeira de 1966.

Ainda segundo o Plano do Ribeira, os municípios Barra do Turvo, Itariri, Jacupiranga, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo e Tapiraí “não apresentavam qualquer atrativo”, sendo considerados apenas como “pontos de apoio para o estabelecimento de ligações na corrente de atrativos turísticos”; diferentemente do que irá ocorrer nos anos 90, quando todos os municípios do Vale do Ribeira são considerados como “destinos ecoturísticos” pelos projetos governamentais e de ONGs.

Ao término do capítulo “indústria do turismo”, após um levantamento considerando acesso, comunicação, informação, hospedagem, assistência médica, urbanismo, “atrações principais e secundárias” de todos os municípios do Vale do Ribeira e Litoral Sul (menos os citados acima), é sugerida uma série de medidas para a expansão do turismo na região, conforme quadro 3.1:

Quadro 3.1. Medidas para Expansão do Turismo no Vale do Ribeira, conforme Plano do Ribeira de 1966.

Ação do Governo Estadual
A Curto Prazo:
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um organismo de crédito do Estado para financiamento de obras de interesse turístico, como: hotéis, motéis, boteis (barco/hotel), colônia de férias, albergues da juventude, restaurantes, cinemas, clubes de náuticas, etc; - Executar obras iniciais no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, principalmente vias de acesso (Iporanga) e facilidade de visitação às grutas (escadas, iluminação, etc); - Construir parque de acampamento e pousadas junto à Caverna do Diabo.
A Longo Prazo:
<ul style="list-style-type: none"> - Urbanizar os centros e núcleos de turismo; - Substituir a iniciativa privada onde ela é omissa: hotéis, pousadas, restaurantes, transportes; - Concluir o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira com a construção de abrigos, hotéis, restaurantes, acampamentos e criar condições de uso turísticos: cavalariças, pesca, campos de esporte (golfe, tênis, vôlei, cestobol, etc); - Realizar obras e estabelecer condições de utilização do Parque Estadual da Ilha do Cardoso; - Estender até Cananéia o ramal ferroviário que termina em Juquiá; - Criar condições de navegação turística e econômica ou só turística no rio Ribeira de Iguape e seus afluentes; - Estimular o artesanato, o folclore e a cozinha regional.
Ação dos Governos Municipais
A Curto Prazo:
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de órgãos municipais, de preferência associações civis para o levantamento e planejamento de todas as condições turísticas dos municípios; - Estabelecer órgãos de cooperação intermunicipal, para estudo dos problemas comuns a vários municípios, especialmente os limítrofes; - Programar a utilização de áreas públicas para cessão (comodato) à construção de hotéis, motéis, boteis, restaurantes, estacionamento de veículos, acampamento; - Realizar a arborização e ajardinamento de logradouros públicos e estradas e estabelecer concursos, com prêmios, para as residências melhor ajardinadas; - Providenciar o emplantamento, pavimentação e sinalização de ruas, iniciando por aquelas de maior trânsito de turistas; policiamento preventivo.
A Longo Prazo:
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de parques de recreio para turistas, grandes áreas florestadas e ajardinadas onde o turista possa passar horas em repouso e ao contato com a natureza e onde disponha de conforto: casa de lanche, lojas de <i>souvenirs</i>, campos esportivos, jogos e brinquedos infantis, bibliotecas, lagos com botes; - Edição de mapas, guias, roteiros, postais, <i>souvenirs</i> e monografias de turismo local; - Estímulo à indústria e ao artesanato de interesse turístico, com isenção de impostos, facilidades para o comércio (tendas, barracas, feiras) e prêmios de estímulo; - Propaganda indireta das qualidades do centro ou núcleo de turismo.

Fonte: SÃO PAULO, 1966, p. 24:02.79 – 24:02.82.

O Plano do Ribeira considerava essencial para o desenvolvimento da atividade turística na região a intervenção massiva do Estado, sobretudo do governo estadual, até porque se afirmava que “aos municípios cabia uma ação muito restrita no turismo regional”, pois “pobres, sem assistência técnica, as prefeituras” tinham dificuldades de realizar melhoramentos urbanos (SÃO PAULO, 1966, p. 24:02.79).

Por isso, as medidas indicadas aos municípios restringiam-se à criação de órgãos de cooperação intermunicipal⁵⁹, doação de áreas públicas para a construção de infra-estrutura turística (hotéis, restaurantes, entre outros), divulgação (mapas, guias, postais), incentivo ao artesanato, arborização e jardinamento do que de fato execução de obras de infra-estruturas básicas e turísticas.

Já o Governo do Estado era considerado responsável, até mesmo, pela construção e administração de hotéis, pousadas e restaurantes, onde a iniciativa privada se fazia ausente, ou seja, o Governo do Estado teria que tomar para si quase que a total responsabilidade de transformar o Vale do Ribeira em um “destino turístico”, implementando toda a infra-estrutura considerada necessária para atender à desejada demanda de turistas, como também atuar na prestação de serviços turísticos. Naturalmente, este é um exemplo concreto de um momento histórico em que impera a concepção de um Estado interventor e soberano, responsável pelo desenvolvimento econômico e social do país.

Governo Abreu Sodré (mar. 1967 – mar. 1971) – Criação da SUDELPA

Findo o Governo Laudo Natel, o Governador Abreu Sodré assume em março de 1967, delegando ao Serviço do Vale do Ribeira a responsabilidade de pôr em prática parte das ações previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul.

Este Governo, ao expor as ações que vinha realizando no Vale do Ribeira, por meio de uma publicação sob o título “Desenvolvimento Integrado do Vale do Ribeira” (s/d), refere-se à região com a seguinte frase: “Há uma Amazônia dentro de São Paulo”. Esta frase exprime a forma como o Vale estava sendo percebido pelos órgãos públicos estaduais: como uma região

⁵⁹ Apesar de já em 1966 o Plano do Ribeira apontar a necessidade de um órgão de cooperação intermunicipal para a discussão de problemas comuns da região, o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR) foi constituído apenas em 1989.

extremamente necessitada de assistência social e investimentos em infraestrutura.

Há um atraso de 20 anos em relação à média estadual. A renda per capita é de 167 dólares por ano (a do Estado é 450). Apenas 25% das moradias têm boas condições de habitação. São altos os coeficientes de mortalidade infantil (99‰) e de mortalidade por doenças transmissíveis (144,1‰). É insuficiente o número de médicos e dentistas. As condições de suprimento de água e serviço de esgoto são precárias pondo em risco a saúde pública. A poupança é praticamente nula. A região é intensamente assolada pelas enchentes (...). É a denominada “Amazônia Paulista”. (SÃO PAULO, s/d)

O Serviço do Vale do Ribeira vinha realizando, na tentativa de alterar este quadro e chamar a atenção da iniciativa privada para a região, cerca de treze medidas⁶⁰, dentre elas a melhoria do acesso e iluminação da Caverna do Diabo em conjunto com a Secretaria de Turismo, “com vista ao incremento do interesse turístico”.

É notório neste período, a preocupação estrita com o desenvolvimento econômico e social, sem levar em conta as questões ambientais, que virão à tona, mais ao final do século XX. A Caverna do Diabo é um exemplo; a intenção de dotar este local de uma estrutura física capaz de atender as “necessidades” da demanda turística e conseqüentemente tornar a atividade um meio de dinamizar a economia regional, fez com que a Caverna do Diabo fosse parcialmente desfigurada em seu interior, recebendo iluminação,

⁶⁰ “I. Estudos para a construção de uma primeira barragem no rio Ribeira (em Eldorado), para controle das cheias, navegação, uso agrícola e abastecimento das cidades; II. Estágio avançado da realização da industrialização da banana; III. Estudos de viabilidade técnico-econômica capazes de justificar a instalação de “centro pesqueiro” no litoral sul do estado; IV. Programa de ampliação da eletrificação rural em Sete Barras, Jacupiranga, Pariquera-Açu; Juquiá, Miracatu, Pedro de Toledo, Itariri e Peruíbe; V. Grupo de técnicos para criação de cooperativas; VI. Obras de proteção contra erosão junto a Iguape, no Valo Grande, e de abertura de canais, desassoreamento e saneamento no Mar Pequeno e outros rios do interior; VII. Serviços de auxílio aos bananicultores prestados diretamente ou em colaboração com a Secretaria da Agricultura; VIII. Em convênio com órgão do Estado efetuam-se trabalhos com equipes de máquinas para apedregulamento de estradas vicinais, abertura de pequenas estradas como de Eldorado a Iporanga destinadas à integração da região; IX. Levantamento dos níveis sanitários, fornecimento de trabalhos de topografias; X. Projetos de canais, como o da ligação entre o rio das Pedras e o rio Comprido para facilitar o escoamento da produção local; XI. Estudos de modelo reduzido da barra de Cananéia; XII Conjuntamente com a Secretaria do Turismo promovem-se melhorias de acesso, trânsito e iluminação da Gruta do Diabo, com vista ao incremento do interesse turístico; XIII. Paralelamente a todas estas atividades, mantém o Serviço do Vale do Ribeira equipes de auxiliares técnicos que efetuam levantamento de dados hidrológicos.” (São Paulo, s/d)

passarelas, pontes e corrimãos (que se mantêm até os dias de hoje – fotos 3.2, 3.3 e 3.4).

Foto 3.2. Entrada da Caverna do Diabo – Corrimão e Lixeira.

Autor: Carolina Todesco (2006).

Foto 3.3. Escada e Corrimão no interior da Caverna do Diabo.

Autor: Carolina Todesco (2006).

Foto 3.4. Iluminação interna da Caverna do Diabo.

Autor: Carolina Todesco (2006).

Além de obras, o Serviço do Vale do Ribeira conclui também pela necessidade de conduzir a região a um processo de “desenvolvimento auto-conduzido”, e propõe o **Plano Geral de Implantação do Cooperativismo no Vale do Ribeira e Litoral Sul**.

O Plano Geral dividia-se em duas etapas: a primeira etapa consistia na realização de palestras, cursos, círculo de estudo, seminário para a preparação de líderes locais, e seleção das áreas e das atividades às quais as cooperativas deveriam se dedicar; a segunda etapa consistia no estabelecimento legal das cooperativas, instalação da sede e equipamentos. Este plano é mais um entre os muitos que não saíram do papel.

Em 11 de janeiro de 1968, o Serviço do Vale do Ribeira é substituído por uma autarquia denominada Superintendência do Vale do Ribeira, criada pela Lei 10.026 vinculada à Secretaria de Serviços e Obras Públicas. Esta Lei é revogada em 1º de setembro de 1969, através do Decreto-Lei nº. 4, a qual cria a **Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA)**, com vinculação administrativa à Secretaria de Economia e Planejamento e financeira à Secretaria da Fazenda, incorporando as instalações e a equipe de trabalho do extinto Serviço do Vale do Ribeira.

Com a finalidade de organizar e promover o desenvolvimento sócio-econômico da região litorânea e Vale do Ribeira, a área de atuação da SUDELPA foi dividida em três sub-regiões: Litoral Norte, Baixada Santista e Vale do Ribeira – Litoral Sul (figura 3.1).

A SUDELPA utilizou o conceito de bacia hidrográfica como critério de divisão regional, “sendo duramente criticada já no final do século passado por geógrafos que consideravam que a região não poderia ser definida por um só critério fisiográfico” (BRAGA, 1998, p.111).

Figura 3.1. Área de Atuação da SUDELPA.

Fonte: SUDELPA, 1972, p. 2.

Com o critério de bacia hidrográfica, a sub-região do Vale do Ribeira - Litoral Sul ficou sendo composta pelos municípios de Iguape, Cananéia, Itariri, Pedro de Toledo, Miracatu, Juquiá, Registro, Sete Barras, Eldorado, Paripiranga, Jacupiranga, Iporanga, Barra do Turvo, Ribeira, Juquitiba e parte dos municípios de Apiaí, Ibiúna, Tapiraí e Itapeverica da Serra (figura 3.2).

Figura 3.2. Área de Atuação da SUDELPA no Vale do Ribeira - Litoral Sul.

Fonte: SUDELPA, 1972, p. 3.

A criação da SUDELPA sugere que o Vale do Ribeira estava no centro das preocupações do Governo do Estado; no entanto, a elaboração de seu orçamento demonstra que a realidade era outra:

Inicialmente, ficou assentado que a Superintendência receberia do tesouro do Estado uma parcela correspondente ao peso de sua população, ou seja, 5,4%, o que equivale a 75 milhões de cruzeiros. Pouco tempo depois, comunicações telefônicas do Palácio dos Bandeirantes impuseram um teto de 53 milhões. Reajustado o Orçamento em seus itens, e remetido à Secretaria de Economia e Planejamento, o grupo central desta pediu uma reformulação dos montantes. Novamente reajustado, o Orçamento cifrou Cr\$32,3 milhões. Dois meses passados, em reunião com o Secretario de Economia e Planejamento, este solicitou nova revisão, impondo um teto de Cr\$17 milhões, ou seja, menos de 77% do inicialmente previsto. (MÜLLER, 1980, p. 136)

De início, a SUDELPA também pretendia elaborar o **Plano de Desenvolvimento do Litoral (PLADEL)**, o qual deveria traçar as metas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento da região. No entanto, ficou decretado (Decreto-lei Complementar Nº 22), em 29 de maio de 1970, que antes da elaboração deste plano, a SUDELPA deveria implementar o **Programa de Ação de Emergência (PAE)** nos exercícios de 1970 e 1971, o qual constava de projetos prioritários para atender as “necessidades mais urgentes da região”.

A SUDELPA, portanto, ao invés de planejadora do desenvolvimento de sua área de atuação é relegada a mera executora de obras pontuais, principalmente no que se refere à infra-estrutura viária. O Decreto 52.459, de 03 de junho 1970, transferindo a vinculação administrativa da SUDELPA à Secretaria de Serviços e Obras Públicas, demonstra o perfil de atuação que esta autarquia adquiriu.

Governo Laudo Natel (mar. 1971 – mar. 1975) – Programa Geral de Ação

Logo após assumir o Governo, em 13 de agosto de 1971, Laudo Natel instala, em Registro, a sede do Governo do Estado, para dar início à execução

do **Programa Geral de Ação** no Vale do Ribeira, lançado como substituto do Programa de Ação de Emergência do governo anterior.

Nesta mesma época o ex-capitão do exército Carlos Lamarca integrante da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR e seus companheiros se instalam no Vale do Ribeira⁶¹. A atenção voltada para a região neste momento está, portanto, intrinsecamente vinculada às preocupações do regime militar em “abafar” qualquer manifestação contra o poder vigente. Desta forma, a integração do Vale do Ribeira, por meio de melhores vias de circulação, era considerada essencial para combater qualquer foco de guerrilha que pudesse vir a se instalar na região, considerada de difícil acesso, portanto de difícil controle.

Com isso, a SUDELPA, que volta a ser vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento, direciona sua atenção para o Vale do Ribeira – Litoral Sul. Segundo uma publicação, editada no último ano do Governo Laudo Natel (SÃO PAULO, 1975, p.62), “quase 1 bilhão de cruzeiros foram investidos em escolas, rodovias, e ferrovias, centros de saúde, hospital, agricultura, turismo, segurança pública, energia, telecomunicações, saneamento básico e barragens”⁶². O Governo de Laudo Natel e posteriormente de Paulo Egydio são denominados por Braga (1998) como a “fase áurea” da SUDELPA, pois foi durante estes dois governos que a Autarquia apresentou seus maiores orçamentos (60% do orçamento de 18 anos da autarquia foram aplicados entre 1971 a 1978) (tabela 3.2 e gráfico 3.1).

⁶¹ Segundo Queiroz (1992 apud Nunes, 2003, p. 47), “Lamarca escolheu o Vale por ser uma região pobre e ocupada por uma população que seria sensível ao discurso revolucionário. Um lugar de difícil acesso, montanhoso, coberto de matas e cheio de grutas que permitiriam o esconderijo e a fuga da repressão”.

⁶² Construção de 81 escolas; reforma e equipamento do Hospital Regional de Pariqueira-Açu e de 16 centros de saúde; implantação ou reconstrução de 2.000 km de estradas vicinais; construção de 109 pontes (dentre elas a ponte sobre o rio Ribeira de Iguape em Iporanga, que dá acesso ao PETAR); início da duplicação da BR116 em execução junto ao Ministério dos Transportes; entre outras obras. (São Paulo, 1975, 62-64)

Tabela 3.2 - Orçamentos da SUDELPA de 1969 a 1987, valores em Cz\$⁶³.

Governos	Despesa Total	Porcentagem
Abreu Sodré (1969-1970)	503.426.596,9	1%
Laudo Natel (1971-1974)	10.605.586.162	25%
Paulo Egydio (1975-1978)	14.876.113.178	35%
Paulo Maluf (1979-1982)	8.407.478.838	20%
Franco Montoro (1983-1986)	6.715.481.400	16%
Orestes Quércia (1987)	1.301.439.091	3%
Total	42.409.525.266	100%

Fonte: Braga, 1998, p.141.

Gráfico 3.1. Orçamentos da SUDELPA de 1969 a 1987, valores em Cz\$.

Fonte: Braga, 1998.

Organização: Carolina Todesco (2007).

Conforme Müller (1980) o planejamento estatal delineado e executado na região não conseguiu, no entanto, superar as deficiências econômico-sociais que afetavam (e afetam até hoje) o Vale, uma vez que visavam fundamentalmente à criação de infra-estrutura para a exploração de seus recursos naturais em benefício de alguns grupos econômicos privados.

É neste período, por exemplo, que a Ferrovia Paulista S.A (FEPASA) “em obediência ao plano do Governo do Estado para o desenvolvimento do Vale do Ribeira” constrói o ramal Juquiá-Cajati, e o ramal Itararé-Apiá, destinando-se, inicialmente, ao escoamento da produção de uma indústria de cimento e similares do grupo Serrana, em construção no município de Cajati e da indústria de cimento do grupo Camargo Corrêa instalada em Apiá (SÃO PAULO, 1972, p. 256-257; SUDELPA, 1974, p.79).

⁶³ Cruzado.

Na área do turismo “a fim de amparar pelo menos nos primeiros tempos a demanda no setor turístico” (SUDELPA, 1972, P.21), o Governo, por meio da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo⁶⁴, num investimento de 6 milhões de cruzeiros, constrói um hotel em Cananéia de 59 apartamentos, com mais de 4 mil metros quadrados de área. Também estavam previstos a construção de mais dois hotéis no Vale do Ribeira, um em Eldorado (para atender o fluxo turístico da Caverna do Diabo), e outro em Iguape, assim como um centro de informações turísticas em Jacupiranga, ao longo da BR-116, os quais nunca se concretizaram.

Para o Governo, o turismo deveria desenvolver-se no Vale como reflexo de incentivos a outros setores, principalmente como consequência da melhora do sistema viário, que estava em andamento, como se pode notar na figura 3.3, mas ainda com o predomínio, na região, de estradas sem pavimentação.

É também no Governo Laudo Natel que a SUDELPA, em 1974, publica o estudo denominado “Possibilidades Turísticas no Vale do Ribeira e Litoral Sul”, realizado por uma equipe interdisciplinar, composta de economistas, sociólogos⁶⁵, um geógrafo e um arquiteto.

Neste estudo, a equipe assume a dificuldade de se estudar o fenômeno turístico, alegando este ser “um campo de estudos repleto de desafios e que, especialmente no Brasil, ainda atravessa a fase do empirismo”. Para os mesmos, são várias as dificuldades que concorrem para explicar esse desafio:

(...) o grande número de atividades (e consequentemente de conhecimentos) que implicitamente estão incluídos no conceito de turismo, a diversidade dos investimentos necessários e as complexidades do comportamento do consumidor turista, são alguns desses fatores. E a essas dificuldades soma-se o fato do turismo ser um campo relativamente novo clamando, por isso por maior atenção de pesquisas e estudos metodológicos. (SUDELPA, 1974, p.1).

⁶⁴ A Secretaria dos Negócios do Turismo foi agregada a Secretaria de Cultura e Esportes em 1970.

⁶⁵ Dentre eles Antonio Carlos S. Diegues.

A SUDELPA acreditava, assim, que as dificuldades de se estudar o turismo no Vale do Ribeira poderiam ser mitigadas com a formação de uma equipe interdisciplinar, podendo desta forma atingir os seguintes objetivos:

- Identificar e avaliar as potencialidades turísticas do Vale do Ribeira e Litoral Sul;
- Fornecer elementos para a definição da estratégia de desenvolvimento turístico nessa área;
- Fornecer subsídios para um controle normativo e disciplinamento do processo de ocupação das praias e locais turísticos, evitando os males de uma urbanização caótica e descontrolada da faixa litorânea; e
- Coletar e apresentar a metodologia de planejamento turístico, especialmente no que se refere à avaliação do potencial turístico e estimativa da demanda.

O acervo já considerável de informações, o conhecimento detalhado da infra-estrutura básica e turística e a elaboração do diagnóstico sócio-econômico da região, aliados ao estudo de problemas e metodologia turística permitiram segundo a SUDELPA, definir e avaliar as possibilidades de desenvolvimento turístico da área.

Na análise do trabalho, revela-se que os municípios de Iguape, Cananéia, Eldorado e Iporanga eram os que apresentavam melhores perspectivas para o desenvolvimento das atividades turísticas na região.

Nesta área, foram definidas pelo estudo, de acordo com os atrativos que ofereciam, quatro “zonas turísticas” ⁶⁶ no Vale do Ribeira:

1. Zona Lagunar de Cananéia e Iguape;
2. Zona das Grutas e Cavernas;
3. Zona dos Parques e Reservas Florestais;
4. Zona Histórica e Cultural.

⁶⁶ Zonas turísticas são definidas no trabalho como áreas que apresentam condições naturais ou artificiais de potencialidade turística.

A Zona Lagunar de Cananéia e Iguape compreendia o Complexo Estuarino-Lagunar do litoral sul do estado de São Paulo. Nesta região, o estudo destaca Iguape, Cananéia, Ilha do Cardoso, Ilha Comprida e Ilha do Bom Abrigo como os lugares de alto potencial turístico.

O complexo lagunar-marítimo apresenta condições ideais para a navegação turística, com mais de 200 Km de rios e canais (Mar Pequeno, Rio Ribeira de Iguape e afluentes), além de vasta potencialidade para a caça e pesca, “camping”, “surf” e para regatas e navegação à vela. (SUDELPA, 1974, p. 55)

A Zona das Grutas e Cavernas abrangia os municípios de Eldorado e Iporanga, que já apresentavam um fluxo turístico em função da presença das cavernas calcárias. A Caverna do Diabo, a mais visitada, era acessada por meio da BR 116 até o município de Jacupiranga e posteriormente até Eldorado por estrada de terra. Já as cavernas de Iporanga eram acessadas pela SP 250 até Apiaí e posteriormente por estradas de terra até Iporanga.

Esta área, segundo o estudo em pauta, possuía um alto potencial turístico, mas apresentava graves problemas de acessibilidade e ausência de serviços turísticos. A ausência quase completa de serviços de hospedagem era, por exemplo, um dos motivos para a maior parte dos turistas que visitavam a Caverna do Diabo permanecer no local por apenas um dia.

Como se pode perceber na tabela 3.3, o serviço de hospedagem era de fato deficitário na região das cavernas; o município de Eldorado possuía apenas um hotel, com oito leitos, e em Iporanga havia apenas duas pensões.

Tabela 3.3 - Serviço de Hospedagem nos Municípios com Potencialidade Turística, em 1973.

Municípios	Estabelecimentos de Hospedagem	Capacidade de Hospedagem
Cananéia	4 hotéis	97 leitos
Iguape	7 hotéis	226 leitos
Ilha Comprida ⁶⁷	4 hotéis	121 leitos
Eldorado	1 hotel	8 leitos
Iporanga	2 pensões	10 quartos

Fonte: Sudelpa, 1974.

Organização: Carolina Todesco (2007).

⁶⁷ Na época Ilha Comprida ainda pertencia ao município de Iguape e Cananéia.

Já a Zona dos Parques e Reservas Florestais era composta pelos:

- Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira, com 35.712 ha (Iporanga e Apiaí), primeiro parque estadual criado na região (1958);
- Parque Estadual Ilha do Cardoso, com 22.500 ha (Cananéia), criado em 1962;
- Parque Estadual de Jacupiranga, com 150.000 ha (Barra do Turvo, Eldorado, Jacupiranga, Cananéia e Iporanga), criado em 1969;
- Reserva Florestal de Sete Barras, com 15.154 ha (Sete Barras); e
- Reserva Florestal do Itatins (Iguape, Pedro de Toledo, Itariri e Miracatu), com 12.058 ha, criado em 1958.

De acordo com o estudo, estas áreas estavam submetidas à exploração ilegal de seus recursos naturais e acreditava-se que estas práticas seriam inibidas a partir do desenvolvimento de atividades de lazer, por meio da criação de uma infra-estrutura para a recepção de visitantes, como por exemplo, instalação de “camping”, cabanas, praças de esportes, entre outros.

E, por fim, a Zona Histórica e Cultural compreendia os municípios de Iguape e Cananéia, que nos séculos passados gozaram prestígio na então província de São Paulo. Em Iguape, destacam-se o casario colonial, as igrejas, a primeira Casa de Fundação de ouro do Brasil e a festa religiosa do Bom Jesus de Iguape⁶⁸ (que até os dias de hoje atraem para a cidade milhares de romeiros e turistas no mês de agosto); em Cananéia, destaca-se o dia da Nossa Senhora dos Navegantes, comemorado com procissão de barcos, e o Fandango, um gênero musical e coreográfico fortemente associado ao modo de vida da população caiçara.

Nesta época também estavam em fase de tombamento pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,

⁶⁸ Acredita-se que a imagem do Bom Jesus, feita em Portugal por encomenda de um senhor de engenho pernambucano, teve no transporte sua nau atacada por piratas; o Comandante vendo que a imagem seria perdida mandou colocá-la junto a caixas de azeite, para que flutuasse e fosse recuperada posteriormente, tendo sido encontrada na Praia de Una por índios que tentaram levá-la para Peruíbe, mas esta ficou mais pesada então a conduziram até Iguape. A Nossa Senhora das Neves é a padroeira do município, mas depois de diversos milagres reconhecidos pela Igreja, o local de destaque foi dado à imagem do Bom Jesus. Disponível em: <<http://www.guiadeiguape.com.br/historia.asp>>. Acesso em: jan. 2007.

Artístico e Turístico): os centros urbanos de Cananéia, Iguape (foto 3.5 e 3.6) e Iporanga; ruínas de engenhos, praias e o Morro do Itatins no município de Iguape; e a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Eldorado, no bairro de Ivoporunduva.

Foto 3.5. Igreja Matriz de Iguape - construída em pedra, argamassa e óleo de baleia, por escravos, entre os séculos XVIII e XIX.

Autor: Carolina Todesco (2006).

Foto 3.6. Centro histórico de Iguape. ⁶⁹

Autor: Carolina Todesco (2006).

⁶⁹ Compreende o maior centro histórico e arquitetônico preservado do Estado de São Paulo, com 64 imóveis em estilo colonial português.

Nestas áreas, selecionadas como zonas turísticas, o trabalho justifica sete razões para uma urgente ação estatal de ordenação territorial, organização e incentivo do turismo, conforme quadro 3.2.

Quadro 3.2. Razões para uma urgente ação estatal nas áreas de alto potencial turístico do Vale do Ribeira (Iguape, Cananéia, Eldorado e Iporanga).

- 1.O fato que já existem reais atrativos⁷⁰, naturais e culturais, que motivam correntes turísticas para a área, apesar da deficiente infra-estrutura de serviços;
- 2.A melhoria na infra-estrutura viária, com vista à duplicação da BR-116, que permitirá um acesso mais rápido para a área, e o asfaltamento da ligação BR-116 a Iguape e a Cananéia (via Pariqueira-Açu).
- 3.O congestionamento turístico da Baixada Santista. Com a abertura da Rodovia dos Imigrantes, terá acentuada a sua função de área de expansão industrial da Grande São Paulo, acarretando concentração urbana acima dos índices de conforto e poluição, como também uma demanda crescente que chegará a níveis insustentáveis. Dessa maneira, aumenta consideravelmente a necessidade de parte desses turistas procurar uma região não poluída, rica em belezas naturais e relativamente próxima a São Paulo, condições que serão inteiramente preenchidas pelas regiões de Iguape-Cananéia e Cavernas;
- 4.A abertura do trecho da estrada BR-101, ligando Iguape e Cananéia a Peruíbe, possibilita aos turistas utilizarem uma estrada mais turística, mais atraente que a atual BR-116, originando um turismo ao menos de passagem pela região;
- 5.Outro fator que justifica a intervenção de planejamento turístico na área é a relação entre o turismo de classe A no Litoral Norte e o turismo de massa no Litoral Sul. O Litoral Norte, dadas as características dos projetos de equipamentos turísticos apresentados à EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo)⁷¹, é de se supor que as correntes turísticas sejam formadas por uma classe de renda mais elevada. Além do mais, a pequena disponibilidade de terreno, dadas as características geográficas da costa norte faz-nos supor que serão instalados equipamentos turísticos de alto custo, somente utilizáveis pelas camadas mais favorecidas dos centros urbanos. O Litoral Sul, dadas suas condições de localização e disponibilidade de terreno presta-se a um turismo mais popular e de classe média;
- 6.A especulação imobiliária, a precariedade dos loteamentos e a falta de crédito de ocupação de solo, podem comprometer irremediavelmente o desenvolvimento turístico da área, estando a exigir medidas imediatas no sentido de se estabelecer uma política de ocupação racional do solo; A Ilha Comprida principalmente na parte pertencente ao município de Iguape possui inúmeras firmas imobiliárias promovendo os loteamentos sem obedecerem a nenhum critério para uma ocupação adequada do solo, mesmo sem possuir infra-estrutura urbana (rede de abastecimento de águas, rede de esgotos, energia elétrica, etc), apresenta um número crescente de construções de casas de veraneio;
- 7.A destruição do patrimônio artístico e cultural das cidades litorâneas é outro motivo para o desenvolvimento de um plano turístico para a região estudada.

Fonte: SUDELPA, 1974, 14-15.

⁷⁰ “No trabalho se considera “atrativo turístico” todo e qualquer recurso (natural, cultural, arquitetônico, etc.) susceptível de provocar um deslocamento humano em sua direção. Quanto ao termo “recurso turístico”, este foi tomado em um sentido muito amplo, isto é, ele engloba não somente os atrativos turísticos em si, mas também toda a estrutura de acesso, hospedagem e serviços em geral de que dispõe uma localidade”. (SUDELPA, 1974, p.14)

⁷¹ O Litoral Norte que já vai sendo cortado pela rodovia Rio-Santos, foi objeto de amplo estudo e planejamento turístico por parte do Governo Federal através da EMBRATUR, criada através do Decreto-Lei nº. 55 de 18 de novembro de 1966, que constitui o marco inicial para a criação de uma política de turismo, cujo objetivo principal era o desenvolvimento da infra-estrutura, particularmente no setor de hospedagem. (SUDELPA, 1974)

Apesar destas razões, ações a elas concernentes não se confirmaram, em diversos casos, com o tempo. A abertura do trecho da estrada BR-101 ligando Peruíbe a Iguape e Cananéia, por exemplo, jamais foi realizada; a região foi alvo de unidades de conservação criadas na década de 80, tendo como um dos obstáculos para a implantação desta rodovia a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, em 1986.

A duplicação da rodovia Régis Bittencourt (BR116), eixo principal da rede viária servindo toda a região do Vale do Ribeira, com exceção dos municípios de Apiaí, Barra do Chapéu, Itaóca, Ribeira, Iporanga e Tapiraí, também nunca foi finalizada, apesar desta obra ser anunciada desde a década de 70. Na atualidade é considerada um dos grandes entraves para o desenvolvimento do turismo na região. A existência de pista única, o alto tráfego de caminhões⁷², as péssimas condições do asfalto em determinados trechos, e consequentemente, os altos índices de acidente, fizeram a Régis Bittencourt ficar conhecida como “A Rodovia da Morte”⁷³ (fotos 3.7 e 3.8).

Foto 3.7. Placa indicando Final de Pista Dupla na BR116.

Autor: Carolina Todesco (2006).

⁷² A BR116, juntamente com a BR101, é também conhecida como “Rodovia do Mercosul”, pois é o principal corredor de transportes da região Sudeste até a fronteira sul do país, em direção a países do Mercosul – Uruguai e Argentina.

⁷³ Na Região Administrativa de Registro (Registro, Sete Barras, Eldorado, Juquiá, Miracatu, Pedro de Toledo, Itariri, Ilha Comprida, Iguape, Pariquera-Açu, Jacupiranga, Cajati, Cananéia e Barra do Turvo) destaca-se o alto índice de mortalidade por acidentes com veículos a motor para pessoas de 15 a 49 (SEADE, 1998). Entre os homens essa taxa chega a 120,55 por 100.000 habitantes, sendo que a média para o total do Estado de São Paulo é de 54,23 por 100.000. Possivelmente, o fenômeno seja consequência do fato dessa região ser cortada por uma das rodovias mais violentas do país, a Régis Bittencourt. (Hogan et al., s/d)

Foto 3.8. Congestionamento na BR116 ocasionado pelo Final de Pista Dupla.

Autor: Carolina Todesco (2006).

Por fim, no estudo, a SUDELPA apresenta uma conclusão semelhante a do “Plano Diretor de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul”, de 1966, ou seja, propõe o “turismo social” como o principal segmento turístico a ser explorado na região:

Quanto às restrições da oferta pode-se dizer que o congestionamento turístico da Baixada Santista, e com a oferta de serviços turísticos de classe A para o Litoral Norte, cabe ao Litoral Sul desenvolver principalmente um turismo mais popular. Para esse tipo de turismo inegavelmente o Litoral Sul possui excelentes condições de atrativos. Existem evidentemente problemas de infra-estrutura que condiciona, atualmente o pleno aproveitamento das potencialidades turísticas, tais como especulação imobiliária, grande incidência de mosquitos e falta de vias de acesso às praias além de poluição. A solução desses problemas implicará no aumento do fluxo turístico. (SUDELPA, 1974, p. 144)

Apesar de não ser o objetivo do trabalho, a SUDELPA perdeu a oportunidade de apresentar as diretrizes para o desenvolvimento ordenado do turismo no Vale. O estudo serviu, na verdade, mais como um alerta sobre a ocupação desordenada e uso indevido do solo que o turismo poderia provocar, por meio da especulação imobiliária que se iniciava na região, tendo em vista o que já estava ocorrendo na Baixada Santista.

No entanto, nenhuma atitude foi tomada para prevenir os mesmos erros ocorridos na Baixada, desta forma, após uma década, a SUDELPA retoma a

questão da ocupação e uso do solo, em 1987, com a elaboração do “Plano Básico de Desenvolvimento Auto-Sustentado para a Região Lagunar de Iguape e Cananéia”, agora diante de problemas reais (e não mais potenciais) promovidos pela especulação imobiliária, principalmente na Ilha Comprida.

Governo Paulo Egydio Martins (mar. 1975 – mar. 1979) – Plano de Desenvolvimento do Litoral - PLADEL

No início do Governo Paulo Egydio, a SUDELPA finaliza o tão esperado **Plano de Desenvolvimento do Litoral – PLADEL**, aprovado pelo Decreto 6.915 de 24 de outubro de 1975, que foi sendo adiado e substituído por programas de ações emergenciais nos governos anteriores.

O PLADEL tinha como objetivo “promover o desenvolvimento econômico e social da região do Vale do Ribeira e Litoral Paulista e o incremento da pesca de forma harmônica e integrada na economia estadual”. No entanto, de acordo com Braga (1998, p.155), o PLADEL não altera o modo de atuar da autarquia, pois este não se configura como um plano de desenvolvimento, mas sim como um programa de ações setoriais, sem explicitar políticas ou estratégias de desenvolvimento regional.

No setor do turismo, o governo, por meio da ação da Secretaria de Esporte e Turismo⁷⁴ em convênio com o DAEE e a prefeitura de Eldorado, com o intuito de “proporcionar melhores condições” para recepcionar as três mil pessoas que em média já visitavam o local semanalmente (São Paulo, 1979, p. 238), implementa um novo conjunto de infra-estruturas na área próxima à Caverna do Diabo, tais como: lanchonete, sanitários, restaurante, portaria, quiosques e estacionamento (fotos 3.9, 3.10 e 3.11).

⁷⁴ Considerando a conveniência de se agruparem na mesma Secretaria, órgãos e entidades, cujas funções se referem à ciência, tecnologia e cultura, o Governador Paulo Egydio cria a Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, desagregando-a da Secretaria de Esportes e Turismo, em 1975.

Foto 3.9. Caverna do Diabo – Restaurante.

Autor: Carolina Todesco (2006).

Foto 3.10. Caverna do Diabo – Sanitários.

Autor: Carolina Todesco (2006).

Foto 3.11. Caverna do Diabo – Trilha até a Entrada da Caverna.

Autor: Carolina Todesco (2006).

Governo Paulo Salim Maluf (mar. 1979 – mai. 1982) e Governo José Maria Marin (mai. 1982 – mar. 1983) – “Auxílio às Prefeituras”

Apesar de a SUDELPA nunca ter se configurado de fato como um órgão responsável pelo planejamento da região do Vale do Ribeira, ou melhor, nunca ter exercido o papel que lhe cabia, sua criação foi muito importante para o processo de incorporação da região na economia do estado, pois segundo Müller:

Com a SUDELPA, o Estado avocou a si a responsabilidade de construir enorme infra-estrutura regional (transporte, comunicações e energia) com o objetivo de propiciar condições de expandir e multiplicar unidades empresariais privadas. (MÜLLER, 1980, p. 129).

Após sua “fase áurea”, a SUDELPA inicia sua fase de decadência no Governo Paulo Maluf, tendo como um dos motivos a prática comum da interrupção de uma política iniciada em mandatos anteriores:

Vale lembrar que o governador Paulo Maluf disputou a eleição indireta para o cargo com o ex-governador Laudo Natel, que era o favorito do general/presidente João Figueiredo. Assim sendo, parece natural, em termos das práticas políticas vigentes, que o governador Maluf tenha tido pouco interesse em apoiar a SUDELPA, marca registrada do Governo Natel. É lícito concluir que o abandono da autarquia foi deliberado e não simplesmente o resultado de uma conjuntura desfavorável e, mais ainda, que o Vale do Ribeira estava longe de ser prioridade do governo Maluf. (BRAGA, 1998, p.157)

Sem prestigiar a SUDELPA, o Governo Paulo Maluf cria o programa “Auxílio às Prefeituras”, implementando infra-estrutura no atendimento a solicitação das prefeituras municipais, que segundo Braga (1998) dará um caráter clientelista às ações deste governo.

Em 1982, Paulo Maluf desincompatibiliza-se do cargo para candidatar-se a deputado federal. Com isso, seu vice, José Maria Marin, governa durante 10 meses, sem tempo para planejar nenhuma obra de vulto.

O fim do Governo Paulo Maluf marca o fim de uma série de governos autoritários no estado de São Paulo, oriundos do regime militar em que se encontrava o país desde 1964. Consequentemente, o perfil de atuação do

Estado, caracterizado pela não-democratização do planejamento com a total ausência ativa das organizações sociais, sofrerá mudanças significativas com o início da redemocratização no Governo Franco Montoro.

Governo Franco Montoro (mar. 1983 – mar. 1987) – Plano Básico de Desenvolvimento Auto-Sustentado da Região Lagunar de Iguape-Cananéia

Ao assumir o Governo, após as eleições diretas de 1982, Franco Montoro traz consigo uma nova concepção de atuação do Estado. Além de defender a democratização da gestão e das decisões do Governo Estadual, também é marcadamente na sua gestão que a questão ambiental passa a ser tratada como tema político e não mais apenas como assunto técnico⁷⁵.

Apesar da questão ambiental já estar sendo discutida em escala mundial há décadas, conforme denota a Conferência de Estocolmo, de 1972, em que se reuniram 113 países e mais de 250 entidades internacionais, para discutir a relação “desenvolvimento x meio ambiente”, no Brasil este tema só ganha relevância a partir da década de 80, com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente, e após a Conferência das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como ECO-92 ou RIO-92.

Na Conferência de Estocolmo, a delegação brasileira mostrou completa distonia com as preocupações emergentes no mundo inteiro em relação à degradação ambiental, defendendo a tese do desenvolvimento industrial a qualquer custo, pois o mesmo era entendido como sinônimo de desenvolvimento nacional.

No Estado de São Paulo, será no Governo Franco Montoro que os ambientalistas contrários ao crescimento a qualquer custo (sobretudo

⁷⁵ O Governo Montoro montou uma estrutura institucional pioneira no país para proteger e preservar o meio ambiente e os recursos naturais, promovendo a criação dos seguintes órgãos: Conselho Estadual do Meio Ambiente; Conselhos Municipais do Meio Ambiente; Curadorias de Proteção ao Meio Ambiente; Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente; Grupo Executivo do Meio Ambiente; e Fundação Florestal do Estado de São Paulo. (São Paulo, 1987)

ambiental) irão encontrar espaço e introduzir as preocupações ambientais no âmbito da política, defendendo fortemente a proteção do meio ambiente.

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), criado um mês após Franco Montoro assumir o cargo, tem em agosto de 1985 a paridade entre representantes do Governo e Sociedade Civil, o que contribui para a influência e a participação de organizações ambientalistas no processo de produção de políticas públicas na área. As principais funções do CONSEMA eram: propor a Política Estadual do Meio Ambiente, supervisionar as atividades do Estado na área ambiental, propor normas e implantar unidades de conservação⁷⁶.

A atuação do Conselho na implantação de várias unidades de conservação desconsidera, no entanto, a presença de populações tradicionais nestas áreas, impondo-lhes limites sem apresentar-lhes alternativas.

As UC's que exigem desocupação foram estabelecidas nas porções mais bem preservadas e que concentravam as terras devolutas. Esta alternativa, aparentemente simples, ignorou o fato de que estas áreas abrigavam comunidades tradicionais e famílias de posseiros. O impacto dessas unidades de conservação sobre a população local foi (e continua sendo) enorme, pois ao contrário do grileiro e do grande proprietário, a imensa maioria das famílias (sejam elas de comunidades tradicionais ou posseiros) não possui documento possessório ou recursos que lhes permita recorrer à justiça, seja para contestar a desapropriação ou para pleitear uma indenização adequada. (FURLAN, 2000, p.470)

No Vale do Ribeira a atuação do Governo Montoro é marcada pela implantação de inúmeras unidades de conservação, sendo a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), em 1986, um símbolo da vitória do Governo e do movimento ambientalista.

Foi uma vitória do movimento ambientalista e das sociedades urbano-industriais brasileiras e internacionais que não perderam “simbolicamente um espaço natural intocado”, vitória das ONG's – Organizações Não Governamentais que ganharam impulso nesta época, vitória do ecossistema. Os

⁷⁶ Essas unidades de conservação eram classificadas como: Áreas Naturais Tombadas, Áreas de Proteção Ambiental – APAs, Áreas de Relevante Interesse Ecológico – Áries, Áreas sob Proteção Especial – Aspe, Estações Ecológicas, Parques, Reservas Biológicas, Reservas Florestais e Reservas Indígenas. (São Paulo, 1987)

moradores que viviam no lugar onde foi criada a estação ecológica, certamente não compartilham da sensação de vitória. (NUNES, 2003, p. 4)

Na Serra dos Itatins já havia sido criada, em 1958, através do Decreto Estadual nº. 31.650, a Reserva Estadual do Itatins com uma área de 12.058 ha. Em 1977, o CONDEPHAAT tomba o Maciço da Juréia como bem cultural de interesse paisagístico e científico. Mas, segundo Nunes (2003), concomitante ao processo de tombamento, corriam os projetos de construção na mesma área de um condomínio turístico para mais de 70 mil pessoas, sendo seus proponentes as empresas Gomes de Almeida Fernandes e Companhia Grajaúna de Empreendimentos Turísticos.

João Paulo Ribeiro Capobianco, um dos fundadores da SOS Mata Atlântica e do Instituto Socioambiental, relata, numa entrevista, o formato do empreendimento que a empresa Gomes de Almeida Fernandes almejava implementar na área da Juréia:

“(...) na década de 70, uma das maiores empresas, eu acho que na época talvez fosse a maior empresa imobiliária de São Paulo – a Gomes de Almeida Fernandes – desenvolveu um projeto para fazer um condomínio vertical de alto luxo na Juréia, na Praia do Rio Verde. Um projeto enorme, que construído ele, seria tipo uma – para quem conhece São Paulo – tem aquele Riviera São Lourenço, que é um empreendimento imobiliário muito grande, que fica em Bertioga, no litoral norte. Têm prédios, *shopping centers*, tem tudo ali. É uma cidade construída especificamente para o lazer, para o turismo de fim-de-semana ou temporada. É a mesma coisa lá, que essa empresa queria fazer. Era um condomínio vertical de alto luxo, que quando completo colocaria naquela região na época da temporada cerca de 100 mil pessoas. Uma coisa impressionante, uma coisa monstruosa”. (CAPOBIANCO, 2005)⁷⁷

Segundo Nunes (2003) o projeto foi elaborado pelo escritório do arquiteto Jorge Wilhelm, posteriormente Secretário do Meio Ambiente do governo Quéricia.

⁷⁷ João Paulo Ribeiro Capobianco, em entrevista concedida a Revista Eletrônica Bioclimático, realizada em 21 de março de 2005. Disponível em: <http://www.bioclimatico.com.br/pdf/entrevistas/SOS_%20Capobianco_OK.pdf>. Acesso em: out. 2006.

Durante seu mandato à frente da SMA, o secretário Jorge Wilhelm faz um acordo para troca das terras da Juréia pertencentes a Gomes de Almeida Fernandes por um edifício de propriedade do governo paulista no Rio de Janeiro. Tal fato é ressaltado como uma grande vitória rumo ao “sonho de preservar a Juréia”. (NUNES, 2003, p. 58)

Em 1980, por meio do Decreto Federal 84.771, uma área de 23.600 ha, do Morro do Grajaúna e Maciço da Juréia, é destinada à utilidade pública para fins de construção de duas usinas nucleares sob responsabilidade da NUCLEBRAS – Empresas Nucleares Brasileiras S.A. Em 1985, a NUCLEBRAS perde o direito à área, passados 5 anos do prazo estipulado para a instalação das usinas. É neste cenário que o movimento ambientalista, fortalecido pelas lutas contra a instalação das usinas nucleares, se apressou para criar uma Unidade de Conservação que fosse capaz de controlar uma nova investida do setor imobiliário (NUNES, 2003).

O Governo Montoro, ao referir-se a este episódio, o considera o maior marco da “Batalha do Meio Ambiente”:

Vai longe o tempo em que a população de São Paulo acordava sobressaltada com a notícia de que, sem consultar ninguém, o Governo (Federal) havia resolvido construir usinas nucleares na última região virgem do Estado. E tinha que conviver com a angústia de não ter nem mesmo como tentar remediar o desatino, já que não tinha canais ou meios de expressar sua indignação no interior do aparelho do Estado. Por isso, do ponto de vista simbólico, a transformação da área da usina nuclear em reserva ecológica talvez seja o maior marco da Batalha do Meio Ambiente. (SÃO PAULO, 1987, p.27).

Por outro lado, inicia-se a “batalha” da população residente nas áreas cobertas por UCs para que seus direitos sejam considerados; desta forma, uma das primeiras medidas dessas comunidades é a organização social formal para o exercício da pressão política, muitas vezes com o apoio de organizações não governamentais exógenas, como veremos no capítulo seguinte.

No Governo Montoro, as questões ambientais não foram tratadas apenas pelas instâncias criadas em sua administração; outros órgãos governamentais também tiveram a defesa do meio ambiente como prioridade, dentre eles a SUDELPA, como anuncia uma publicação do Governo do Estado:

Esse órgão propiciava a devastação do litoral através de abertura de estradas, o apoio aos depredadores, enfim um direcionamento dos trabalhos voltado para uma visão do “desenvolvimento” a qualquer custo. Durante o governo Franco Montoro a SUDELPA transformou-se completamente. Passou a atuar com enfoque ambiental priorizando a preservação de mangues e florestas, e dedicando-se a propostas de gerenciamento costeiro. (SÃO PAULO, 1987, p. 32)

Neste período, a SUDELPA ainda como órgão responsável pelo planejamento e pela organização das ações de planejamento do Litoral Paulista e Vale do Ribeira, assume a elaboração do **Plano Básico de Desenvolvimento Auto-Sustentado da Região Lagunar de Iguape-Cananéia**. Como se pode perceber pelo histórico de planos para a região, este é o primeiro que traz no título a palavra “auto-sustentado”, conceito que irá se propalar largamente a partir dos anos 80.

Cabe lembrar que a ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos. A ideologia é, ao mesmo tempo, um dado da essência e um dado da existência, neste fim do século XX. Ela está na estrutura do mundo e também nas coisas. Ela é um fator constitutivo da história do presente (SANTOS, 2002, p. 126).

Não se pode desconsiderar, portanto, o peso do novo conceito sobre desenvolvimento, que se fortalece no discurso político e também se materializa no espaço, por exemplo, com a delimitação de áreas extensas para conservação dos recursos naturais, em forma de parques destinados, dentre outros, ao uso turístico.

Seguindo os preceitos de um desenvolvimento “auto-sustentado” o Plano Básico tinha como desafio promover na Região Lagunar o turismo e a pesca de forma que seu crescimento e desenvolvimento fossem adequados ao meio, pois como atividades econômicas revelam uma dependência da conservação dos recursos naturais e paisagísticos.

A questão que se estabelece entre ambos é a seguinte: como compatibilizar o crescimento do turismo, praticado de forma extensiva, territorialmente falando, e baseado principalmente na propriedade individual de lotes, com a necessidade de conservar os recursos naturais, basicamente os recursos

hídricos e os manguezais, para garantir a produtividade de uma atividade tradicionalmente extrativista, como a pesca, mas que se apresenta com um grande potencial para a cultura controlada, ainda pouco desenvolvida no Brasil. (SUDELPA, 1987, p. 19)

O Plano prevê uma série de programas e projetos, dentre eles o “Programa Uso dos Espaços Costeiros”, o qual contempla a elaboração do “Plano Diretor de Uso e Ocupação da Ilha Comprida”. Este Plano Diretor era considerado essencial para disciplinar a ocupação do solo da ilha, que possivelmente sofreria forte pressão com o término da construção da ponte ligando Ilha Comprida ao continente, financiada segundo a SUDELPA pela prefeitura, governo e algumas imobiliárias.

A ponte, concluída em 2000 (foto 3.12), era vista como uma grande ameaça ao ecossistema da Ilha que já se caracterizava como um destino turístico do Vale do Ribeira, tendo como principal atrativo seus 70 km de praias de mar aberto. Mas no início da década de 80, apesar da existência de aproximadamente 300 mil lotes, registrava-se uma taxa de ocupação inferior a 1%. De acordo com a SUDELPA (1987, p. 40), isso ocorria por conta da falta de infra-estrutura básica da ilha, “considerando que boa parte dos empreendedores nada implantou e aqueles que o fizeram constataram que em dois ou três anos a ação do clima e a própria fragilidade da ilha se encarregaram de desfazê-lo”.

A dependência dos municípios do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) era vista como uma das causas para que as administrações municipais viessem aprovando loteamentos na região desde 1950, perdendo, desta maneira, o controle da situação e dos danos ambientais e sociais.

Foto 3.12. Ponte que liga Iguape a Ilha Comprida - concluída em 2000.

Foto: Maurício Velloso (s/d)⁷⁸.

Outro projeto do Plano Básico, além da elaboração do Plano Diretor, era a implantação de unidades de conservação na região lagunar, como forma de evitar a expansão dos loteamentos; é neste período, por exemplo, que é criada a APA Ilha Comprida (1987).

Com este retrospecto da ação e inação do Estado no Vale do Ribeira concluímos que seu perfil de atuação se alterou consideravelmente após a redemocratização do país, como também com a emergência das questões ambientais e da participação de organizações sociais no processo de produção de políticas públicas.

No período que vai de 1960 a 1980, o Estado ao promover uma série de planos de desenvolvimento para a região, apresenta-se como o grande responsável por dotar o Vale de uma infra-estrutura capaz de atrair a iniciativa privada.

Neste sentido, promove algumas ações pontuais no que se refere ao turismo: construção de uma infra-estrutura turística na área da Caverna do Diabo (sem ponderar sobre seu impacto no ambiente natural) e a construção de um hotel em Cananéia. Também realiza alguns poucos estudos na área,

⁷⁸ Disponível em: <http://www.opabrazil.com/ilha_comprida2.php?page=2&foto=3>. Acesso em: jan. 2007.

mas em nenhum momento apresenta diretrizes para o desenvolvimento da atividade na região, afinal, a atenção do Estado, quando dirigida ao Vale, focava o setor agrícola e de mineração.

Após a década de 80, o Governo do Estado deixa de projetar sua ação no Vale como uma empreiteira de obras e passa a defender a criação de UCs. Desta forma, o turismo social, antes considerado como o principal segmento turístico a ser explorado na região, passa a ser considerado indesejável com o Plano Básico de Desenvolvimento Auto-Sustentado da Região Lagunar de Iguape-Cananéia, o qual já vem embutido dentro do emergente conceito de “sustentabilidade”. A partir de então, o turismo social deixa de ser o foco dos “projetos turísticos” desenvolvidos no Vale, para dar lugar ao ecoturismo, segmento, muitas vezes, considerado elitista, em função de restrições ao fluxo de indivíduos e aos custos da viagem.

Como o Vale do Ribeira acompanha, naturalmente, o movimento da totalidade-mundo e da totalidade-Brasil, como parte que é dessas totalidades, tais mudanças de paradigmas no agir do Estado nos remetem a escalas geográficas maiores. O Vale, no que diz respeito à sua relação com a escala nacional, exemplifica, didaticamente a mudança dos paradigmas norteadores de políticas públicas de turismo descritas por Cruz (2006), sintetizadas no quadro 3.4:

Quadro 3.3. Políticas públicas de turismo no Brasil – velhos e novos paradigmas.

	Passado (até final dos anos 80)	Presente
Infra-estrutura	Criação de facilidades para a implementação de infra-estruturas turísticas	Implementação/melhoria de infra-estrutura básica e de transporte
Desenvolvimento Econômico	Geração de riqueza (desenvolvimento econômico a qualquer preço)	Geração de emprego e renda/ desenvolvimento sustentável
Gestão	Centralização	Descentralização/gestão participativa
Escala	Nacional ↔ Regional	Regional ↔ Local
Mercado	Estado regulador/interventor	Liberalização/Desregulamentação
Natureza	Objeto de atração	Objeto de atração e de proteção
Espaço/Território	Palco de ações deliberadas	Receptáculo de ações planejadas (espaço-objeto)

Fonte: Cruz, 2006, p. 345.

Como visto, a década de 80, é, de fato, um divisor de águas nos paradigmas da Política brasileira, como exemplificam as políticas de turismo. Isto se deve a um processo histórico de escala mundial, que no Brasil culmina com a:

(...) crise do Estado Desenvolvimentista e de suas bases de sustentação - especialmente do papel de planejador, financiador e propulsor do desenvolvimento desempenhado até muito recentemente pelo governo federal; e o processo de consolidação democrática, no qual novos atores políticos, dotados de recursos políticos e institucionais relevantes, disputam com as instituições federais o papel de condução do processo político. (ARRETCHE, 2003)

Desta forma, a liberalização e a desregulamentação do Mercado, a descentralização e a gestão participativa das políticas públicas, a inserção de novos atores políticos, a introdução de conceitos como “desenvolvimento sustentável” no discurso tanto do Estado, como do Mercado e do Terceiro Setor, tornam-se o pano de fundo do desenrolar da história dos territórios no fim do século XX e início do XI.

Convém relembrar, que o Estado não se ausenta e nem se torna menor, ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil e mais presente a serviço dos atores hegemônicos da economia (SANTOS, 2002).

4 O VALE DO RIBEIRA E A AUSÊNCIA PRESENTE DO ESTADO

Os novos paradigmas associados ao “Estado mínimo”, se, no plano do discurso, estão fundamentados em frágeis bases conceituais, no plano das práticas indicam novas relações entre Estado e sujeitos sociais, como também, abrem novos espaços para a atuação destes últimos no processo de produção de políticas públicas.

É neste contexto histórico, que as organizações não governamentais exógenas passam a implementar projetos no Vale do Ribeira, sobretudo ONGs ambientalistas, uma vez que a região possui a característica peculiar de ter 60% de seu território sob o domínio da Mata Atlântica.

A ascensão das questões ambientais, a ampliação do espaço de atuação das ONGs, o crescimento deste tipo de organização social no país, sobretudo na região Sudeste (como abordado no capítulo 2), e as características sócio-ambientais do Vale, formam o conjunto de fatores que levam o Vale a ser foco de ações sistemáticas de ONGs ambientalistas, a partir da década de 90. Os projetos executados por ONGs, no entanto, não se darão à revelia do Estado e sim sob o seu aval e financiamento.

Para a realização de uma análise mais geral dos “projetos ambientais” executados na região, utilizamos, por meio de uma tabulação específica, as informações da publicação “Quem faz o que pela Mata Atlântica – 1990-2000”⁷⁹, de Capobianco et al. (2004), a qual traz um levantamento de 747

⁷⁹ Editado em 2004 pelo Instituto Socioambiental, sob a organização de João Paulo R. Capobianco, esta publicação é resultado do projeto “Mata Atlântica: avaliação do esforço de conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais”, desenvolvido, em 2001, pela Rede de ONGs da Mata Atlântica, em parceria com o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Instituto Socioambiental e WWF – Brasil.

projetos⁸⁰, desenvolvidos em 15⁸¹ dos 17 estados abrangidos pelo domínio da Mata Atlântica.

Observar os dados desta publicação se faz pertinente, em nosso caso, por ser mediante projetos relacionados ao meio ambiente que o ecoturismo é apresentado como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira, ou também, como uma “solução” para os conflitos sócio-ambientais da região, emergidos a partir da década de 80, tendo de um lado as rígidas leis ambientais e as UCs, e de outro o direito ao uso da terra pelas comunidades.

A primeira observação que pode ser feita, sobre o levantamento de Capobianco et al. (2004), é quanto à concentração espacial dos projetos. De um total de 747, 46,9% foram executados nos estados da região Sudeste, totalizando 350; destes, 182 foram desenvolvidos no estado de São Paulo, representando 24,4% do total (gráfico 4.1), e 52% dos projetos da região Sudeste.

Esta concentração no estado de São Paulo deve-se, possivelmente, ao fato de este ainda conter uma porcentagem significativa de Mata Atlântica⁸², mas, sobretudo, de reunir no território uma alta densidade de organizações do Terceiro Setor, de capital, de técnica e informação.

⁸⁰ É importante ressaltar que o levantamento teve como base as informações cadastradas voluntariamente pelas instituições executoras dos projetos. Sua utilização deve, portanto, considerar que os dados correspondem a uma amostragem preliminar, sendo provavelmente parciais e incompletos. Isto porque o tempo de cadastramento foi reduzido e sua divulgação, embora o mais ampla possível, certamente não atingiu a totalidade das organizações que atuam na Mata Atlântica. Além disso, muitas instituições que desenvolveram atividades no início da década passada não possuem todas as informações a elas relacionadas e outras deixaram de existir, não estando, desta forma, representadas neste levantamento. (Capobianco et al., 2004)

⁸¹ Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina.

⁸² Em 2005, o Estado de São Paulo continha 10,9% de seu território sob o domínio de remanescentes florestais da Mata Atlântica. (Fundação SOS Mata Atlântica, 2006)

Gráfico 4.1. Abrangência Territorial dos Projetos.

Fonte: Capobianco et al., 2004.
Organização: Carolina Todesco, 2007.

O Vale do Ribeira, ao deter 38,14% dos remanescentes florestais da Mata Atlântica do estado de São Paulo (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2006), captou 20% dos projetos do estado e 23% dos executados em bacias hidrográficas, totalizando⁸³ 49, o que corresponde a cerca de 5 novos projetos na região por ano.

Deste total, 49% objetivavam a conservação da Mata Atlântica, outros 49% visavam o seu uso sustentável, e apenas 2% tinham como objetivo a recuperação dos remanescentes florestais. O perfil dos projetos do Vale difere, no entanto, da média do estado de São Paulo, o qual apresenta 55% dos projetos voltados para a conservação, 20% para o uso sustentável e 25% para recuperação.

Provavelmente, essa diferença ocorre por ser o Vale do Ribeira a região do estado que apresenta a maior área contínua de Mata Atlântica em bom estágio de preservação, o que justifica, de certa forma, a maioria dos projetos serem destinados à conservação e ao uso sustentável deste bioma.

⁸³ Sem contabilizar os projetos com abrangência nacional que incluíram o Vale do Ribeira em suas ações.

Neste contexto, cabe destacar o crescimento dos projetos com o objetivo “uso sustentável” no final da década de 90, tanto no Vale como em escala nacional, como pode ser observado no gráfico 4.2 e 4.3.

Gráfico 4.2. Evolução da quantidade de projetos desenvolvidos no bioma Mata Atlântica, por ano, no período 1990-2000, separados por objetivo principal.

Fonte: Capobianco et al., 2004.

Gráfico 4.3. Evolução da quantidade de projetos desenvolvidos no Vale do Ribeira, por ano, no período 1990-2000, separados por objetivo principal.

Fonte: Capobianco et al., 2004.
Organização: Carolina Todesco, 2007.

No Vale do Ribeira, os projetos de “uso sustentável” chegam a ultrapassar em quantidade os projetos de “conservação” (gráfico 4.3).

Os projetos com o objetivo “uso sustentável” (dos recursos naturais) são embasados no emergente conceito “desenvolvimento sustentável”, o qual é

amplamente divulgado em 1987, no Relatório Brundtland, ou mais conhecido como “Nosso Futuro Comum”⁸⁴. De acordo com este Relatório (1988), desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades; esta definição é fruto de uma preocupação crescente, com origens⁸⁵ na década de 70, sobre os riscos do uso excessivo dos recursos naturais pelo modo de produção vigente.

A elaboração de uma série de projetos, especialmente de ONGs ambientalistas, com o intuito de fomentar o “uso sustentável dos recursos naturais”, tanto em escala internacional, nacional, como no Vale do Ribeira, é reflexo deste momento histórico por qual passa o mundo.

O ecoturismo, como já mencionado, não deixa de ser também produto deste momento; observa-se que em 41% dos projetos, com o objetivo do “uso sustentável” dos recursos naturais, apresentam o ecoturismo como um de seus componentes⁸⁶. Além do ecoturismo, outros principais componentes dos projetos são: “desenvolvimento comunitário” (82%), “políticas públicas” (53%), “apoio às UCs” (47%) e “manejo dos recursos naturais” (47%) (gráfico 4.4).

⁸⁴ Elaborado pela ONU, em 1987, por meio da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, o Relatório faz parte de uma série de iniciativas anteriores a Agenda 21.

⁸⁵ Com o estudo intitulado “Limites do Crescimento”, publicado, em 1972, por Dennis L. Meadows e seu grupo de pesquisadores e posteriormente apresentado na 1ª Conferência Sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, realizado no mesmo ano.

⁸⁶ Um projeto pode ter mais de um componente, ou seja, mais de uma linha de atuação.

Gráfico 4.4. Principais Componentes dos Projetos com o Objetivo “Uso Sustentável” no Vale do Ribeira no período 1990-2000.

Fonte: Capobianco et al., 2004.
Organização: Carolina Todesco, 2007.

Os projetos revelam também que, em sua esmagadora maioria, as ONGs (57%) é que foram as executoras, seguida por Instituições Públicas de Pesquisas do Estado de São Paulo (16%), por Órgãos Públicos Municipais (8%) e em 6% dos casos por Associação Comunitária (gráfico 4.5).

O predomínio das ONGs como executoras dos projetos na região expõe a força que este tipo de organização ganhou no fim do século XX, pois esta realidade que se apresenta no Vale do Ribeira é também uma realidade nacional. No Brasil, 51% dos projetos direcionados à Mata Atlântica, levantados por Capobianco et al. (2004), foram executados por ONGs, e em 17,54% por Órgãos Municipais (gráfico 4.6).

Gráfico 4.5. Instituições Executoras dos Projetos no Vale do Ribeira - 1990 – 2000.

Fonte: Capobianco et al., 2004.
Organização: Carolina Todesco, 2007.

Gráfico 4.6. Instituição Executora dos Projetos no Bioma Mata Atlântica no Brasil - 1990 – 2000.

Fonte: Capobianco et al, 2004.
Organização: Carolina Todesco, 2007.

Cabe destacar que, em 1992, o país vive o apogeu das discussões ambientais com a Rio-92, e com o Fórum Global, encontro paralelo das organizações não governamentais que contou com cerca de 22.000 ONGs. Segundo Furriela (2002), a importância das ONGs no atual contexto político ficou ainda mais reforçada após este evento, com a elaboração da Agenda 21,

que em seu Capítulo 27 - Fortalecimento do Papel das Organizações Não Governamentais: Parceiros para um Desenvolvimento Sustentável - defende a importância das ONGs na democracia participativa.

Mas, apesar de as ONGs serem as principais executoras dos projetos, o Estado e as instituições internacionais se configuram como seus principais financiadores.

No Vale do Ribeira, as instituições internacionais privadas têm participação em 28% dos projetos, mas se destacam como as maiores financiadoras em relação ao volume de recursos, correspondendo a 40% do total aplicado, o que comprova a importância das agências de cooperação internacional como fonte de recursos para os projetos de meio ambiente dos países de terceiro mundo.

Já a participação do Estado como entidade financiadora se dá em 67% dos projetos desenvolvidos pelas ONGs no Vale do Ribeira, correspondendo a 25% do total de recursos aplicados; enquanto o setor Privado Nacional financia apenas 17% dos projetos, representando somente 6% do total de recursos (tabela 4.1 e gráfico 4.7).

Tabela 4.1 – Recursos e Entidade Financiadora dos Projetos das ONGs, executados no Vale do Ribeira de 1990 a 2000.

Tipo de Entidade Financiadora	ONGS			
	Nº de Projetos*	Nº de Projetos (%)	Valor (R\$)	Valor (%)
Nacional privado	3	17%	157.500	6%
Nacional público	12	67%	695.593	25%
Internacional privado	5	28%	1.124.952	40%
Internacional público	1	6%	350.000	13%
Contrapartida	9	50%	455.948	16%
Total	18**	-	2.779.993	100%

* Um projeto pode ter mais de um tipo de entidade financiadora. ** Dos 28 projetos realizados por ONGs no Vale do Ribeira, apenas 18 informaram o valor do projeto.

Fonte: Capobianco et al., 2004.

Organização: Carolina Todesco (2007).

Gráfico 4.7. Entidade Financiadora dos Projetos das ONGs, executados no Vale do Ribeira.

Fonte: Capobianco et al., 2004.
Organização: Carolina Todesco (2007).

A dependência dos recursos públicos é uma característica das ONGs do final dos anos 80 e certamente levanta uma série de questões quanto à sua relação com o Estado e com a própria sociedade. Segundo Carvalho (1999), questões como autonomia, sub-contratação de serviços e caráter complementar das ações das ONGs em relação ao Estado estão atualmente em pauta. Para a mesma autora, a dependência dos recursos públicos representa para as ONGs, “o risco da influência e até da ingerência em seu caráter, modo de funcionamento e objetivos” (CARVALHO, 1999, p.7).

Como já comentado, a mudança dos paradigmas orientadores da política do Estado, com a redemocratização, o avanço do neoliberalismo e o conseqüente enxugamento da máquina estatal, influenciaram a forma de o Estado respaldar as ações das organizações do Terceiro Setor.

No Vale do Ribeira, o Estado apresenta um histórico marcado por uma série de planos, que não saíram do papel ou foram executados parcialmente. Sua incapacidade de gerar respostas às necessidades da população da região suscita a percepção de uma “presença ausente” do Estado até a década de 80.

Após esta década, o Estado cessa a elaboração de planos de desenvolvimento para o Vale do Ribeira, com a extinção da SUDELPA, em 1993, no Governo Fleury.

No entanto, o Estado não deixa de atuar no Vale, mas sim modifica consideravelmente sua forma de atuação, delegando, de certa maneira, às organizações do Terceiro Setor, no caso ONGs e Consórcios (de representação mista: setor público e sociedade civil), a incumbência de implementar projetos que visem o “desenvolvimento sustentável” da região, os quais tem no fomento do ecoturismo um de seus componentes. É o que chamamos aqui de “ausência presente” do Estado no Vale do Ribeira.

A seguir, apresentamos a forma como as organizações não governamentais iniciaram seus trabalhos no Vale do Ribeira e posteriormente as ações tanto destas ONGs como do Estado no que se refere à promoção do ecoturismo na região.

Antecedentes da presença de ONGs ambientalistas exógenas no Vale do Ribeira

Podem ser considerados como antecedentes à atuação de ONGs ambientalistas no Vale do Ribeira a mobilização contra a construção de duas usinas nucleares na Juréia, pela NUCLEBRAS, e a participação de grupos ambientalistas na implantação de UCs, na década de 80, iniciando a presença destes grupos na arena política e na região em estudo.

De acordo com Caixeta de Queiroz (2000), é no começo dos anos 70 que surge o movimento ecológico em São Paulo, em torno de alguns acontecimentos marcantes, tais como:

(...) o movimento organizado na Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém em 1973, liderado por Ernesto Zwarg; o movimento de apoio aos caiçaras do litoral sudeste, sobretudo, o movimento criado em 1974 para apoiar a comunidade de Trindade na sua luta de permanência na terra que ocupa e contra um projeto da indústria turística, o que possibilita mais

tarde, 1978, o surgimento da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB); o movimento contra a construção do aeroporto metropolitano nas matas de Morro Grande, Caucaia do Alto, Município de Cotia (SP), em 1977/1978. (CAIXETA DE QUEIROZ, 2000, p. 2)

Ainda segundo o mesmo autor, militantes destes movimentos, logo após Franco Montoro assumir o Governo de São Paulo, acabam por integrar ao corpo do Estado, nos setores ligados à questão sócio-ambiental, e, posteriormente serão os mesmos que irão compor, juntamente com outros ambientalistas, o Movimento Pró-Juréia:

Vários dos militantes dos movimentos citados anteriormente se incorporam às agências do Estado encarregadas dos assuntos sócio-ambientais e formam mais tarde, 1986, o corpo técnico daquela que seria a primeira Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA). São praticamente estas mesmas pessoas (...), que vão criar o "Movimento Pró-Juréia" com a intenção de lutar para a conservação da região da Juréia e sua transformação em uma Estação Ecológica; o que acaba acontecendo em 1986. (CAIXETA DE QUEIROZ, 2000, p.2)

João Paulo Ribeiro Capobianco⁸⁷, um dos fundadores e primeiro presidente da Associação de Defesa da Juréia, criada como resultado do Movimento Pró-Juréia, afirma que o movimento possuía um grande poder de mobilização junto à sociedade, apoiado, sobretudo, pela mídia:

“(...) o apelo da questão nuclear e da Juréia era uma coisa impressionante, mobilizava milhares de pessoas. Fazia passeata na rua, mas juntava 500, 600 pessoas, assim, brincando. Então tinha muita sensibilidade, havia um pavor pela questão nuclear e a questão da Juréia que conquistou a opinião pública muito rapidamente, em função da questão em si e do apoio da mídia. O apoio da mídia era muito forte (...).” (CAPOBIANCO, 2005)⁸⁸

O editor à época do Jornal da Tarde (JT), do Grupo Estado de S. Paulo, Rodrigo Mesquita, e o jornalista Randau Marques, engajados à causa eram as principais personalidades da mídia no movimento. Várias foram as matérias publicadas no jornal JT, pressionando o Governo do Estado a implantar uma

⁸⁷ Atual Secretário da Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente.

⁸⁸ João Paulo Ribeiro Capobianco, em entrevista concedida a Revista Eletrônica Bioclimático, realizada em 21 de março de 2005. Disponível em: <http://www.bioclimatico.com.br/pdf/entrevistas/SOS_%20Capobianco_OK.pdf>. Acesso em: out. 2006.

unidade de conservação na região da Juréia. Nota-se, nas palavras de Capobianco, o apoio dos mesmos ao movimento:

“O Randau talvez tenha sido uma figura mais responsável pelo apoio que a imprensa na época deu para meio ambiente. Porque na verdade era Randau Marques e acima dele estava o Rodrigo Mesquita que sempre teve uma ligação fortíssima à questão ambiental e ele dava todo espaço para essa questão. Não é à toa que se tinham grandes matérias na época já para a questão ambiental em um momento que ninguém falava disso.” (CAPOBIANCO, 2005)⁸⁹

Após o vencimento do prazo da NUCLEBRAS para a construção das usinas nucleares na Juréia, em 1985, sob muita pressão dos ambientalistas, o Governador Franco Montoro assina o Decreto nº 24.646 no dia 20 de janeiro de 1986, em reunião realizada na Ilha do Cardoso, no município de Cananéia. Esta reunião irá fomentar o surgimento da ONG Fundação SOS Pró-Mata Atlântica, conforme relata um de seus membros fundadores:

“O Montoro foi assinar o decreto. (...) ele foi assinado lá na Ilha do Cardoso. Um evento incrível, que, aliás, foi o evento de onde nasceu o SOS Mata Atlântica. (...) Nós estávamos pensando na Associação da Juréia e nos juntamos com pessoas que já estavam mais à frente, já pensando na Fundação para a Mata Atlântica, não mais para a Juréia, mas para uma coisa maior.” (CAPOBIANCO, 2005)⁹⁰

As pessoas, mencionadas por Capobianco, seriam aquelas que compunham a ONG OIKOS, fundada em São Paulo, em 1982, por Fabio Feldmann, Randau Marques, Roberto Klabin, entre outros, que tinham, até então, como principal bandeira a luta contra a poluição em Cubatão (pólo petroquímico de São Paulo). Os integrantes da ONG OIKOS, juntamente com os ambientalistas do Movimento Pró-Juréia, podem ser considerados, portanto, alguns dos principais membros fundadores da SOS Mata Atlântica.

⁸⁹ João Paulo Ribeiro Capobianco, em entrevista concedida a Revista Eletrônica Bioclimático, realizada em 21 de março de 2005. Disponível em:

<http://www.bioclimatico.com.br/pdf/entrevistas/SOS_%20Capobianco_OK.pdf>. Acesso em: out. 2006.

⁹⁰ Ibid.

A presença de ONGs ambientalistas exógenas no Vale do Ribeira – marco inicial

A reunião na Ilha do Cardoso, realizada em janeiro de 1986, promovida por um grupo de ambientalistas, políticos, empresários e cientistas, com o intuito de propor formas de proteção aos remanescentes da Mata Atlântica, motivados pela luta contra a instalação de usinas nucleares na Juréia é o marco do início da ação de ONGs ambientalistas na região.

Nesta reunião estavam presentes pessoas envolvidas com a regularização fundiária do litoral e a proteção de caíças e povos indígenas, tais como Adriana Mattoso⁹¹, Clayton Lino⁹², Fausto Pires, Maria Cecília Wey de Brito⁹³ e Antônio Teleginski; ambientalistas envolvidos com as causas de Cubatão e Juréia, como Fábio Feldmann, João Paulo Capobianco e José Pedro de Oliveira Costa; jornalistas como Randau Marques; empresários como Roberto Klabin⁹⁴ e Rodrigo Mesquita; além do governador do Estado do Paraná, José Richa e do governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro.⁹⁵

A criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins; a assinatura de um convênio firmado entre o Governo de São Paulo e o Governo do Paraná para a proteção interestadual do complexo estuarino lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá; a criação da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo,

⁹¹ Arquiteta formada pela USP; uma das fundadoras da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (1978); trabalhou na SUDELPA, durante o Governo Franco Montoro, na equipe de resolução de conflitos de terra na região do Vale do Ribeira; atual coordenadora dos Planos de Manejo da Divisão de Reservas e Parques Estaduais (DRPE) do Instituto Florestal de São Paulo.

⁹² Arquiteto formado pela Universidade Mackenzie/SP; trabalhou na SUDELPA, durante o Governo Franco Montoro, e, em 1993, foi uma das personalidades mais atuantes para implantar efetivamente o PETAR, criado em 1958. Ex-Diretor Geral do Instituto Florestal, atualmente é Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, tendo sido o primeiro Coordenador da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera.

⁹³ Engenheira Agrônoma (1983) e mestre em Ciência Ambiental pela USP (1995). Coordenou o Programa Estadual para Conservação da Biodiversidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente entre 1995 e 2000. Foi Diretora Geral do Instituto Florestal do Governo do Estado de São Paulo, em 2003, e, Diretora Executiva da Fundação Florestal de 2006 a 2007.

⁹⁴ Presidente da Fundação Florestal de 1986 a 1989. Sócio da empresa Klabin, a maior produtora e exportadora de papéis do Brasil. Membro fundador e atual presidente da ONG SOS Pró-Mata Atlântica.

⁹⁵ Informações obtidas no site oficial da Fundação SOS Pró-Mata Atlântica. Disponível em: <(http://www.sosmatatlantica.org.br/)>. Acesso em: nov. 2006.

em março de 1986, tendo como seu primeiro secretário, José Pedro de Oliveira Costa, presente na reunião; e a criação da ONG Fundação SOS Pró-Mata Atlântica⁹⁶, em outubro de 1986, são considerados frutos da reunião na Ilha do Cardoso.

A SOS Mata Atlântica, que se tornará uma das maiores ONGs ambientalistas do país, nasce, portanto, no Vale do Ribeira, fato que irá influenciar para que esta região seja considerada uma área prioritária para suas ações.

Cabe ressaltar, no entanto, que apesar da SOS ter emergido de uma reunião realizada no Vale do Ribeira, foi fundada por personalidades externas a ela, com sede⁹⁷ na cidade de São Paulo, de maneira que, sua atuação na região se configurou como um vetor condutor de novos valores e conceitos no território do Vale do Ribeira, não necessariamente aceitos de forma harmônica e pacífica.

Trabalho realizado por Ferreira et al. (2002), que tinha por objetivo investigar as mudanças sociais nos usos de recursos naturais e conflitos provocados pela institucionalização de áreas protegidas, tendo como estudo de caso a E.E Juréia-Itatins (EEJI), a Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida, e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), observou que a maioria dos moradores destas áreas interpreta as ONGs ambientalistas em bloco, como os “grandes adversários das populações locais”:

Independentemente de sua linha de atuação ou projetos para a região, a imagem dos ambientalistas confunde-se com a do preservacionista radical. O caso mais grave de rejeição pode ser observado na EEJI, onde membros da SOS Mata Atlântica até hoje são mal recebidos, principalmente no bairro do Despraiado. A SOS Mata Atlântica, grande ONG sediada na capital do estado, foi a principal liderança do movimento pela normatização da proteção da Mata Atlântica (...). (FERREIRA et al., 2002, p. 9)

⁹⁶ Esta ONG será tratada neste trabalho apenas por “SOS Mata Atlântica” ou simplesmente por “SOS”.

⁹⁷ A primeira casa sede da ONG SOS Mata Atlântica também sediava a Associação de Defesa da Juréia, a Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) e o escritório eleitoral de Fábio Feldmann, candidato a deputado federal.

Desta forma, pode-se supor que as ONGs, ao apresentarem ou mesmo imporem novas formas de uso e relação entre a comunidade local e seu meio, se configuram, *num primeiro momento*, como força centrífuga, a qual concomitantemente induz o território a fortalecer suas forças centrípetas. Conforme Santos:

As forças centrífugas podem ser consideradas um fator de desagregação, quando retiram à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali. Pode-se falar numa desestruturação, se nos colocamos em relação ao passado, isto é ao equilíbrio anterior. E de uma reestruturação, se vemos a coisa do ponto de vista do processo que se está dando. (SANTOS, 2002, p. 286)

Ao verem seu território lhes ser negado, a população local acaba por se agrupar em formas de organização até então inexistentes; o caso da Juréia (NUNES, 2003; CAIXETA QUEIROZ, 2000; FERREIRA et al., 2002) ilustra a força do lugar em contraposição às lógicas externas a ela, tendo como principal marco a criação oficial da “União dos Moradores da Juréia”, em 8 de julho de 1990, iniciando de forma organizada sua participação na arena política.

Esta organização tem como principal objetivo levantar e encaminhar as reivindicações comuns da comunidade, como contraponto ao que foi imposto na Juréia, com a criação da Estação Ecológica. Sua força de reivindicação, apoiada por personalidades políticas, como também por ONGs, foi capaz, após uma década e meia de esforços, de induzir a aprovação da Lei nº. 12.406 em 12 de dezembro de 2006, que redefine os limites da Estação Ecológica Juréia-Itatins e cria o Mosaico de Unidades de Conservação, com unidades da categoria “Uso Sustentável”.

Ferreira et al. (2002) descreve a reação da população local frente à nova situação gerada pela ação do Estado e de ONGs ambientalistas na região:

Um dos resultados mais significativos deste período foi que atualmente os próprios moradores compraram a idéia de mobilização autônoma e foram se organizando em torno de ONGs, associações civis e sindicais e, além de representarem a si mesmos nas diversas situações de ação, passaram a participar diretamente de pactos e projetos, quando não a elaborar seus próprios projetos para sair do impasse ao qual foram lançados. (FERREIRA et al., 2002, p. 8)

Paralelamente, as ONGs ambientalistas preservacionistas passam, ao longo da década de 90, por certa flexibilização de seus conceitos. Na atualidade, as ONGs ambientalistas com atuação direta no Vale do Ribeira caracterizam-se muito mais por uma perspectiva conservacionista, quando não se autodenominam sócio-ambientalistas; a influência de organizações com orientação mais preservacionista resume-se no momento à atuação indireta, por meio de financiamentos a projetos ou participação nas definições de políticas ambientais nacionais e internacionais (FERREIRA et al., 2002, p. 6).

Esta é a mesma percepção de uma ONG endógena do Vale do Ribeira em relação às ONGs exógenas:

“(...) na década de 80 e 90 estas organizações tinham uma visão muito preservacionista, essa visão mudou, essas organizações hoje tem uma visão muito mais conservacionista, ao contrário daquela idéia só da preservação de que o meio ambiente é um presépio que a gente tem que preservar, não pode ter gente, não pode ter nada. Acho que o movimento sócio-ambiental cresceu muito e as organizações mudaram também, como a SOS Mata Atlântica e a Vitae Civilis. O ISA já nasceu dentro desta idéia de desenvolvimento socioambiental.” (RIBEIRO, 2006)⁹⁸

Com a mudança na linha de atuação das ONGs ambientalistas, estas acabam, num *segundo momento*, por influenciar a organização social no Vale do Ribeira sem se opor as comunidades, e sim interagindo com as mesmas, em busca de ações capazes de proteger o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida do público alvo dos projetos e se constituindo como uma força centrípeta capaz de fortalecer as relações horizontais.

Neste sentido, a atuação de ONGs exógenas e os conflitos gerados pelas ações do Estado no que se refere à área ambiental e por sua ineficiência na solução dos problemas da região vão fomentar aquilo que, em 1966, o “Plano Diretor de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul” afirmava não existir no Vale: “capacidade de identificação de seus problemas para reivindicação das respectivas soluções”.

⁹⁸ Ronaldo José Ribeiro, Coordenador de Projetos do IDESC, em entrevista realizada por Carolina Todesco, em 04 de setembro de 2006, em Registro/SP.

A organização popular no Vale do Ribeira, de acordo com Coelho e Favareto (2006), tem origens que remontam aos anos oitenta, e segue em crescimento até nossos dias. Segundo os mesmos, um levantamento recente identificou 211 organizações atuantes em algum ponto do Vale, “em sua maioria sindicatos e organismos afins, patronais ou de trabalhadores, organizações ambientalistas e associações por local de moradia”. Até mesmo a organização política regional entre os municípios do Vale do Ribeira data dos anos 80, com a criação do CODIVAR – Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira, em 1989.

Para o nosso estudo, no intuito de compreender o papel das organizações não governamentais no processo de organização do espaço para o turismo na região em tela, selecionamos as organizações exógenas e endógenas do Vale do Ribeira, que contemplam as seguintes características: atuação regional; participação na produção e implementação de projetos de desenvolvimento regional; e vínculo com a promoção do (eco)turismo no Vale do Ribeira. Destarte, chegamos às seguintes ONGs:

SOS Mata Atlântica

Na reunião realizada na Ilha do Cardoso, os ambientalistas presentes decidiram escolher um de seus integrantes para concorrer à eleição de 1986 para deputado federal; o escolhido foi Fabio Feldmann, formado em direito, o qual foi eleito com 46 mil votos. Rocha (2006), autora de livro sobre a SOS - “A Mata Atlântica é aqui e daí?”, coloca da seguinte forma a presença deste ambientalista no poder legislativo: “A SOS Mata Atlântica chegara, depois de alguns meses de vida ao Congresso Nacional!” (ROCHA, 2006, p. 84).

Fábio Feldmann, que era até então presidente da ONG SOS Mata Atlântica, abre mão do cargo, para atuar de forma mais direta na produção de políticas públicas, participando inicialmente da elaboração do capítulo de Meio Ambiente da Constituição Federal de 1988.

Interessante observar que em seu quadro de assessores legislativos estavam Antonio Carlos Alves de Oliveira, ativista do Movimento Contra Usinas Nucleares, e Rubens Born⁹⁹, os quais, dentre outros, fundarão, em 1989, a ONG Instituto Vitae Civilis, a qual tem seu primeiro projeto desenvolvido no Vale do Ribeira, na área da Juréia.

Com a saída de Fabio Feldmann da presidência da SOS Mata Atlântica, Rodrigo Mesquita (empresário do Grupo Estado de S. Paulo) assume o cargo e sua primeira preocupação é criar uma estratégia de comunicação da ONG, capaz de chamar a atenção da sociedade para a degradação da Mata Atlântica, já que a SOS foi fundada com o objetivo de “defender os remanescentes da Mata Atlântica, valorizar a identidade física e cultural das comunidades humanas que os habitam e conservar os riquíssimos patrimônios natural, histórico e cultural dessas regiões, buscando o seu desenvolvimento sustentado”.

Numa articulação entre o Grupo Estado de S. Paulo e a agência de publicidade DPZ, a ONG promove a divulgação de seu símbolo mais emblemático: a imagem da bandeira do Brasil com parte do verde se desfazendo, com a mensagem “estão tirando o verde da nossa Terra”, como descreve Roberto Klabin, atual presidente da SOS:

“Acho que a coisa mais importante foi a gente ter focado a nossa ação, focamos a nossa ação na Mata Atlântica, SOS Mata Atlântica. E aí, o fato de termos focado a ação e termos conseguido desenvolver através do Roberto Duailibi da DPZ o símbolo da SOS Mata Atlântica, não existe entidade ambientalista no Brasil com uma mensagem mais clara, mais explícita, mais simples do que essa “*Estão tirando o verde da nossa Terra*”. Tiramos uma parte do verde da bandeira do Brasil, ficou uma coisa fantástica. Então nós focamos a área de atuação, o Lagamar passa a ser um símbolo, mas a atuação seria na Mata Atlântica como um todo. Então a primeira atuação da SOS foi de primeiro entender o que era a Mata Atlântica, configurar, estabelecer os limites da Mata Atlântica.

⁹⁹ Rubens Born, atual diretor executivo da ONG Instituto Vitae Civilis, trabalhou como assessor de Fábio Feldmann até 1991 quando passa a se dedicar a organização da Rio-92, representando e coordenando a delegação de ONGs brasileiras nas sessões preparatórias da Conferências da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), tendo sido também um dos coordenadores da delegação do FBOMS na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo-2002).

Esses foram os primeiros trabalhos da SOS Mata Atlântica.” (KLABIN, 2005)¹⁰⁰

Além de criar uma campanha publicitária com o intuito de chamar adeptos à causa da ONG, outra preocupação inicial da SOS era a de formar uma equipe de profissionais capaz de desenvolver pesquisas sobre a Mata Atlântica¹⁰¹, requisito considerado essencial pela mesma, para influenciar políticas públicas e elaborar projetos.

Paralelamente, no Vale do Ribeira, mais especificamente na região estuarina lagunar, um grupo de profissionais iniciam os trabalhos do “Programa Lagamar” criado em 1988, pela SOS. Este programa tinha como foco desenvolver ações na área de educação ambiental, apoio à gestão das unidades de conservação e criar propostas voltadas ao manejo de recursos naturais, tais como, a cultura de ostra.

De acordo com Rocha (2006), o “Programa Lagamar” contou com recursos da Fundação MacArthur, WWF, The Natural Conservancy, Conservation International e Embaixada do Canadá. O que confirma a importância das parcerias com ONGs internacionais para a execução de projetos na área ambiental.

Em 1989, a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN)¹⁰² cede um casarão histórico, na cidade de Iguape, para a SOS instalar sua base na região. Atualmente este casarão é denominado como “Centro de Interpretação Ambiental e Informações Turísticas” (foto 4.1), local que concentrará os trabalhos do projeto “Pólo Ecoturístico do Lagamar”, lançado em 1995, e patrocinado pela Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo).

¹⁰⁰ Roberto Klabin, em entrevista concedida a Revista Eletrônica Bioclimático, realizada em 18 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.bioclimatico.com.br/pdf/entrevistas/SOS_%20RobertoKlabim.pdf>. Acesso em: nov. 2006.

¹⁰¹ Em 1990, a SOS Mata Atlântica elabora juntamente com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) o “Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica”, esta parceria se firma até os dias de hoje com a publicação do Atlas de cinco em cinco anos, como uma forma de acompanhar as alterações dos limites deste bioma no país.

¹⁰² Fundada em 28 de agosto de 1958 na cidade do Rio de Janeiro, é a mais antiga entidade conservacionista de âmbito nacional em atividade no país.

Foto 4.1. Sede da SOS Mata Atlântica em Iguape.

Autor: Carolina Todesco (2006)

Este projeto desenvolvido de 1995 a 1998, nos municípios de Iguape, Ilha Comprida, Cananéia e Pariqueira-Açu, tinha como objetivo o desenvolvimento do ecoturismo, promovendo a capacitação profissional e a conscientização da importância da conservação do patrimônio natural e histórico-cultural do Lagamar. Ao fim do projeto, em 1998, cumprindo uma de suas metas, é publicada a 1ª edição do livro intitulado “Descubra o Lagamar”.

Posteriormente, em 1999, ainda no Vale do Ribeira, a SOS concentra seus esforços na criação do “Centro Tuzino de Educação Ambiental e Difusão do Palmito”, o qual teve como financiadora a empresa Colgate-Palmolive Sorriso Herbal. Este projeto foi desenvolvido até 2005 em parceria com o Sr. Jorge Leite Tuzino, agricultor dedicado à cultura do palmito juçara há 30 anos e proprietário da área onde o Centro foi instalado.

Localizado no município de Miracatu, a “fazenda de palmito” dispõe de um viveiro para produção de mudas, um núcleo de visitação e trilhas, onde são desenvolvidas atividades educacionais com o objetivo de difundir a necessidade de preservação e o manejo sustentado do palmito juçara. Segundo funcionária da ONG SOS, o projeto foi finalizado, dentre outros motivos, por opiniões divergentes entre a ONG e o proprietário da Fazenda Tuzino quanto aos novos rumos do projeto. Em 2006, foi publicado o livro

“Jorge Tuzino e o Palmito no Vale do Ribeira”, considerado como o produto final do projeto.

Outros dois trabalhos da SOS Mata Atlântica no Vale do Ribeira tiveram início no ano de 2000, denominados: “Meu Mundo de Educação Ambiental” e “Observando o Ribeira”, os quais tiveram uma abrangência territorial maior, em relação aos anteriores.

O Projeto “Meu Mundo de Educação Ambiental” se constituiu na produção de material didático sobre os aspectos ambientais, sociais e culturais dos 23 municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape. Em 2003, cartilhas e vídeos foram distribuídos para 93 escolas estaduais de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental da região, com o intuito de contribuir para o conhecimento dos professores e alunos sobre o Vale do Ribeira, com enfoque nos recursos hídricos, justificando o financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape (CBH-RB).

O projeto “Observando o Ribeira”, também financiado pelo Fehidro e CBH-RB, foi um trabalho de monitoramento do rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, envolvendo inicialmente 39 grupos voluntários, formado em dezesseis municípios do Vale¹⁰³, os quais receberam capacitação e assessoria técnica para o monitoramento da qualidade da água; os resultados da pesquisa foram expostos em página da internet¹⁰⁴.

Atualmente, no ano de 2007, a ONG SOS Mata Atlântica não desenvolve nenhum novo projeto no Vale do Ribeira, apenas o “Centro de Interpretação Ambiental e Informações Turísticas”, em Iguape, permanece atendendo aos turistas, sendo também uma base para as reuniões do “Conselho Gestor do Pólo Lagamar”, formado, em 2006, por três representantes de cada município inserido no pólo (Iguape, Cananéia, Ilha

¹⁰³ Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Itaóca, Itariri, Jacupiranga, Juquitiba, Miracatu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, Sete Barras, Tapiraí e o município Adrianópolis do Estado do Paraná.

¹⁰⁴ No endereço eletrônico:

<http://www.rededasaguas.org.br/site_base_iguape/prog/educ/ribeira/index.htm>. Acesso em: out. 2006.

Comprida e Pariquera-Açu), mais um representante da SOS, totalizando 13 integrantes. Este Conselho Gestor tem como intuito levar adiante o Projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar, iniciado em 1995 e paralisado em 1999.

Em síntese, a ONG SOS Mata Atlântica atua na região desde seus primeiros anos de fundação, com projetos, principalmente, na área de educação ambiental e ecoturismo, os quais tiveram ênfase na divulgação, por meio de livros, relatórios e sites. Seu trabalho mais marcante no Vale do Ribeira, no mínimo do ponto de vista da publicidade, foi o “Pólo Ecoturístico do Lagamar”, desenvolvido nos municípios do Baixo Vale, onde atua sem a presença de nenhuma outra grande ONG ambientalista.

Instituto Vitae Civilis

Após dois anos da fundação da ONG SOS Pró-Mata Atlântica, nasce outra ONG sediada na cidade de São Paulo com atuação na região do Vale do Ribeira, o Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz.

Além de participar da produção de políticas públicas ambientais e de produzir estudos, principalmente, na área de manejo de recursos naturais, a ONG Vitae Civilis, fundada em 1989, apresenta projetos direcionados a fortalecer a organização social das comunidades, para que as mesmas possam criar alternativas de desenvolvimento compatíveis com as legislações ambientais.

De acordo com Rubens Born, Diretor do Vitae Civilis desde 1993:

“O surgimento do Vitae Civilis em 1989 começa com um trabalho (...) de manter as populações caiçaras na Juréia/Itatins sem aumentar a área antropizada e tentando se valer da cultura do conhecimento caiçara para recuperar as áreas degradadas. Projetos de plantas medicinais, o uso de plantas medicinais, aí nos embarcamos nisso também, por exemplo, no Vale do Ribeira, ou seja, além de dizer o que não deve ser feito, o que não pode, também sinalizar cada vez mais o que deve ser feito. Essa foi minha linha especial do Vitae Civilis ao

longo dos anos 90 e agora nesses primeiros quatro anos, cinco anos, do século XXI, quer dizer, tentar estimular a questão agro florestal, o ecoturismo, o manejo sustentável de produtos não madeireiros.” (BORN, 2005)¹⁰⁵

O projeto “Juréia-Itatins”, citado por Rubens Born, desenvolvido com as comunidades inseridas na EEJI¹⁰⁶, é, portanto, o primeiro projeto do Vitae Civilis. Iniciado em 1989 e finalizado em 1995, o objetivo principal do projeto era “diagnosticar o conhecimento etnofarmacológico e etnobotânico das comunidades locais e contribuir para o fortalecimento das populações locais de forma que elas pudessem adquirir posicionamentos e atitudes que levassem à melhoria de sua qualidade de vida, preservando seus valores”.

Conforme o Vitae Civilis¹⁰⁷, o projeto “Juréia-Itatins” proporcionou o surgimento de outros projetos, tais como “Da Mata à Casa”, desenvolvido de 1993 a 2004, nos municípios de Registro, Eldorado, Sete Barras, Juquiá, Pariquera-Açu, Iguape e Cananéia. Este projeto tinha como objetivo “estimular o manejo sustentável, o cultivo e a comercialização de plantas medicinais da Mata Atlântica e a produção de artesanatos típicos da região do Vale do Ribeira, como um dos instrumentos para a busca da sustentabilidade do desenvolvimento dessa região”.

Os resultados do projeto “Da Mata à Casa” foram: a criação da AEPAM - Associação dos Extratores e Produtores de Plantas Aromáticas e Medicinais do Vale do Ribeira; a criação, em 1997, da Associação dos Amigos e Moradores do Bairro do Guapiruvu - AGUA (Sete Barras/SP); e a elaboração da Agenda 21 do Guapiruvu, primeira Agenda 21 de um bairro rural do Vale do Ribeira, realizado pelo Vitae Civilis em parceria com a AGUA, em 1998.

A implantação da Agenda 21 é uma das linhas de atuação do Vitae Civilis, até porque, integrantes desta ONG tiveram grande envolvimento na

¹⁰⁵ Rubens Born, em entrevista concedida a Revista Eletrônica Bioclimático, realizada em 02 de março de 2005. Disponível em: <http://www.bioclimatico.com.br/pdf/entrevistas/SOS_%20RubensBorn.pdf>. Acesso em: nov. 2006.

¹⁰⁶ A Estação Ecológica da Juréia-Itatins abrange áreas dos municípios de Iguape, Miracatu, Pedro de Toledo, Peruíbe e Itariri.

¹⁰⁷ Informações obtidas no site oficial da ONG Instituto Vitae Civilis. Disponível em: <<http://www.vitaecivilis.org.br>>. Acesso em: nov. 2006.

participação do processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, e desta forma, estiveram presentes no processo de negociação da Agenda 21¹⁰⁸ Global, como também contribuíram no processo de elaboração da Agenda 21 Brasileira.

Neste contexto, o Vitae Civilis para a construção da Agenda 21 do Vale do Ribeira, coordena, com o financiamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente do MMA, a elaboração da “Plataforma Ambiental Mínima para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira”¹⁰⁹, instituída em reunião no município de São Pedro (não pertencente ao Vale), no período de 10 a 13 de dezembro de 1995.

Segundo o Vitae Civilis¹¹⁰:

(...) a iniciativa baseou-se na constatação de que ONGs e Movimentos Sociais que já atuavam no Vale do Ribeira deveriam articular-se entre si e intensificar seu intercâmbio com o objetivo de consolidar, ao lado da atuação de controle, denúncia e mobilização, propostas pró-ativas de caminhos para o Desenvolvimento Sustentável da Região.

A elaboração deste documento, no entanto, envolveu muito pouco as organizações endógenas e muito menos o poder público do Vale do Ribeira, uma vez que sua confecção foi realizada fora da região e sem a participação efetiva dos atores locais.

Ainda seguindo esta linha de discurso (de tentar articular as iniciativas das diversas organizações atuantes no Vale), em 2001, a Vitae Civilis, por meio do projeto “Turismo Sustentável – Apoio à Conservação da Mata Atlântica no Corredor Ecológico de Paranapiacaba”, com o apoio financeiro da WWF, coordenou um “Grupo Consultivo” formado por ONGs endógenas e exógenas,

¹⁰⁸ A Agenda 21 é uma agenda de desenvolvimento, onde o meio ambiente é uma consideração de primeira ordem. Possui 40 capítulos formulados por governos e instituições da sociedade civil de 179 países, em um processo que durou dois anos e culminou na realização da Rio-92.

¹⁰⁹ A ONG Vitae Civilis não respondeu nenhum dos e-mails enviados, solicitando informações sobre este documento e demais projetos, como também alegou não ter disponibilidade para me atender pessoalmente.

¹¹⁰ Informações obtidas no site oficial da ONG Instituto Vitae Civilis. Disponível em: <http://www.vitaecivilis.org.br/default.asp?site_Acao=MostraPagina&PaginaId=1553>. Acesso em: nov. 2006.

e órgãos governamentais para planejar o ecoturismo na região do Alto Vale. No entanto, após seis encontros do “Grupo Consultivo”, esta foi mais uma iniciativa sem continuidade na região.

Atualmente, o Vitae Civilis desenvolve, dentre outros, o projeto “Ecoturismo em São Lourenço da Serra”, selecionado para financiamento por dois editais públicos: Ministério do Meio Ambiente/PDA¹¹¹ - Mata Atlântica e Programa Fome Zero da Petrobrás.

Como pôde ser observado, esta ONG apesar de inicialmente ter atuado no Baixo Vale, na região da Juréia, com o tempo ampliou suas ações para municípios do Alto e Médio Vale, trabalhando com comunidades rurais e extrativistas; atualmente concentra seus esforços no município de São Lourenço da Serra, onde está sediada desde 2000, desenvolvendo projetos principalmente na área de manejo de recursos naturais, Agenda 21 e ecoturismo.

ISA – Instituto Socioambiental

A mobilização e liderança das organizações não-governamentais ambientalistas para a realização do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS)¹¹², na Rio-92, acabou por influenciar a formação de outra ONG com sede em São Paulo e atuação no Vale do Ribeira - o Instituto Socioambiental (ISA).

¹¹¹ O Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA foi criado em 1995, entrando em operação em 1996, ano em que iniciou o apoio aos primeiros projetos. A sua construção resultou de um processo de negociação envolvendo Governo Brasileiro, organismos de cooperação internacional representando os países do G7 e as redes de Ongs e Movimentos Sociais da Amazônia (GTA) e Mata Atlântica (RMA). Implementado pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais - PPG7 recebe apoio principalmente da Cooperação Internacional Alemã.

¹¹² Criado em 18 de junho de 1990 visando facilitar a participação da sociedade civil em todo o processo da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), a Rio-92.

Um dos fundadores da SOS Mata Atlântica e posteriormente do ISA, Capobianco, comenta a importância do FBOMS e da Rio 92 para a formação desta ONG, que nasce sob uma concepção sócio-ambiental:

“(...) esse fórum criou uma Comissão Executiva (...) que tinha o papel de criar o processo mobilizador nacional. E eu fui um dos secretários executivos dessa Comissão, pela SOS, e uma outra organização, o CEDI [Centro Ecumênico de Documentação e Informação], e uma outra organização social também. Então se criou um momento no Brasil único, que aproximou agendas e pessoas que nunca tinham trabalhado juntos: agenda social, agenda ambiental e o início a agenda empresarial também, se bem que foi muito mais tímido. Mas a social e a ambiental começaram a trabalhar muito fortemente. E depois a Rio-92 gerou o movimento socioambiental. E foi motivo, inclusive, pelo qual eu saí da SOS Mata Atlântica. Eu saí da SOS Mata Atlântica para fundar o Instituto Socioambiental. Que era um outro momento, um novo movimento que começava a surgir, que se originou nesse encontro de opiniões e de visões que Rio-92 proporcionou.” (CAPOBIANCO, 2005)¹¹³

Neste contexto o ISA, fundado em 1994, apresenta como missão propor soluções de maneira integrada a questões sociais e ambientais, tendo como objetivo principal “defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos”.

Com a bagagem do Programa Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (PIB/CEDI), organização antecessora do ISA¹¹⁴, a atuação desta se dará, principalmente, na defesa das populações indígenas, localizadas na Amazônia. Já a presença desta ONG no Vale do Ribeira é justificada por Capobianco da seguinte maneira:

“(...) a SOS era a Mata Atlântica e o ISA era Brasil. Sendo que uma forte presença na Amazônia. Na verdade o ISA ele tinha duas, do ponto de vista de bioma, duas prioridades: A Mata Atlântica, enfoque no Vale do Ribeira, em função do interesse do ISA em lidar com a questão sócio-ambiental. Quer dizer, o Vale do Ribeira é a maior área contínua de Mata Atlântica remanescente no país com a maior diversidade cultural:

¹¹³ João Paulo Ribeiro Capobianco, em entrevista concedida a Revista Eletrônica Bioclimático, realizada em 21 de março de 2005. Disponível em: <http://www.bioclimatico.com.br/pdf/entrevistas/SOS_%20Capobianco_OK.pdf>. Acesso em: out. 2006.

¹¹⁴ De acordo o ISA (2004), esta ONG incorpora “o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (PIB/CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) de Brasília”.

quilombolas, índios guarani, agricultores familiares, pescadores artesanais, os caiçaras. Então é uma região que é uma coisa fantástica. Ela une meio ambiente diverso com cultura diversa. Então é uma coisa que para o ISA, é isso que o ISA quer trabalhar. E a Amazônia também é exatamente isso em grande escala. O Vale do Ribeira é isso em pequena escala.” (CAPOBIANCO, 2005)¹¹⁵

É na Amazônia, entretanto, que o ISA concentra seus maiores esforços (equipe e recursos)¹¹⁶. No Vale do Ribeira, inicia de forma pontual sua atuação, em 1997, com a elaboração do “Diagnóstico Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape”, com o objetivo de “reunir informações disponíveis sobre a região, agregar novas fontes de dados e promover a elaboração de análises que permitissem a visualização dos problemas e das potencialidades, a avaliação das políticas públicas de desenvolvimento e preservação em execução e a discussão de alternativas”.

Em 1999, o ISA cria o Programa Mata Atlântica¹¹⁷, com o objetivo de acompanhar a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, e de contribuir para a articulação entre setores governamentais e não governamentais em ações de conservação e de utilização sustentável dos recursos. Após dois anos, este programa é desmembrado em: Programa Mananciais e Programa Vale do Ribeira.

A partir de então, o ISA passa a atuar de forma mais contundente na região, tendo como público alvo as comunidades quilombolas, concentradas no Alto Vale, desenvolvendo projetos inseridos no Programa Vale do Ribeira, tais como: “Fortalecimento das Associações Quilombolas do Vale do Ribeira” - gestão de projetos e empreendimentos comunitários; “Projeto Palmito Juçara” - contribuir com a recuperação da palmeira em algumas comunidades quilombolas; “Projeto de Artesanato” - desenvolver o artesanato tradicional; “Projeto Ribeira Sustentável” - articular e mobilizar a sociedade para a

¹¹⁵ João Paulo Ribeiro Capobianco, em entrevista concedida a Revista Eletrônica Bioclimático, realizada em 21 de março de 2005. Disponível em: <http://www.bioclimatico.com.br/pdf/entrevistas/SOS_%20Capobianco_OK.pdf>. Acesso em: out. 2006.

¹¹⁶ O ISA tem escritórios em Brasília e em São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro (AM).

¹¹⁷ Foi o ponto de partida para o “Dossiê Mata Atlântica 2001” e o levantamento “Quem Faz o Que Pela Mata Atlântica 1990-2000” –, em parceria com a Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA) e apoio de inúmeras instituições.

conservação e recuperação das matas ciliares do rio Ribeira de Iguape e seus afluentes; e “Agenda Socioambiental Quilombola” - promover o fortalecimento da gestão sócio-ambiental nas comunidades.

O ISA procura trabalhar com a maioria das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, porém, sua atuação é mais expressiva na comunidade quilombola de Ivaporunduva, situada no município de Eldorado. Neste quilombo realiza trabalhos desde 1997, e, atualmente em parceria com a Associação Quilombo de Ivaporunduva (criada em 1994, para organizar a luta pela posse da terra) implementa o projeto “Desenvolvimento Sustentável do Quilombo de Ivaporunduva”. Segundo o ISA, “a ênfase atual é buscar mecanismos de geração de renda por meio da comercialização e processamento de banana orgânica, produção do artesanato, repovoamento do palmito juçara e ecoturismo”.

Além destes projetos, o ISA tem forte participação na “Campanha Contra as Barragens do Tijuco Alto”, movimento com o intuito de impedir a licença ambiental para a construção da Hidrelétrica de Tijuco Alto no rio Ribeira de Iguape no município de Ribeira, empreendimento do Grupo Votorantim para fornecer energia para a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). A ONG alega que a construção da barragem acarretará na inundação de terras de quilombos, áreas de parques estaduais e de cavernas, desestabilização ecológica do complexo estuarino do Lagamar e alteração no regime hídrico do rio, entre outros danos.

Até aqui, vimos sucintamente a formação e o escopo de atuação de três ONGs ambientalistas exógenas que implementam projetos no Vale do Ribeira. A seguir apresentamos duas organizações endógenas selecionadas neste estudo: o IDESC, uma ONG social; e o CONSAD, um consórcio regional.

IDESC

A ONG IDESC – Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira foi criada por lideranças locais, em 2001, com sede no município de Registro, o mais populoso da região.

De acordo com Ronaldo José Ribeiro, membro-fundador, ex-presidente e atual coordenador de projetos da organização:

“O IDESC é uma ONG fundada por lideranças sociais, técnicos, profissionais todos do Vale do Ribeira. Estas pessoas sempre discutiam a idéia de ter uma ferramenta, mecanismos para atuar em projetos que a gente considerasse importante para a região do Vale do Ribeira. Foi isso que levou a criação do IDESC, a idéia de trabalhar com desenvolvimento sustentável, com organização, com assessoria a outros movimentos populares.” (RIBEIRO, 2006)¹¹⁸

O IDESC é criado, portanto, com o objetivo de desenvolver estudos, pesquisas e projetos para promover a qualidade de vida da população do Vale do Ribeira, com enfoque no desenvolvimento da agricultura familiar. Neste sentido, suas principais ações até o momento foram:

- Elaboração e edição da cartilha "Legislação Ambiental para Agricultores", que sintetiza e esclarece as principais dúvidas dos agricultores sobre a legislação ambiental;
- Apresentação de propostas para o Projeto de Lei da Mata Atlântica, visando à garantia dos direitos da agricultura familiar e dos posseiros;
- Apoio à organização e a realização do "Encontro dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira", que contou com a participação de 700 agricultores de todos os municípios da região;
- Participação no Seminário Nacional para a Formação de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSADs, realizado em 2003, em Brasília;
- Participação na formação do CONSAD Vale do Ribeira (CONSAD-VR), em 2004. Na primeira gestão do CONSAD-VR, o IDESC ocupou a vice-

¹¹⁸ Ronaldo José Ribeiro, em entrevista realizada por Carolina Todesco, em 04 de setembro de 2006, em Registro/SP.

presidência da Diretoria Executiva, por meio de Raul Calanzans, atual presidente da Câmara de Vereadores em Registro, pelo partido do PT.

- Co-promoção do Seminário de “Desenvolvimento Sustentável e Biodiversidade da Mata Atlântica”, realizado em agosto de 2003, em Registro, contando com a presença de 300 participantes, onde se discutiu temas ligados à agricultura familiar, manejo florestal, ecoturismo e pesca;
- Apoio para a construção do Fórum para a elaboração do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado do Vale do Ribeira, através da realização de oficinas de capacitação e planejamento, em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Os recursos dos projetos foram, em sua maioria, capitaneados por meio de editais do Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Cultura (MC) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)). Cabe observar que, as lideranças do IDESC são também lideranças políticas do Partido dos Trabalhadores (PT) do município de Registro, o mesmo partido no poder executivo do Governo Federal desde 2003; o que não sugere beneficiamento ilícito, mas certa influência dos partidos políticos nas escolhas das ONGs pelas principais fontes de recursos. As poucas tentativas de parceria entre o IDESC e o Governo do Estado de São Paulo, onde o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) lidera há 12 anos, por exemplo, não vingaram.

O IDESC considera seu território de atuação os municípios pertencentes à porção paulista da Bacia do Rio Ribeira de Iguape. No entanto, possui dificuldades para atuar em toda a região. Além de ser uma ONG de pequeno porte, o IDESC encontra dificuldades de acesso para atuar no Alto Vale, conforme afirma Ronaldo José Ribeiro:

“Nós atuamos mesmo na parte mais central, 12 a 13 municípios do Médio e Baixo Vale. Nós temos uma atuação muito pequena no Alto Vale do Ribeira, não por não considerar que o Alto Vale não seja Vale do Ribeira, mas é por uma questão de ter pernas para chegar até a região do Alto Vale. O acesso nosso aqui ao Alto Vale é muito complicado, apesar de estar perto, Apiaí está relativamente perto a 180 Km, está quase a mesma distância que está Barra do Turvo por exemplo, mas o grande problema mesmo são os problemas de

acesso, as estradas para se chegar até Apiaí são muito ruins muito difíceis, uma viagem até Apiaí é o dia todo quase. Mas a gente considera o território Vale do Ribeira o território da Bacia.” (RIBEIRO, 2006)¹¹⁹

Em novembro de 2004, o IDESC foi a instituição escolhida pelo Fórum das organizações do CONSAD para ser a instituição responsável pela execução do projeto “Elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira e Implantação de Projetos Socioambientais Prioritários”, no âmbito da Agenda 21 do Vale do Ribeira, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente do MMA.

Desta forma, a atuação do IDESC parece ampliar-se na região, pois o projeto está sendo desenvolvido em 32 municípios¹²⁰: 07 no Estado do Paraná e 25 no Estado de São Paulo:

“Por causa do projeto da Agenda 21 nós estamos atuando agora tanto no Vale do Ribeira Paulista e no Vale do Ribeira Paranaense que para nós é uma realidade totalmente nova os 07 (sete) municípios do lado do Paraná que compõem o Vale do Ribeira também. Para nós foi àquela idéia de encontrar aquele nosso primo distante, é da família, mas você nunca viu, mas quando vocês se encontram e começam a conversar percebem que têm muitas coisas em comum. Nós descobrimos o Vale do Ribeira paranaense, eles também têm problemas com o meio ambiente, com titulação de terras, lá também a agricultura familiar é forte, lá as cidades também carecem de infra-estrutura, também possuem taxa de mortalidade infantil alta, falta de saneamento, falta de oportunidade para a juventude, têm realidades muito parecidas.” (RIBEIRO, 2006)¹²¹

No entanto, elaborar um plano de desenvolvimento do Vale do Ribeira não necessariamente significa ter uma atuação incisiva em toda região. O IDESC, por ser uma ONG de pequeno porte¹²², ainda tem uma ação concentrada nos municípios do Médio e Baixo Vale.

¹¹⁹ Ronaldo José Ribeiro, em entrevista realizada por Carolina Todesco, em 04 de setembro de 2006, em Registro/SP.

¹²⁰ Municípios do Estado do Paraná: Dr. Ulysses, Cerro Azul, Adrianópolis, Tunas do Paraná, Bocaiúva do Sul, Itaperuçu, Rio Branco do Sul. Municípios do Estado de São Paulo: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Ilha Comprida, Iguape, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Paríquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras, Tapiraí, Ribeirão Branco e Peruíbe.

¹²¹ Ronaldo José Ribeiro, op. cit.

¹²² O IDESC conta com 10 voluntários e 06 funcionários que ganham por prestação de serviço.

CONSAD

O Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira foi fundado em abril de 2004, estimulado e apoiado pelo Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por meio da Secretaria Extraordinária de Segurança Alimentar e Nutricional, como estratégia central do Programa Fome Zero.

De acordo com informações do MDS¹²³:

O CONSAD é um arranjo territorial institucionalmente formalizado envolvendo um número definido de municípios que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, gerando trabalho e renda. Organizados em associações civis sem fins lucrativos compõe-se de 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil de cada um dos municípios participantes.

A intenção do MDS com a formação dos CONSADs é apoiar por meio destes a implantação de projetos de combate à pobreza, relacionados a sistemas agro-alimentares, envolvendo atores sociais locais. Estes Projetos são chamados Projetos CONSAD e devem refletir os anseios do Fórum CONSAD e ter passado pela discussão e aprovação do mesmo, por meio de assembléia.

O Fórum do CONSAD Vale do Ribeira é composto por representantes do governo do estado, das prefeituras e de organizações da sociedade civil, e compreende 25 municípios¹²⁴: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí.

¹²³ Informações disponíveis no site oficial do Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/consad>>. Acesso em: out. 2006.

¹²⁴ Destes, Ribeirão Branco e Peruíbe também são considerados como pertencentes à região do Vale do Ribeira - porção paulista, somando-se aos 23 municípios trabalhados nesta dissertação.

De acordo com o atual presidente do CONSAD e também prefeito do município de Cananéia, Geraldo Carlos Carneiro Filho, todas as organizações civis legalmente formadas e o poder público dos municípios, querendo participar, têm espaço no Fórum do CONSAD:

“Existe uma participação de todos os municípios, dentro da proposta do CONSAD, são 150 representantes que abrangem estes 25 municípios. Tem município que acaba ficando mais de fora por conta da sua própria organização, o município que está mais organizado é o município que tem mais vantagem, que tem mais condição de estar angariando recursos, é o município que tem mais condição de discussão, que são os que se interessam mais, porque a gente não força ninguém a participar, a participação é espontânea, mas todos os municípios têm espaço. O espaço realmente é democrático, acho que nunca se viu um espaço realmente democrático no Vale do Ribeira como o Fórum do CONSAD (...).” (CARNEIRO FILHO, 2006)¹²⁵

Com o intuito de agrupar as instituições interessadas e de aprofundar temas estratégicos para o desenvolvimento territorial, o CONSAD criou Câmaras Técnicas. Elas são espaços de discussão onde são elaborados e acompanhados os projetos e programas, sendo que a deliberação sobre os projetos cabe ao Fórum, como explica o presidente do CONSAD:

“Os projetos são pensados de acordo com os editais, podem ser do poder público como da sociedade civil, geralmente eles são discutidos nas Câmaras Técnicas [Agricultura Familiar, Desenvolvimento Sustentável e Segurança Familiar] e vão para a Assembléia do CONSAD para serem aprovados, para se tornarem prioridades dentro do CONSAD, aí eles são encaminhados para os Ministérios que estão dispostos a financiar, há vários organismos financiadores, e quem implanta o projeto é o proponente do projeto, pode ser uma prefeitura como pode ser uma ONG, pode ser uma cooperativa.” (CARNEIRO FILHO, 2006)¹²⁶

Atualmente, há três Câmaras Técnicas no corpo do CONSAD¹²⁷:

- **Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável**, onde são desenvolvidos os trabalhos em parceria com o Ministério do Meio

¹²⁵ Carlos Carneiro Filho, em entrevista realizada por Carolina Todesco, em 13 de setembro de 2006, em Registro/SP.

¹²⁶ Ibid.

¹²⁷ Informações obtidas no site: <http://www.idesc.org.br/consad_oque.asp>.

Ambiente, com destaque para a Agenda 21 - Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável;

- **Câmara Técnica de Segurança Alimentar**, onde são trabalhadas as políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como programas de segurança alimentar, distribuição de alimentos da agricultura familiar, educação alimentar, entre outros;
- **Câmara Técnica de Agricultura Familiar**, onde são desenvolvidos prioritariamente os trabalhos correspondentes às políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, como apoio à Infra-estrutura, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, crédito produtivo da agricultura familiar - PRONAF, apoio à comercialização, apoio ao cooperativismo e associativismo, entre outros.

Alguns membros do CONSAD vêm manifestando o interesse em criar um espaço específico para temas ligados ao turismo, como uma Câmara Técnica de Turismo, mas estão encontrando dificuldades relacionadas à disponibilidade dos participantes do CONSAD, devido à distância, à acessibilidade e aos gastos com o deslocamento para a participação nas reuniões.

As Ações do Estado e do Terceiro Setor no desenvolvimento do turismo no Vale do Ribeira

Orestes Quércia assumiu o Governo do Estado de São Paulo, em 1987, discursando para os políticos do Vale do Ribeira que uma de suas primeiras medidas em seu mandato seria suprimir a SUDELPA, em nome da maior autonomia dos municípios.

No entanto, apesar de já não existir na prática, a SUDELPA é extinta legalmente no Governo Fleury (mar. 1991 – jan. 1995), pela Lei nº. 680, de 22 de julho de 1992. Esta mesma lei incumbe à Secretaria de Planejamento e Gestão criar a Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral Paulista e do Vale do Ribeira, com a finalidade de “estabelecer programas e executar as medidas

necessárias objetivando o incremento da indústria pesqueira e a melhoria das condições sócio–econômicas do Vale do Ribeira”. Esta Coordenadoria nunca foi instituída e nenhum outro órgão foi criado para se encarregar das funções específicas da SUDELPA.

Em 1995, quando o Governador Mário Covas assume seu primeiro mandato no Governo do Estado de São Paulo, inicia-se o processo de criação da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, com o objetivo de “estudo, planejamento e implantação do ecoturismo na região do Vale do Ribeira, como alternativa de desenvolvimento sócio-econômico sustentável”. Tinha participação na Agenda o CODIVAR, Consórcio criado em 1989 que congrega as prefeituras dos 23 municípios do Vale do Ribeira, mais seis Secretarias: Secretaria da Agricultura e Abastecimento; Secretaria da Cultura; Secretaria de Economia e Planejamento; Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho; Secretaria de Esportes e Turismo; e Secretaria do Meio Ambiente.

Ainda no ano de 1995, inicia-se o projeto “Pólo Ecoturístico do Lagamar”, desenvolvido nos municípios do Baixo Vale pela ONG SOS Mata Atlântica. Desta forma, podem-se notar duas ações significantes referentes ao desenvolvimento do ecoturismo no Vale do Ribeira iniciadas em 1995, uma por parte do Estado e outra por uma ONG.

Esta “coincidência”, em certa medida, deve-se ao fato de em 1994 serem realizadas as “Oficinas de Capacitação em Ecoturismo”, promovido pela Conservation International¹²⁸ e EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, onde estavam presentes Devancyr A. Romão, do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA), mentor e coordenador da Agenda de Ecoturismo, e os consultores João Allievi¹²⁹ e Oliver Hillel¹³⁰, formuladores do projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar.

¹²⁸ A Conservation International é uma organização privada, sem fins lucrativos, fundada em 1987, nos EUA, com objetivo de trabalhar para preservar ecossistemas ameaçados de extinção; atualmente trabalha em mais de 40 países.

¹²⁹ Atual presidente do Instituto de Ecoturismo do Brasil - IEB.

¹³⁰ Atual Coordenador de Projetos do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, da ONU.

Segundo Romão¹³¹, sua participação nesta oficina foi fundamental para iniciar seu trabalho de articulador de uma Agenda de Ecoturismo. Formado em engenharia agrônoma e atuando na área de pesquisas de produtos agrícolas no IEA, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura, Romão se interessa pela temática da oficina após conhecer a realidade sócio-econômica e ambiental do Vale do Ribeira, onde constata as rígidas limitações das comunidades no uso da terra devidas às leis ambientais. A partir de então, Romão, juntamente com uma equipe de trabalho, inicia o processo de formação da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, entendendo-a como uma ferramenta capaz de articular as políticas públicas direcionadas à região referentes ao fomento do ecoturismo, atividade vista como uma alternativa de geração de trabalho e renda para a população.

Concomitantemente, João Allievi e Oliver Hillel formulam um projeto visando o desenvolvimento do ecoturismo na região do Lagamar e o apresenta a SOS Mata Atlântica que acaba por assumi-lo; conforme relata João Allievi:

“A gente fez um projeto: Olha vamos fazer uma coisa, vamos ver se a gente consegue colocar essa teoria do Planejamento Sustentável na prática? Vamos. Onde? No Lagamar que é um lugar mais difícil, mais pobre, com muito potencial, com vários ecossistemas. (...) Fizemos um projetinho e falamos: O que é que nós vamos fazer com isso agora? Ah, temos que ir pedir ajuda de quem pode ajudar. E o primeiro nome que veio é SOS Mata Atlântica. Então fomos lá, conversamos. O Mario Mantovani já estava na época e o Roberto Klabin e falamos: Olha, nós temos uma idéia de fazer isso assim e assim. E aí ele falou: Está bom. Vamos fazer uma experiência de seis meses. Se der certo a gente continua.” (ALLIEVI, 2004)¹³²

A SOS Mata Atlântica, que já tinha uma base em Iguape, acolhe, portanto, o projeto e busca o patrocínio da EMBRATUR num momento oportuno, pois este órgão juntamente com o Ministério do Meio Ambiente/IBAMA e Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo havia acabado de publicar, em 1994, as “Diretrizes para uma Política Nacional de

¹³¹ Devancyr Aparecido Romão, em entrevista realizada por Carolina Todesco, em 11 de setembro de 2006, em São Paulo/SP.

¹³² João Allievi, em entrevista concedida a Revista Eletrônica Bioclimático, em 03 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.bioclimatico.com.br/pdf/entrevistas/SOS_HV002%20_%20Joao_Allievi.pdf>. Acesso em nov. 2006.

Ecoturismo”, e desde então se encontrava mais propício a apoiar iniciativas relacionadas a este segmento turístico.

Cabe ressaltar que tanto João Alievi como Oliver Hillel participaram da elaboração das “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, o que denota que o intercâmbio de pessoas nos órgãos públicos e em organizações não governamentais acaba por influenciar as relações de parceria entre ambos.

A partir de então, ao assumir o projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar (PEL), a SOS Mata Atlântica o desenvolve em quatro fases. Na primeira fase, de junho de 1995 a junho de 1996, é elaborado um inventário dos recursos turísticos dos quatro municípios abrangidos pelo projeto (Cananéia, Iguape, Ilha Comprida e Pariqueira-Açu).

Na segunda etapa, de julho a dezembro de 1996, são cadastrados os agentes emissivos - agências e operadoras de roteiros ecoturísticos das grandes cidades próximas (São Paulo, Curitiba, Campinas) e os agentes receptivos - prestadores de serviços turísticos da região. Após o levantamento dos parceiros (agentes emissivos e agentes receptivos), um Regulamento Interno e um Termo de Compromisso são elaborados para definir as responsabilidades e os direitos dos parceiros do Pólo Ecoturístico do Lagamar; um Conselho Auto-Regulador (CAR) também é criado para atuar como uma instância participativa de decisão.

A terceira fase, compreendida de janeiro a julho de 1997, é dedicada a cursos de capacitação da mão de obra para as atividades relacionadas ao ecoturismo, com o apoio do SENAC/SP e do Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB). Também é nesta fase, que se inicia o trabalho de “montagem” dos pacotes ecoturísticos para serem colocados à venda no mercado pelos agentes emissivos tendo como público-alvo prioritário as escolas particulares do ensino médio:

A escolha desse público se baseou no fato de que a maioria das agências vendedoras já trabalhava com escolas públicas e particulares. A necessidade de se ocupar a infra-estrutura hoteleira instalada, principalmente nos períodos de baixa sazonal, atraindo o turista fora dos fins de semana, feriados e

temporadas, também corroborou com a escolha do segmento escola. O público estudantil não procura luxo e conforto, e sim condições para o desenvolvimento das chamadas *vivências do meio*, tão adequadas aos ecossistemas estuarinos. (MAGALHÃES, 2001, p. 64, grifo do autor)

Após a definição do público alvo, uma série de materiais informativos e de divulgação é produzida: 50.000 folhetos, 20.000 mapas regionais, 3.000 livros “Descubra o Lagamar” de autoria de Nícia Wendel Magalhães, 1.000 fitas de vídeo, milhares de adesivos e pôsteres, e diversas reportagens (MAGALHÃES, 2001).

Na quarta e última fase (nov. 1997 a mai. 1998), a sede da SOS Mata Atlântica em Iguape é transformado num “Centro de Informação Turística e Interpretação Ambiental”, com sala de exposição de painéis fotográficos, maquetes e artesanatos, disponibilizando informações turísticas e ambientais. Nesta fase, alguns cursos de capacitação também são retomados, assim como a divulgação junto ao público alvo.

Em 1999, o PEL ganha reconhecimento internacional com o prêmio de “Melhor Projeto de Planejamento de Destino Ecoturístico” pela revista norte-americana Condé Nast Traveler. Este reconhecimento, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica (2004), a credenciou a debater sobre o tema e participar dos principais eventos internacionais, como a Cúpula Mundial de Ecoturismo de Quebec, em 2000.

Neste mesmo ano (1999), o patrocínio da EMBRATUR se encerra, assim como as atividades do projeto, e sem passar por uma avaliação, o Pólo Ecoturístico do Lagamar embasa o projeto da EMBRATUR, em conjunto com o IEB, denominado “Pólos de Desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil”¹³³, o qual mais tarde dará suporte ao Programa Nacional de Ecoturismo.

¹³³ Este projeto iniciado em 1997 começou por identificar localidades brasileiras onde a prática do ecoturismo já vinha ocorrendo e fazer um levantamento dos recursos turísticos e de infraestrutura. O projeto foi realizado em três etapas: a primeira tratou das regiões Sul e Centro-Oeste, a segunda das Regiões Nordeste e Sudeste e a terceira incluiu dados da Região Norte. Os objetivos do projeto Pólos de Ecoturismo são: contribuir para a formação de uma rede sistêmica do ecoturismo; facilitar a interação dos agentes públicos e privados que atuam no setor; estimular novos negócios; promover a capacitação de recursos humanos; e difundir conhecimentos que possibilitem a conscientização ambiental. (Magalhães, 2001)

Somente em 2003, a SOS Mata Atlântica, por meio da GEECO – Grupo de Estudos em Ecoturismo, realiza oficinas nos municípios de Iguape, Cananéia, Ilha Comprida e Pariqueira-Açu, com o intuito de avaliar o projeto e incentivar a retomada das atividades, denominando esta fase de Projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar II¹³⁴.

Nessas oficinas estavam presentes representantes de organizações da sociedade civil, do poder público local e estadual e da iniciativa privada; ao final um Relatório foi elaborado contendo tanto a avaliação dos participantes sobre o projeto, como as expectativas e alguns encaminhamentos.

As informações contidas no Relatório apresentam o grau de insatisfação e de frustração gerado na comunidade pelo projeto, como demonstra o resultado de uma dinâmica utilizada nas oficinas exposta no quadro 4.1.

Desta forma, pode-se observar que as principais reclamações dos três setores dos municípios abarcados pelo PEL são referentes ao baixo envolvimento da comunidade no projeto, da falta de informação, da excessiva preocupação com a promoção e divulgação em detrimento de outras ações e da baixa visibilidade dos resultados.

Para Alysson Costa, atual coordenadora do Programa Lagamar da SOS Mata Atlântica, além destas questões, a insatisfação ocorreu devido à grande expectativa que o projeto criou nas comunidades envolvidas, ofuscada pelo baixo fluxo de turistas, apesar de toda propaganda:

“Os trabalhos na região criaram uma expectativa muito grande, com reportagens saindo em toda a mídia, mas mesmo com tudo isso não houve o crescimento esperado, devido a outros fatores, como por exemplo, a BR [116], que na época era vista como a rodovia da morte, o que prejudicava o acesso a região. Depois que a rodovia melhorou, diminui-se a divulgação. Não houve o link necessário.” (COSTA, 2006)¹³⁵

¹³⁴ O Pólo Ecoturístico do Lagamar II foi desenvolvido de 2002 a 2003, e sem contar com o patrocínio da EMBRATUR, a SOS reproduziu uma nova leva de material de informação e divulgação do projeto.

¹³⁵ Alysson Costa, em entrevista realizada por Carolina Todesco, em 15 de setembro de 2006, em Iguape/SP.

Quadro 4.1. Opiniões e Percepções dos Presentes nas Oficinas Referentes ao Projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar Desenvolvido de 1995 a 1998.

Cananéia	Iguape	Ilha Comprida	Pariquera-Açu
Negativas:			
<ul style="list-style-type: none"> • Em nenhum momento as pessoas locais foram consultadas; • Se existiu algum benefício foi em divulgação; • O discurso foi bonito, mas não funcionou; • Quem não participou do Pólo não perdeu nada; • Faltou informação continuada; • Projeto veio de cima para baixo; • Problemas com as parcerias que não funcionaram; • As necessidades de cada município não foram avaliadas; • As pessoas daqui não puderam participar do desenvolvimento do projeto; • Gastou-se muito em burocracia, publicidade e reuniões; • A concorrência está em outros Pólos; • Promessa utópica; • Que fim levou o dinheiro do Projeto? • Pra mim o projeto foi muito bom; • Cananéia despertou para o turismo e tomou iniciativa que aumentou o fluxo. 	<ul style="list-style-type: none"> • O Pólo Lagamar é da SOS; • A SOS usa o Pólo Lagamar para captar recursos para outros projetos; • Por que a SOS não está na reunião? • Faltou comunicação; • Informações sobre as resoluções e decisões nunca circularam; • As maquetes [da região lagunar, exposta na sede da SOS em Iguape] não têm referências na realidade local; • Teve pouco retorno; • Um artista de São Paulo fez a maquete ao invés de um de Iguape; • É irreal fazer cursos do Senac para a região por ser inapropriado; • US\$ 700 mil para não acontecer nada para a comunidade; • A logomarca não é da sociedade; • O projeto lagamar não acabou e nada para Iguape; • O banco de dados não funcionou; • Projeto não teve continuidade; • O site do Projeto Lagamar não funciona; • O rodízio de utilização de serviços não funcionou. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ilha comprida queria estar representada plenamente; • Ilha Comprida não concordou com a divisão; • Integrar demais é difícil; • O Projeto veio cedo demais para o município; • Faltou participação; • Faltou ecoturista; • O receptivo não cobrou do emissivo; • Não houve roteiro; • 5 pessoas sentem-se diretamente beneficiadas pelo Projeto; • Existiam outros processos paralelos; • Proposta boa, retorno mínimo; • SOS não passa informação; • Ilha Comprida não estava preparada para o Pólo; • O Projeto foi importante para a formação de técnicos; • Meio ambiente era enxergado como possibilidade de ganho; • O meio ambiente era intocável, preservação; • A maior parte dos participantes acham que o município foi beneficiado. 	<ul style="list-style-type: none"> • O que o Projeto fez em/por Pariquera? • A comunidade não soube sobre o Projeto; • O processo é lento; • Pariquera não se envolveu; • Capacitação foi importante, mas pouco divulgada; • Faltaram criatividade, resultados, parcerias para fortalecer a monitoria e o processo. • A monitoria resultou em renda para alguns a partir de 2000.

Fonte: SOS, Relatório das Oficinas Locais e Regional, 2003, p. 14.

Em resposta as críticas, a SOS afirma que há grandes dificuldades para implantar projeto na região, devido ao passado paternalista da ação do Estado e a postura passiva da população:

A região traz na sua história hábitos paternalistas. A população demonstra uma postura passiva, à espera de soluções vindas de terceiros – governo, ONGs, universidades etc.. O poder

público local às vezes alimenta, equivocadamente, este vínculo de dependência. No caso do Lagamar nem os governos municipais, nem a iniciativa privada demonstram ter despertado para o imenso potencial que a região oferece, tampouco para o risco que a falta de planejamento e organização do setor, neste momento de crescimento acelerado, representa. (SOS MATA ATLÂNTICA)¹³⁶

Neste sentido, o relativo fracasso do projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar, símbolo da atuação da SOS no Vale do Ribeira, acaba por desgastar a imagem desta ONG na região e suas relações de parceria com a comunidade.

Desta forma, após a avaliação do projeto por meio das oficinas, a SOS decide afastar-se da gestão do Pólo, delegando esta tarefa ao Conselho formado por representantes dos quatro municípios e se concentra em outros projetos, tais como “Meu Mundo de Educação Ambiental” e “Observando o Ribeira”, conforme explica Alysson Costa:

O Pólo era da SOS ou da comunidade? Houve uma assembléia com a comunidade onde ela reivindicou o controle sobre o Pólo, levando a SOS a abrir mão deste. Por fim decidiu-se que o Pólo era da comunidade e ela ia tocá-lo a partir dali. Formou-se um conselho, com participantes dos 4 municípios, que iria gerir o Pólo, com a SOS podendo auxiliar. Mas uma coordenação da SOS acabou preferindo focar em outros projetos. (COSTA, 2006)¹³⁷

Em 2005, sem desenvolver novos projetos e com uma relação distante da comunidade, a SOS decide retomar sua participação no Conselho Gestor do Pólo Ecoturístico do Lagamar, o qual se encontrava estagnado pela falta de entendimento entre os participantes:

“Em 2005 ficou-se uma indefinição por conta do papel da SOS no Vale, devido a não terem novos projetos, só continuação de projetos já em andamento, ficando uma indefinição sobre o futuro da SOS. Devido a essas indefinições, fui convidada a assumir a coordenação do Pólo, focando no desenvolvimento do turismo sustentável na região. (...) A comunidade achava que não precisava da SOS, mas se viu sem capacidade para gerir o Pólo. Houve brigas, rixas e nada foi efetivamente feito.

¹³⁶ Informações disponíveis no site oficial da ONG SOS Pró-Mata Atlântica. Disponível em: <<http://www.sosribeira.org.br/projetos/lagamar2/intro.htm>>. Acesso em: out. 2006.

¹³⁷ Alysson Costa, em entrevista realizada por Carolina Todesco, em 15 de setembro de 2006, em Iguape/SP.

Em fevereiro de 2006, após avaliação da situação do Pólo, foi realizada a primeira reunião para traçar as diretrizes do desenvolvimento sustentável da região através do turismo. Na reunião foi levantado que não seria “eu” quem faria tudo, mas sim estaria auxiliando todo o grupo no trabalho e só assim seria possível. O grupo aprovou e foi definido que haveria uma reunião mensal do grupo, cada mês em um município. (...) O papel da SOS tem de ser de ajudar as comunidades e não fazer por elas.” (COSTA, 2006)¹³⁸

Atualmente, a SOS Mata Atlântica, no Vale do Ribeira, continua com os trabalhos de atendimento ao turista no “Centro de Informação Turística e Interpretação Ambiental”, em Iguape, e participa como articuladora dentro do Conselho Gestor do Pólo Ecoturístico do Lagamar, o qual se constitui num espaço para a discussão de temas como: cursos de capacitação, certificação de qualidade dos serviços turísticos, captação de recursos para novos projetos, participação em eventos, divulgação e elaboração de roteiros.

Durante este período de implantação do projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar (1995 – 1999), a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, paralelamente, esforça-se para desenvolver seus trabalhos na região baseada em cinco linhas de atuação:

- Informação e divulgação: estudo das condições de equipamentos, serviços e atrativos turísticos, e elaboração de material informativo e de divulgação;
- Planejamento: capacitação de agentes municipais de ecoturismo e execução do planejamento descentralizado da atividade turística na região;
- Capacitação: capacitação de profissionais em atividades diretamente relacionadas ao desenvolvimento do ecoturismo, como monitores ambientais, através de parcerias;
- Fomento: linha de crédito específica visando incrementar a qualidade de serviços e estrutura de pequenos empreendimentos regionais, além de reforço às linhas tradicionais;
- Incentivo à adequação da infra-estrutura turística.

¹³⁸ Alysson Costa, em entrevista realizada por Carolina Todesco, em 15 de setembro de 2006, em Iguape/SP.

De 1995 a 1996, a Agenda desenvolve em cinco oficinas o programa “Agentes Municipais de Ecoturismo”, direcionados para os funcionários municipais dos departamentos responsáveis pela pasta do turismo e representantes da iniciativa privada deste setor. As oficinas tinham como intuito orientar os participantes no levantamento de informações sobre a atividade turística e na elaboração de planos de desenvolvimento turístico.

Em 1996, é realizado, em Tapiraí, o primeiro curso de monitores ambientais promovido pela Agenda de Ecoturismo. A continuidade desta linha de ação foi viabilizada por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e coordenada pela organização não governamental Instituto Ing-Ong de Planejamento, o qual concentrou os cursos no Alto Vale (região das cavernas), em comunidades localizadas no entorno de Parques Estaduais, até porque no Baixo Vale a SOS Mata Atlântica já vinha atuando na área de capacitação.

Em decorrência deste trabalho, o Vale do Ribeira conta atualmente com cerca de 450 monitores ambientais formados e que, segundo a Agenda de Ecoturismo (2003), 60% destes atuam no ramo, complementando a renda mensal familiar.

As ações iniciais da Agenda focalizaram, sobretudo, a formação de monitores ambientais por três principais motivos: primeiro, pelo fato de já existir no Vale do Ribeira, principalmente na região das cavernas (Iporanga, Apiaí, Eldorado), um fluxo crescente de turistas, demandando por este tipo de serviço; segundo, por ser esta uma ação de curto prazo compreendida como capaz de impactar rapidamente a renda mensal dos participantes; e, terceiro, por considerarem importante o papel do monitor ambiental na mitigação do impacto das visitas nas áreas naturais.

Estes cursos também contribuíram para a formação da Rede de Monitores Ambientais do Vale do Ribeira - Rema-Vale criada com o objetivo de possibilitar a troca de experiências entre os monitores, o desenvolvimento de projetos e a implementação de roteiros ecoturísticos.

Após os cursos de capacitação, a Agenda de Ecoturismo concentra seus esforços em outra linha de atuação: estudo das condições de equipamentos, serviços e atrativos turísticos da região. Neste contexto, em 1998, é realizado o primeiro Inventário Turístico do Vale do Ribeira¹³⁹, para servir de base de dados à concepção do plano de desenvolvimento do turismo, o qual é postergado por falta de recursos.

Para uma avaliação do desempenho da Agenda, em 1999, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, é realizada uma oficina com a presença de ONGs, associações de monitores ambientais, proprietários de pousadas, estudantes de turismo, representantes das prefeituras e a equipe da Agenda. Nesta oficina de avaliação, os participantes levantaram os principais avanços referentes ao desenvolvimento do turismo na região induzidos pela Agenda, como também as principais deficiências, ou melhor, os principais entraves.

A capacitação de monitores e a produção de informações sobre o turismo foram consideradas os grandes êxitos da Agenda. Entretanto, como podemos observar no quadro 4.2, a mesma não conseguiu ser um instrumento de articulação entre as diversas secretarias do governo estadual e as prefeituras municipais, analisado como essencial para a execução de um plano de desenvolvimento regional do turismo.

Quadro 4.2. Oficina de Avaliação e Planejamento dos trabalhos da Agenda.

Principais Avanços	Principais Deficiências
<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização de muitas pessoas sobre a importância do ecoturismo na região; • Consolidação da base de dados sobre o segmento ecoturístico; • Capacitação de monitores; • Formação de agentes locais e coordenadores regionais; • Articulação da rede de monitores ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de integração entre os municípios e agentes; • Falta de integração entre as instituições; • Falta de uma coordenação regional; • Via de acesso deficiente entre os municípios, abandono do patrimônio público e cultural; • Falta de entendimento das competências/legislação; • Falta de conscientização; • Ausência de linhas de crédito para pequenos empreendedores; • Dificuldade de articulação entre o âmbito regional e o municipal; • Falta de apoio político.

Fonte: Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, 2003.

¹³⁹ A publicação, no mesmo ano, intitulada “Ecoturismo no Vale do Ribeira: Guia Técnico”, patrocinada pela EMBRATUR e coordenada pela Fundação Florestal, é fruto deste Inventário.

Em entrevista, o então coordenador da Agenda, Edvancyr A. Romão, comenta a falta de adesão das instituições que inicialmente faziam parte da Agenda de Ecoturismo:

“A partir do segundo mandato [do Governador Mário Covas] aí já começou a desmilinguir, até ficar em 2000 com duas Secretarias, a Secretaria de Planejamento e a de Agricultura, aí acabou, aí ficou eu.” (ROMÃO, 2006)¹⁴⁰

Cabe salientar, todavia, que o mentor e coordenador da Agenda é um militante do Partido dos Trabalhadores (PT), fato que influenciou sua relação com os demais órgãos do Governo do Estado, como também o apoio deste nas atividades da Agenda.

Em março de 2000, no município de Registro, por iniciativa do segundo mandato do Governador Mário Covas, é realizado o “Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira – caminhos do futuro, uma proposta sustentável”, com a presença do CODIVAR, da UVEVAR – União dos Vereadores do Vale do Ribeira e representantes de organizações da sociedade civil.

A Agenda de Ecoturismo incorpora-se à organização deste evento para garantir que, além da agropecuária, pesca e mineração, o turismo seja um dos setores prioritários em discussão. Desta forma, o documento resultante do Fórum acaba por definir ações na área do turismo, as quais, na maioria, se referem à melhoria dos acessos terrestres, ferroviários e fluviais da região. A Secretaria de Esportes e Turismo, mais uma vez, fica incumbida de ações pontuais como: construção de portais nos municípios e implantação de sinalização turística.

É também neste evento, que o Governador Mário Covas anuncia a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – Fundesvar¹⁴¹:

¹⁴⁰ Devancyr Aparecido Romão, em entrevista realizada por Carolina Todesco, em 11 de setembro de 2006, em São Paulo/SP.

¹⁴¹ Criado pela Lei n°. 10.549 de 11 de maio de 2000 e regulamentado pelo Decreto n°45.802 de 14 de maio de 2001.

“Nós privatizamos uma empresa chamada Comgás (...). E Eu quero anunciar hoje, pela primeira vez, em primeira mão, aqui neste lugar, que, dos 95 milhões de reais, 50%, ou seja, 47,5 milhões vão servir para a criação de um fundo de investimento para o desenvolvimento do Vale do Ribeira. (...) Os recursos do fundo serão destinados a financiamentos ou expansão e modernização de empreendimentos industriais e de serviços, inclusive os relacionados à distribuição e utilização de gás natural. Segundo: construção de armazéns e entrepostos. Terceiro: empréstimo de capital de giro, necessariamente associada a investimentos fixos e dentro dos objetivos do programa. Empréstimos para área da mineração, área da agricultura e pesca e *para o turismo, em especial para o ecoturismo*.” (Governador Mário Covas, discurso em 11 de março de 2000, em Registro/SP, grifo nosso)

Convém lembrar que a criação de um fundo para o desenvolvimento da região do Vale do Ribeira era visto como necessário desde o estudo “Operação Caiçara” de 1958, concretizado somente quarenta e dois anos depois.

O Fundesvar é criado com o objetivo de contribuir para o equilíbrio econômico e social no Estado de São Paulo, investindo em infra-estrutura urbana e concedendo financiamentos e empréstimos às prefeituras dos vinte e três municípios do Vale e ao setor privado da região.

De acordo com o Manual de Operação do Fundesvar (2001), os investimentos têm como prioridade quatro áreas: agronegócios; turismo (com prioridades para o ecoturismo e turismo rural); mineração; e geração de fontes alternativas de energia.

Em 2001, os interessados em receber recursos encaminharam 140 Cartas Consulta¹⁴², das quais foram selecionadas 83, 68 do setor de agronegócios e 15 do setor de turismo. Neste mesmo ano, municípios do Vale do Ribeira receberam repasse do Fundo para a área de infra-estrutura, correspondente às obras no aeroporto regional de Registro, na ponte de

¹⁴² Para a obtenção do financiamento o interessado preenche uma “Cata Consulta”, a Secretaria Executiva do FVR verifica se a proposta se enquadra nos objetivos e nos parâmetros do FVR e envia a carta resposta ao beneficiário contendo os formulários a serem preenchidos. O beneficiário preenche a “Ficha para Avaliação das Restrições Florestais que Pesam sobre sua Propriedade” e entrega para o Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DPRN); preenche o formulário para a verificação da situação dominial e entrega para o Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP; e por fim, o beneficiário procura a Unidade de Negócios da Nossa Caixa para providências relativas ao cadastro e abertura de conta para o depósito do financiamento.

Eldorado, ao desassoreamento da Barra de Cananéia e à perenização da estrada Sete Barras - São Miguel Arcanjo¹⁴³.

Até dezembro de 2004, segundo dados obtidos na Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo (2005), o Fundesvar aplicou R\$24.982.396,00 em projetos de interesse regional, R\$15.305.147,00 em projetos de prefeituras municipais e R\$6.850.981,00 em projetos da iniciativa privada, totalizando um investimento de R\$47.138.524,00.

Apesar de o Fundesvar caracterizar-se como o mais importante fundo de financiamento de empreendimentos no Vale do Ribeira, o mesmo não foi capaz de alterar o quadro socioeconômico da região, em grande medida, pela condição irregular do domínio da terra que se encontram muitos posseiros, os impossibilitando a participar de financiamentos e linhas de crédito, como também pela falta de conhecimento por parte da população dos procedimentos burocráticos para o empréstimo.

Ainda em 2000, ano do Fórum de Desenvolvimento e da criação do Fundesvar, a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira entra com pedido de recurso no Fehidro, por meio do Comitê de Bacia do Ribeira de Iguape, para realizar um estudo intitulado “Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Ribeira de Iguape: uma análise das condições e limitações socioeconômicas ao ecoturismo”, visando analisar as informações do Inventário Turístico de 1998 e elaborar o plano de desenvolvimento do turismo da região.

Após diversos trâmites de negociação, somente em 2002, os recursos foram disponibilizados para a execução do projeto, o que tornou o Inventário Turístico defasado em quatro anos, sendo necessária sua atualização. Para isso, novas parcerias foram firmadas, dentre elas com a ONG Instituto Vitae Civilis, pois apesar da Agenda ser composta apenas pelo poder público, a mesma incentivou o fortalecimento de organizações sociais na região, como também atuou em parceria com ONGs em diversas atividades.

¹⁴³ Informações obtidas no site oficial da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://www.ciencia.sp.gov.br/development/ribeira/>>. Acesso em: nov. 2006.

Desde 2001 o Instituto Vitae Civilis vinha desenvolvendo nos municípios do Alto Vale do Ribeira, o projeto “Apoio à Conservação da Mata Atlântica no Corredor Ecológico da Serra de Paranapiacaba”, com o apoio da WWF-Brasil, cujo principal objetivo era “contribuir para a conservação da Mata Atlântica e para a busca de alternativas econômicas viáveis para as populações que moram na região do Vale do Ribeira”. Este projeto teve como antecedente:

(...) o Primeiro Encontro de Ecoturismo do Alto Ribeira, apoiado pela WWF-Brasil e pelo Conselho Nacional de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, ocorrido na cidade de Iporanga, em maio de 2000. Nessa oportunidade, constatou-se a predominância do trabalho isolado dos atores envolvidos em ecoturismo, resultando em dispersão de esforços e recursos. (VIATE CIVILIS, 2003, p.14)

A partir desta constatação, o Instituto Vitae Civilis, por meio do projeto “Apoio à Conservação da Mata Atlântica no Corredor Ecológico da Serra de Paranapiacaba”, cria um grupo de trabalho denominado de Grupo Consultivo; este Grupo, formado por prefeituras, ONGs, associações locais, cooperativas de monitores, empreendedores do setor de turismo, órgãos estaduais e mídia local, tinha como função contribuir para a formulação do “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Ecoturismo” e posteriormente vir a ser o Fórum de Ecoturismo do Vale do Ribeira.

É neste momento que os interesses da Agenda de Ecoturismo e do Vitae Civilis convergem, pois enquanto a Agenda pretendia desenvolver um estudo e um plano para o turismo no Vale como um todo, o Vitae Civilis pretendia trabalhar na mesma linha no Alto Vale. A partir de então, unem-se os esforços para realizar a análise das condições e limitações socioeconômicas ao ecoturismo e elaborar o Plano de Turismo da região. Em 2003, estas duas organizações finalizam seus respectivos projetos.

O produto final do projeto da Agenda, a publicação do estudo “Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Ribeira de Iguape: uma análise das condições e limitações socioeconômicas ao ecoturismo” é composta de três partes: a primeira, “Tipificação Socioeconômica, Agrícola e Ambiental dos Municípios do Vale do Ribeira”, aborda as questões socioambiental, fundiária, de pobreza e desigualdade na região, tipificando os municípios conforme vários

indicadores sociais, econômicos e ambientais; a segunda parte, “Uma Estratégia para Aumentar o Emprego e a Renda das Comunidades Rurais do Vale do Ribeira”, discorre sobre o perfil agropecuário dos 23 municípios do Vale e contextualiza a exploração agrícola regional; e a terceira e última parte, “Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Vale do Ribeira”, sintetiza as informações sobre a situação da atividade turística na região do Vale do Ribeira, realiza um diagnóstico e um prognóstico turístico, e por fim, apresenta diretrizes para o setor público, setor privado e terceiro setor, como também propõe programas com objetivos e encaminhamentos.

Este é o mais completo trabalho sobre o turismo já realizado no Vale do Ribeira, e se traduz como a maior contribuição da Agenda de Ecoturismo para o desenvolvimento do turismo na região. No entanto, ao invés de o Plano ser o início de uma ação integrada e estrategicamente direcionada para a área, acaba por ser o último trabalho da Agenda, pois esta já se encontra como um programa totalmente isolado dentro do corpo do Governo do Estado:

“A Agenda é um ciclo encerrado porque não está tendo mais novas ações em nome da Agenda, porque as Secretarias foram largando este trabalho, o trabalho de política pública integrada.” (ROMÃO, 2006)¹⁴⁴

Quanto aos principais resultados do projeto do Instituto Vitae Civilis, podemos citar:

- Promoção de eventos voltado para a divulgação dos serviços e atrativos turísticos da região;
- Produção de folhetos de informações turísticas do Vale do Ribeira;
- Realização de um seminário voltado aos proprietários de áreas de Mata Atlântica, a fim de incentivar a transformação de suas propriedades em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), e a realização dos estudos necessários para solicitar junto ao IBAMA a criação de uma RPPN no município de Iporanga;
- Produção, em 2003, do livro intitulado: “Sociedade e Ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável: como diferentes atores sociais

¹⁴⁴ Devancyr Aparecido Romão, em entrevista realizada por Carolina Todesco, em 11 de setembro de 2006, em São Paulo/SP.

podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo do Vale do Ribeira na Mata Atlântica”.

Apesar do Instituto Vitae Civilis anunciar como um dos grandes êxitos do projeto a formação e manutenção do Grupo Consultivo para a aplicação do “plano estratégico de ecoturismo do Vale do Ribeira”, este se reuniu apenas em seis ocasiões, durante a execução do projeto, não se consolidando no Fórum de Ecoturismo do Vale do Ribeira, como previa a ONG:

O Vitae Civilis conseguiu romper, através da formação do Grupo Consultivo, uma antiga tradição do Vale do Ribeira – a dos trabalhos isolados e até “competitivos” da sociedade civil organizada que promove projetos na região. A criação de um grupo de trabalho composto por vários atores sociais e trabalhando na construção de um plano participativo de desenvolvimento de turismo sustentável recebeu apoio local e despertou o interesse de outras regiões, com diferentes biomas.¹⁴⁵

Desta forma, o projeto do Vitae Civilis, assim que finalizado seu prazo de execução, se configurou como mais uma ação pontual e sem continuidade na região.

Ainda nesta tentativa de articular as iniciativas dos diversos setores da região, a Fundação Florestal (FF), órgão vinculado a Secretaria de Meio Ambiente, inicia, em 2004, o processo de elaboração do projeto “Conservação e Sustentabilidade no Continuum Ecológico de Paranapiacaba-SP”. Conforme Wanda Maldonado, Diretora de Assessoria Técnica da Fundação Florestal:

“O projeto Conservação e Sustentabilidade no Continuum Ecológico de Paranapiacaba nasceu entre a interação de instituições do Estado, organizações não governamentais e associações locais. Estas instituições já tinham uma atuação no território do Continuum Ecológico de Paranapiacaba, mas atuações pontuais, trabalhando com comunidades locais ou no manejo de recursos específicos. E algumas destas instituições já vinham conversando da necessidade de articular estes trabalhos. (...) a idéia era a seguinte, existe trabalhos em andamento, estas iniciativas precisam ser consolidadas e

¹⁴⁵ Informações obtidas no site oficial do Instituto Vitae Civilis. Disponível em: <http://www.vitaecivilis.org.br/default.asp?site_Acao=mostraPagina&paginaId=1554>. Acesso em: nov. 2006.

ampliadas, esta era a base do projeto.” (MALDONADO, 2007)¹⁴⁶

Este projeto, no entanto, não abrange toda a região do Vale do Ribeira, apenas parte do município de Eldorado, Sete Barras, Tapiraí, Apiaí, Iporanga, Guapiara, Capão Bonito e São Miguel Arcanjo, os quais possuem Parques Estaduais em seu território.

Para a articulação das iniciativas na região de abrangência do projeto, é proposta a formação de um Comitê Gestor composto por órgãos públicos (Fundação Florestal, Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP e Instituto Florestal - IF) e organizações não governamentais (Instituto Socioambiental, IDESC, Associações Quilombolas e Comunitárias e o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica). No entanto, observa-se neste Comitê Gestor a ausência do poder público local, ou seja, das prefeituras municipais.

A Fundação Florestal recorre ao Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), por meio do Programa Integrado de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade – PICUS, para o financiamento do projeto. Mas como o Funbio financia organizações do Terceiro Setor, o Instituto Socioambiental se coloca como a instituição proponente do projeto “Conservação e Sustentabilidade no Continuum Ecológico de Paranapiacaba-SP, para que o mesmo possa ser submetido ao financiamento:

“A coordenação do projeto estava entre a Fundação Florestal e o Instituto Socioambiental, o ISA, pois embora a Fundação tenha assumido a condução do trabalho a Fundação não poderia receber recurso do Funbio, então nós definimos no Consórcio que o ISA seria a instituição que receberia o recurso, então é uma coordenação conjunta entre a Fundação Florestal e o Instituto Socioambiental.” (MALDONADO, 2007)¹⁴⁷

Após concorrer com cerca de vinte projetos do Brasil todo, o Funbio seleciona três para financiamento, dentre eles o projeto “Conservação e Sustentabilidade no Continuum Ecológico de Paranapiacaba-SP”, concedendo

¹⁴⁶ Wanda Maldonado, em entrevista realizada por Carolina Todesco, em 12 de julho de 2007, em São Paulo/SP.

¹⁴⁷ Ibid.

um milhão e meio de dólares, num prazo de 12 anos de execução. A característica de o investimento ser de longo prazo é considerado de extrema importância para o êxito do projeto:

“Na proposta do Funbio, é para doze anos, então esse já é um ganho muito grande, você pensar num prazo inclusive onde é possível você monitorar e avaliar as ações, num período de dois anos não existe sustentabilidade em dois anos, você não reverte processos em dois anos.” (MALDONADO, 2007)¹⁴⁸

No entanto, para o início da liberação do recurso, o Funbio exige uma contrapartida das instituições proponentes do projeto, como até o momento nenhuma das instituições dispõe do recurso, o Funbio interrompeu o processo de financiamento:

“O projeto foi feito, foi submetido, foi aprovado com condições, agora havia um gargalo, não apenas neste como nos outros dois que foram aprovados, do Paraná e um de Pernambuco, que era a questão da captação, porque você tinha que apresentar já a contrapartida e nossa proposta foi de um programa de captação. As instituições não tinham recurso para depositar neste fundo financeiro comum, foi feito um acordo que haveria um tempo de carência, isto estava acertado informalmente, e num determinado momento o Funbio descartou isso, se não havia o recurso ele não financiaria. Então estamos ainda neste impasse.” (MALDONADO, 2007)¹⁴⁹

O projeto “Conservação e Sustentabilidade no Continuum Ecológico de Paranapiacaba-SP”, portanto, formulado em 2004, encontra-se atualmente em processo de negociação com o Funbio, de forma que suas ações, previstas em onze componentes, estão paralisadas:

1. Articulação institucional e captação de recursos financeiros;
2. Unidade de Conservação;
3. Manejo de recursos florestais;
4. Turismo Sustentável;
5. Produção artesanal;
6. Comercialização de produtos e serviços;
7. Fortalecimento das organizações locais;

¹⁴⁸ Wanda Maldonado, em entrevista realizada por Carolina Todesco, em 12 de julho de 2007, em São Paulo/SP.

¹⁴⁹ Ibid.

8. Agroecologia;
9. Sistematização, Comunicação e Disseminação;
10. Gerenciamento Administrativo-Financeiro;
11. Monitoramento e avaliação.

Caso seja desenvolvido, este projeto tem como meta na área do Turismo Sustentável: participar dos esforços de ordenamento do turismo sustentável integrado no território; identificar e desenvolver atrativos e produtos locais; e implantar infra-estrutura turística nas comunidades parceiras do projeto.

Ao final de 2004, outro projeto de grande porte se inicia na região, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável Territorial do Vale do Ribeira, envolvendo tanto municípios da porção paulista como da porção paranaense da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape.

Ronaldo José Ribeiro, Coordenador de Projetos do IDESC, relata os antecedentes deste projeto:

“Na verdade este projeto tem inspiração desde a Caravana da Cidadania em 1995 quando o Lula percorreu todos os municípios do Vale do Ribeira, (...), depois no ano de 1996 todas as propostas foram discutidas e acabou sendo redigido, em 1997, um documento denominado “Vale do Ribeira Sustentável” (...). Quando houve mudança do governo federal de 2002 para 2003 esta proposta foi retomada, pois agora o autor do documento era o Presidente da República. Então houve a tentativa de colocar as idéias que estavam no documento em prática, e ao mesmo tempo os Ministérios estavam desenvolvendo ações nos territórios, o Ministério de Desenvolvimento Agrário através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, o Ministério de Segurança Alimentar também tinha a idéia de Consórcio para a Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local e tinha o Ministério do Meio Ambiente que estava focado na Agenda 21. Quase todos tinham a mesma metodologia de ação, todos falavam em criar um fórum para discutir o território, todos eles falavam em discutir um plano de desenvolvimento e todos eles falavam em implantar projetos. (...) Então houve uma tentativa de organizar isso daí, não dá para a gente montar um fórum para um Ministério outro fórum para outro Ministério, então acabou havendo um consenso de que o CONSAD seria a instituição que iria representar estes três órgãos, que iria cuidar das ações

relacionadas com o Fome Zero, agricultura familiar e meio ambiente, que iria fazer um plano só”. (RIBEIRO, 2006)¹⁵⁰

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável Territorial do Vale do Ribeira, financiado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente, é uma ação integrada de três Ministérios do Governo Federal: Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social, viabilizada pelo CONSAD-VR, instituição criada pelo poder público e sociedade civil do Vale do Ribeira, em 2004, por incentivo do Programa Fome Zero do Ministério do Desenvolvimento Social.

Conforme podemos perceber no histórico da ação do Estado no Vale do Ribeira, esta é a primeira vez que o Governo Federal passa a ter uma atuação mais incisiva na região, por meio de financiamento de projetos, quando até então predominava a ação do Governo do Estado de São Paulo.

Isto provavelmente se deve ao fato de o Vale do Ribeira ser uma das áreas de mais baixa dinâmica econômica, associada à presença de graves indicadores sociais, a ponto de configurar-se como uma das regiões prioritárias nas políticas de combate à pobreza, levadas a cabo pelo atual Governo Federal.

Após reunião do Fórum das Organizações do CONSAD, em novembro de 2004, a ONG Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira – IDESC é escolhida como a entidade responsável pela execução do projeto.

Segundo esta organização, o Plano de Desenvolvimento Sustentável Territorial do Vale do Ribeira se dispõe:

(...) a enfrentar a ausência de um plano de desenvolvimento para o território do Vale do Ribeira que, de um lado, seja reconhecido pela comunidade regional como sendo seu e, que, portanto, crie implicação dos atores regionais – sociedade civil e governança – com sua implantação e, de outro lado, seja capaz de apontar alternativas para o desenvolvimento sócio-econômico que considere e parta das características

¹⁵⁰ Ronaldo José Ribeiro, em entrevista realizada por Carolina Todesco, em 04 de setembro de 2006, em Registro/SP.

ambientais da região apontando para a perspectiva de uma sociedade sustentável. (IDESC, 2005)

Para a elaboração do Plano, o IDESC dividiu o território em quatro microrregiões e realizou conferências nas mesmas com o intuito de discutir cada tópico do plano, sendo somente validado quando todas as microrregiões estiverem em consenso.

Até o momento, todas as conferências foram realizadas, das quais participaram tanto os representantes das prefeituras municipais, dos órgãos ministeriais e das organizações da sociedade civil legalmente formadas que atuam no Vale do Ribeira.

Ainda em fase final de formatação, o Plano (2006) traz como principais linhas de ação para o desenvolvimento do turismo:

- Garantir o aproveitamento turístico sustentável do Vale do Ribeira – ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável, e, social e eticamente aceitáveis pelas comunidades locais;
- Institucionalizar as diretrizes e programas previstos na Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira;
- Ampliar os programas de educação ambiental e adequar à grade curricular nas escolas técnicas, municipais e estaduais de ensino fundamental e médio;
- Mais recursos e criação de linhas especiais de crédito para que micro e pequenos empresários façam investimentos em infra-estrutura para o turismo sustentável;
- Resgatar, viabilizar e priorizar parte dos recursos do Fundesvar para investimentos no setor receptivo do turismo local e regional;
- Criar o curso noturno de turismo na UNESP de Registro e implantar uma Unidade da mesma no Alto Vale para o curso de turismo e outros;
- Investimento em infra-estrutura, principalmente na conservação das estradas, nas áreas de saúde, saneamento e resíduos sólidos e acabar com os lixões, através de ações como, por exemplo, implantação de coleta seletiva, reciclagem e criação de aterros sanitários, etc;
- Regulamentar a profissão dos monitores ambientais e promover o fortalecimento dos grupos e associações de monitores, moradores e maior apoio aos Comtur;

- Estudar a criação da Lei Estadual para criar a categoria de Estância Ecológica;
- Incentivar o Turismo com a implantação de uma agência de turismo receptivo administradas pelo Comtur local;
- Promover a implantação de sinalização turística padronizada em áreas municipais e nas rodovias;
- Implantação de uma Unidade de nível técnico no Alto Vale do Ribeira voltada para as especificidades da região;
- Criar uma Câmara Temática de Turismo dentro do CONSAD;
- Criação de Conselhos Municipais de Turismo.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando contribuir com o processo de elaboração participativa do Plano Territorial, realizou, em novembro de 2006, uma análise do mesmo e aponta:

A atividade turística, sabidamente uma estratégia importante para a dinamização regional, recebe um tratamento frágil – não há menção às organizações com influência ou algum tipo de ação em relação ao turismo; o documento não deixa entrever a situação do turismo na região, os entraves em termos de planejamento e gestão, ou a posição dos atores em relação à atividade e aos problemas detectados para o seu desenvolvimento; não há diretrizes; as propostas colocadas são muito genéricas ou muito específicas, e não se articulam entre si. (MDA, 2006, p.25)

Apesar de apresentar falhas como estas indicadas pelo MDA, o Plano de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira é o primeiro plano de desenvolvimento elaborado para e na região, a partir da discussão com os três setores (Estado, Mercado e Sociedade). Porém, fica evidente que o setor econômico ou o município que detiver uma representação tímida no CONSAD-VR, seja pelo desinteresse de autoridades políticas, pela falta de organizações sociais ativas, ou pela desorganização de algum setor econômico, ficarão de certo modo marginalizados dos benefícios gerados pelos projetos norteados pelo Plano.

Por último, o mais recente projeto que visa promover o ecoturismo na região do Vale do Ribeira está sendo desenvolvido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, desde 2005.

Intitulado como “Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica”, este é um investimento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) por meio de um empréstimo de US\$ 9 milhões implantado pelo Governo do Estado de São Paulo, que promete investir como contrapartida US\$ 6 milhões, totalizando um investimento de US\$15 milhões. O recurso será destinado aos parques estaduais de duas regiões distintas: Vale do Ribeira e litoral norte de São Paulo. Na região do Vale do Ribeira contemplará os parques estaduais: Carlos Botelho, Ilha do Cardoso, Jacupiranga, Intervales e Turístico do Alto Ribeira.

Com este Programa, o governo espera contribuir para a consolidação do turismo na área de influência dos parques estaduais, gerar novas oportunidades para o desenvolvimento econômico da região e assegurar a satisfação dos visitantes, por meio da construção de infra-estrutura turística dentro dos parques. Para isso, o projeto possui três componentes:

- Investimento nos Parques Estaduais: revitalização e construção da infra-estrutura turística - alojamentos, restaurantes, centros de recepção e interpretação ambiental e sedes administrativas. Prevê-se que os serviços capazes de gerar receitas sejam objeto de participação do setor privado;
- Desenvolvimento e promoção do produto turístico da área de influência do Projeto: assistência técnica e treinamento destinados às comunidades;
- Fortalecimento da capacidade de gestão do ecoturismo na Secretaria do Meio Ambiente e nos parques.

Com a mudança de mandato do Governo do Estado de São Paulo em 2007, este Programa passou por uma fase de estagnação de suas atividades, sendo estas retomadas há poucos meses. Cabe destacar que a coordenação do projeto foi, em três anos, três vezes alterada, dificultando o andamento das atividades.

Até o momento apenas a restauração de um edifício histórico no Parque Estadual Ilha Bela foi realizado. Já, na região do Vale do Ribeira, a SMA iniciará a fase de licitação para as obras previstas.

Como podemos observar, ao longo da exposição, o Estado, após a década de 80, acaba por se distanciar do processo de planejamento do desenvolvimento da região do Vale do Ribeira, delegando, de certo modo, esta função às organizações do Terceiro Setor, no caso ONGs e Consórcio de representação mista, atuando por meio do financiamento de projetos. Desta forma, o Estado acaba por ser um parceiro fundamental para a realização dos projetos das organizações civis, e estas, por sua vez, acabam por se configurarem como um braço do Estado na região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual configuração socioespacial do Vale do Ribeira é produto de um processo histórico marcado pela ação e inação do Estado, o qual desempenha seu papel na organização do espaço de forma diferenciada conforme o movimento da história.

Ao realizarmos um levantamento das políticas públicas de desenvolvimento regional do Governo do Estado de São Paulo direcionadas ao Vale do Ribeira percebemos, dos anos sessenta até o início dos anos oitenta, a forma centralizada da ação do Estado, sem o envolvimento da sociedade civil no processo de produção de suas políticas. Àquele momento, a ação estatal se configura como paternalista e ineficiente, já que, na maioria das vezes, não desenvolve políticas adequadas às necessidades regionais. É o período em que denominados de “presença ausente do Estado no Vale do Ribeira”.

Na década de oitenta, um conjunto de fatores levam a região a se deparar com novos problemas e desafios. A crescente preocupação com as questões ambientais em escala mundial, derivando na concepção de novos conceitos sobre o desenvolvimento, o crescimento de organizações do Terceiro Setor, a redemocratização política, o avanço do neoliberalismo e a descentralização da produção de políticas públicas desencadeiam uma nova forma de o Estado desempenhar seu papel na organização do espaço.

Neste contexto, é nítida a mudança de foco das ações do governo estadual de São Paulo direcionadas à região do Vale do Ribeira, influenciado, sobretudo, pelas organizações não governamentais ambientalistas, que passam a atuar ativamente na arena política.

Desde tornar um tema relevante na agenda política até a formulação e execução de políticas públicas, as ONGs passam a ter uma atuação significativa no que se refere às decisões do Estado na área ambiental e

influenciam a implantação de várias Unidades de Conservação na região do Vale do Ribeira.

Sob a imposição de leis ambientais, as comunidades da região se vêem coagidas em suas atividades. Cabe lembrar a importância da agricultura comercial e da agricultura de subsistência para o Vale.

Por isso, entendemos que o desenvolvimento do ecoturismo acaba por ser uma “alternativa” econômica imposta às comunidades, coagidas em suas práticas tradicionais, situação gerada pela ação do Estado e Terceiro Setor.

Neste momento, as ONGs ambientalistas se caracterizam como um vetor indutor de novos valores, destoantes dos interesses das comunidades locais, configurando-se como uma ação verticalizada ao impor novos conceitos e novas formas de relação entre a comunidade e seu meio.

Isto fomentará, de certo modo, a busca das comunidades locais por formas de organização social até então inexistentes na região, objetivando a luta pelos seus interesses. As associações de moradores de bairros próximos ou até mesmo inseridos nas Unidades de Conservação, constituídos principalmente na década de 90, são exemplos deste contra-movimento.

As ONGs endógenas e as exógenas acabam por iniciar, a partir de então, relações de parcerias para a execução de projetos, visando, ao menos no plano do discurso, atingir um objetivo central: melhoria da qualidade de vida da população conciliada com a proteção dos recursos naturais; considerando, muitas vezes, o ecoturismo como um meio para atingi-lo. O papel do Estado nestes projetos é normalmente relegado à função de ente financiador, correspondendo ao recente período em que temos no Vale do Ribeira uma “ausência presente do Estado”.

Como observado nesta pesquisa, as ONGs estudadas apresentam projetos importantes para o desenvolvimento do ecoturismo na região, no entanto, os resultados de suas ações são difíceis de serem identificados; isto se deve a vários motivos tais como:

- *Ações pulverizadas no território:* o Vale do Ribeira é composto de 23 municípios, um número relativamente alto para o pequeno número de ONGs que atuam no desenvolvimento do ecoturismo na região. Como as ONGs realizam de maneira informal uma divisão territorial de temáticas de trabalho, uma mesma ONG acaba por abranger grandes porções territoriais, mesmo sem ter recurso humano e financeiro suficiente para atingir o objetivo do projeto de forma proporcional em todo “seu” território de atuação;
- *Projetos de curta duração:* os projetos normalmente são formulados conforme os padrões exigidos pelas entidades financiadoras, as quais estipulam prazos de financiamento de 1 a 2 anos; período insuficiente para atingir os objetivos apresentados nos projetos;
- *Objetivos grandiosos e ações pontuais:* apesar de os projetos formulados pelas ONGs serem teoricamente importantes para o desenvolvimento do ecoturismo no Vale do Ribeira, na prática, acabam por desenvolver atividades reduzidas à capacitação e divulgação, e ao final apresentam como resultado: “a conscientização da população para a conservação da natureza e da importância do ecoturismo” e produtos como publicação de livros e relatórios, os quais visam cumprir com as exigências da entidade financiadora.
- *Descontinuidade e desarticulação das ações:* como as ONGs trabalham por meio de projetos, estes por natureza possuem ações definidas num determinado prazo mediante o recurso disponível. Isto acaba por gerar várias ações descontinuadas e desarticuladas de um plano maior de desenvolvimento regional.

Na atual década nota-se, no entanto, a preocupação de vários órgãos estatais e de organizações não governamentais em articular as diversas ações que incidem sobre o território em questão. Mas, é preciso entender que as organizações do Terceiro Setor, por natureza, representam determinados setores da sociedade, não abarcando os interesses de todos os sujeitos sociais que vivem em um determinado território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA. **Desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do Ribeira de Iguape**: uma análise das condições e limitações socioeconômicas ao ecoturismo. São Paulo: Fehidro, 2003.

ALMEIDA, Eliza. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 389 – 400.

ALVES, Humberto Prates da Fonseca. **Análise dos fatores associados às mudanças na cobertura da terra no Vale do Ribeira através da integração de dados censitários e de sensoriamento remoto**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

AMIN, Samir. **El capitalismo en la era de la globalización**. Buenos Aires: Paidós, 1999.

ARRETCHE, M. **Mitos da descentralização**: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? (2003). Revista Brasileira de Ciências Sociais nº. 31. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm>. Acesso em: nov. 2006.

_____. Uma contribuição para fazermos políticas sociais menos ingênuas. In: BARREIRA, M.; CARVALHO, M. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ABONG. **Estatuto**. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/>>. Acesso em: jan. 2007.

BRAGA, Roberto. **Planejamento regional no Estado de São Paulo**: a experiência do Vale do Ribeira nas décadas de 1970 e 1980. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

CAIXETA DE QUEIROZ, Ruben. Multiculturalismo **versus multinaturalismo na Estação Ecológica da Juréia** (2000). XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 3: Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação, Brasília, jun. 2000. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/unb/dan/f.3-22rba/sessao1/caixeta.rtf>>. Acesso em: out. 2006.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro, et al. **Quem faz o que pela Mata Atlântica - 1999-2000: projeto avaliação dos esforços de conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da Sociedade Civil. In: IOSCHPE, Evelyn (org). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 07-12.

CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de. **Preservar a identidade e buscar padrões de eficiência: questões complementares ou contraditórias na atualidade das organizações não governamentais?** (1999). XXIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Foz do Iguaçu, 1999. Disponível em: <<http://www.abrad.org.br/enanpad/1999/dwn/enanpad1999-org-49.pdf>>. Acesso em: out. 2006.

CBH-RB - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL. **Situação dos recursos hídricos do Ribeira de Iguaçu e Litoral Sul**. São Paulo: CBH-RB/CETEC, 2000. 343 p. (Relatório técnico final).

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CNT – CONSELHO NACIONAL DE TURISMO. **Turismo no Brasil 2007-2010**. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/portalmtur/export/sites/default/institucional/arquivos/Turismo_Brasil_2007_2010.pdf>. Acesso em: jan. 2006.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

COELHO, Vera S. P; FAVARETO, Arilson. **Participação e desenvolvimento: analisando as condições sociais de um ideal normativo**. Seminário Participação

Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial. Plural Consultoria, Pesquisa e Serviços, USP, CEBRAP. São Paulo, 2006. 1. CD-ROM.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001a.

_____. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001 b.

_____. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A. I; ARROYO, M; SILVEIRA, M. L. (org). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 337-350.

CUENCA, Carlos; FALCÃO, Joaquim. **Mudança social e reforma legal: estudos para uma nova legislação do terceiro setor**. Brasília: UNESCO, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ecologia humana e planejamento costeiro**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro, 1994.

_____. O que é terceiro setor? In: IOSCHPE, Evelyn (org). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 25-33.

FERREIRA, Lúcia da Costa, et al. **Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul** (2002). I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, 2002. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/conhecimento_local/Lucia%20da%20Costa%20Ferreira.pdf>. Acesso em: set. 2006.

FIGUEIREDO, A; FIGUEIREDO, M. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, p. 107-127, set./dez. 1986.

FIGUEIREDO, Argelina M. C. **Levantamento e análise das avaliações de políticas sociais**. Campinas: UNICAMP/NEEP, FINEP, 1985.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. O papel do Estado nos esforços de promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 102, p. 29-49, jan./jun. 2002.

FORTES, Roberto. **Iguape... nossa história**. Iguape: Somet, 2000.

FRAGA, Paulo César Pontes. **As ONGs e o espaço público no Brasil** (2002). Disponível em: <<http://www.unesco.org.uy/most/seminario/ongs-governancia/documentos/PauloPontesFraga.pdf>>. Acesso em: ago. 2006.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil (2000). Arquivos da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp, 2000. Disponível em: <http://www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_Frey.pdf>. Acesso em: nov. 2005.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Conservação e sustentabilidade no continuum ecológico de Paranapiacaba – SP**: plano de trabalho estratégico/operacional. São Paulo: FF, 2005.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica período 1995-2000**: relatório final. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica/INPE, 2002.

_____. **Projeto pólo ecoturístico do lagamar**: relatório das oficinas locais e regional. Relatório Interno, 2003.

_____. **Pólo ecoturístico do lagamar**: um estudo de caso. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2004.

_____. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica período 2000-2005**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica/INPE, 2006.

FUNDESVAR. **Manual de política operacional do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira**. São Paulo: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, 2000.

FURLAN, Sueli Ângelo. **Lugar e cidadania**: implicações sócio-ambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião – SP), 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

FURRIELA, Rachel Biderman. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

GOLÇALVES, Hebe Signorini. O Estado diante das organizações não governamentais. In: _____. **Organizações não governamentais: solução ou problema**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 47-58.

GRANGER, Gilles Gaston. **A ciência e as ciências**. São Paulo: UNESP, 1994.

HANDBOOK ON NONPROFIT INSTITUTIONS IN THE SYSTEM OF NATIONAL ACCOUNTS. Manual sobre as Instituições sem Fins Lucrativos no Sistema de Contas Nacionais, 2002. Disponível em: <<http://www.mapa.org.br/conteudo.aspx?PG=21>>. Acesso em: jan. 2007.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOGAN, Daniel Joseph, et al. **Desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira (SP)**: conservação ambiental e melhoria das condições de vida de população (s/d). Publicação do Núcleo de Estudos de População da UNICAMP. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos_publish/pesquisadores/Roberto%20do%20Carmo/projetos/roberto/valeribeira.htm>. Acesso em: nov. 2006.

IBGE. **Resultados da amostra do censo demográfico**, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>. Acesso em: set. 2006.

_____. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativas no Brasil 2002**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2006.

_____. **Cidades:** PIB 2003. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: set. 2006.

IDESC. **Projeto elaboração do plano de desenvolvimento territorial sustentável do Vale do Ribeira e implantação de projetos socioambientais prioritários.** Registro: FNMA, 2005.

_____. **Projeto elaboração do plano de desenvolvimento territorial sustentável do Vale do Ribeira e implantação de projetos socioambientais prioritários:** texto base. Registro: FNMA, 2006.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Diagnóstico socioambiental do Vale do Ribeira.** São Paulo: ISA/FEHIDRO/IIEB, 2000.

_____. **ISA Instituto Socioambiental 10 anos:** 1994-2004. São Paulo: Gráfica Ipsis, 2004.

_____. **Caiçaras, quilombolas e indígenas no Vale do Ribeira.** Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira/comunidades>>. Acesso em: jan. 2007.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (org). **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 62 – 74.

LANDIN, Leilah. “Experiência militante”: histórias das assim chamadas ONGs. In: _____. **Ações em sociedade:** militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998, p. 23-88.

_____. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, Sérgio. **ONGs e Universidades:** desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong, Peirópolis, 2002.

MAGALHÃES, Guilherme Wendel (coord.). **Pólos de ecoturismo:** planejamento e gestão. São Paulo: TERRAGRAPH, 2001.

MENDONÇA DE BARROS, José Roberto. A experiência regional de planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 111-137.

MENESCAL, Andréa Koury. História e Gênese das Organizações Não Governamentais. In: GOLÇALVES, Hebe Signorini (org). **Organizações não**

governamentais: solução ou problema. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 21-38.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O plano de desenvolvimento territorial do Vale do Ribeira:** contribuições aos debates dos fóruns locais de desenvolvimento. São Paulo: MDA, 2006.

MORAES, Marília Britto Rodrigues de. **Área de proteção ambiental como instrumento de planejamento e gestão:** APA Cananéia-Iguape-Peruíbe/SP. 2000. Dissertação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MÜLLER, Geraldo. **Estado, estrutura agrária e população:** ensaio sobre estagnação e incorporação regional. Petrópolis: Editora Vozes/CEBRAP, 1980.

NUNES, Márcia. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da estação ecológica Juréia-Itatins.** 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

O' DONNELL, Guillermo. Democracia Delegativa. **Novos Estudos CEBRAP,** São Paulo, n.31, p.25-40, out. 1991.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PETRONE, Pasquale. Aspectos dos quadros urbanos da Baixada do Ribeira, S.P. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, nº. 38, p. 21-37, jul. 1961.

_____. **A Baixada do Ribeira:** estudo de geografia humana. São Paulo: FFLCH/USP, 1966.

RATTNER, Henrique. **Desequilíbrios regionais e planificação do desenvolvimento.** São Paulo: FGV, 1972.

ROCHA, Ana Augusta. **A Mata Atlântica é aqui. E daí?:** história de luta da Fundação SOS Mata Atlântica. São Paulo: Terra Virgem, 2006.

ROMÃO, Devancyr A.; VEIGA, José Eduardo Rodrigues. O ecoturismo como estratégia de desenvolvimento regional. In: VASCONCELOS, Fábio Perdigão, **Turismo e meio ambiente.** Ceará: FUECE, 1998, p. 169-185.

ROMÃO, Devancyr A. et al. **As comunidades rurais do Vale do Ribeira e uma nova visão do negócio agrícola**. In: _____ (org). Vale do Ribeira: um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais. Brasília: MDA/NEAD, 2006, p. 69 – 98.

SANCHES, Joan-Eugeni. **Espacio, economia y sociedad**. Madrid: Siglo Vientiuno Editores, 1991.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 a.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 b.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SÃO PAULO. **Plano de ação do governo 1959-1963: administração estadual e desenvolvimento econômico-social**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1959.

_____. Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio. **Operação caíçara**. São Paulo: Comissão do Litoral, 1961.

_____. **PLADI Plano de desenvolvimento integrado: 1964-1966** Governo Adhemar de Barros. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1964.

_____. Secretaria dos Serviços e Obras Públicas. **Plano de desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul**. 6 V. São Paulo: BRASCONSULT, 1966.

_____. **Mensagem apresentada pelo governador à Assembléia Legislativa em 31 de março de 1972**. São Paulo: Governo do Estado, 1972.

_____. **Governo do Estado de São Paulo**: “encerro o meu mandato... Laudo Natel, ano 4”. São Paulo: Serviço de Imprensa, 1975.

_____. Serviço Vale do Ribeira. **Desenvolvimento integrado do Vale do Ribeira**. São Paulo: SVR, s/d.

_____. **Síntese da ação governamental governo Paulo Egydio Martins - 1975/1979**. São Paulo: S.N., 1979.

_____. **Diretrizes setoriais e ação do governo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1980.

_____. **A batalha do meio ambiente no governo Montoro**. São Paulo: PW, 1987.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. Secretaria da Educação. Divisão Especial de Ensino de Registro. **Programa de educação ambiental do Vale do Ribeira**. São Paulo: A Coordenadoria: A Divisão, 1992.

_____. Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. **Índice de desenvolvimento humano municipal**, 2000. Disponível em: <<http://www.planejamento.sp.gov.br/idhm/ldhmLER.asp>>. Acesso em: nov. 2006.

SÃO PAULO, CODIVAR, CBH/RB, UVEVAR. Pronunciamento do Governador do Estado de São Paulo, em 11 de março de 2000. In: **Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira**: caminhos do futuro, uma proposta sustentável. Registro: CODIVAR, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Região Administrativa de Registro**, 2003. Disponível em: <<http://www.planejamento.sp.gov.br/AssEco/textos/Registro.pdf>>. Acesso em: out. 2006.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Atlas das unidades de conservação do Estado de São Paulo**. São Paulo: SMA, 2000.

_____. **Projeto de desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo.** São Paulo: SMA, 2006.

SERRA, Tatiana Barreto. **Palmito juçara (*euterpe edulis*) e combate à extração ilegal no Vale do Ribeira:** necessidade de atacar as fontes de consumo situadas nas grandes cidades e capitais (2006). Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/pls/portal/docs/page/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/biblioteca_virtual/teses_de_congressos/dra%20tatiana%20barreto%20serra.htm>. Acesso: jan. 2007.

SILVEIRA, María Laura. Por um conteúdo da reflexão epistemológica em geografia. In: SOUZA, Álvaro José de (org). **Paisagem território região:** em busca da identidade. Cascavel: Edunioeste, 2000, p. 21-28.

SUDELPA. **Oportunidades de investimentos no Vale do Ribeira.** São Paulo: SUDELPA, 1972.

_____. **Possibilidades turísticas no Vale do Ribeira e Litoral Sul.** São Paulo: SUDELPA, 1974.

_____. **Plano básico de desenvolvimento auto-sustentado para a região lagunar de Iguape e Cananéia.** São Paulo: SUDELPA, 1987.

THOMPSON, Andrés A. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn (org). **3º Setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.41-48.

TRINCA FIGHERA, Delfina. Estado e território: suas relações e a globalização. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia A. de. **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 108-115.

UNICAMP. **Projeto Programas comunidades quilombolas** (2005). Projeto da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UNICAMP. Disponível em: <<http://www.preac.unicamp.br/novoquilombolas/pontodecultura/projeto5.pdf>>. Acesso em: out. 2006.

VITAE CIVILIS; WWF – BRASIL. **Sociedade e ecoturismo:** na trilha do desenvolvimento sustentável: como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo do Vale do Ribeira na Mata Atlântica. São Paulo: Peirópolis, 2003.

WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). **Metodologia das ciências humanas**. 2 ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2001, p. 81 - 137.

Entrevistas

ALLIEVI, João. Entrevista concedida a Revista Eletrônica Bioclimático, em 03 de dezembro de 2004. Disponível em:
<http://www.bioclimatico.com.br/pdf/entrevistas/SOS_HV002%20_%20Joao_Allievi.pdf>. Acesso em nov. 2006.

BORN, Rubens. Entrevista concedida a Revista Eletrônica Bioclimático, realizada em 02 de março de 2005. Disponível em:
<http://www.bioclimatico.com.br/pdf/entrevistas/SOS_%20RubensBorn.pdf>. Acesso em: nov. 2006.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro. Entrevista concedida a Revista Eletrônica Bioclimático, realizada em 21 de março de 2005. Disponível em:
<http://www.bioclimatico.com.br/pdf/entrevistas/SOS_%20Capobianco_OK.pdf>. Acesso em: out. 2006.

COSTA, Alysso. Entrevista realizada por Carolina Todesco, em 15 de setembro de 2006, em Iguape/SP.

KLABIN, Roberto. Entrevista concedida a Revista Eletrônica Bioclimático, realizada em 18 de janeiro de 2005. Disponível em:
<http://www.bioclimatico.com.br/pdf/entrevistas/SOS_%20RobertoKlabim.pdf>. Acesso em: nov. 2006.

MALDONADO, Wanda. Entrevista realizada por Carolina Todesco, em 12 de julho de 2007, em São Paulo/SP.

RIBEIRO, Ronaldo José. Coordenador de Projetos do IDESC, entrevista realizada por Carolina Todesco, em 04 de setembro de 2006, em Registro/SP.

ROMÃO, Devancyr Aparecido. Entrevista realizada por Carolina Todesco, em 11 de setembro de 2006, em São Paulo/SP.